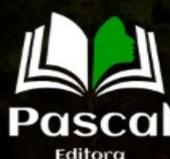


GESTÃO DE TURISMO E LAZER EM PARQUES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

autor:

Francisco Irapuan Ribeiro



FRANCISCO IRAPUAN RIBEIRO

GESTÃO DE TURISMO E LAZER
EM PARQUES NA AMAZÔNIA
BRASILEIRA

EDITORA PASCAL

2024

Editor Chefe: Patrício Moreira de Araújo Filho

Edição e Diagramação: Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte: Marcos Clyver dos Santos Oliveira

Bibliotecária: Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

Revisão: Francisco Irapuan Ribeiro

Conselho Editorial

Dr^a Ildenice Nogueira Monteiro

Dr^a Mireilly Marques Resende

Dr^a Selma Maria Rodrigues

Dr^a Eliane Rosa da Silva Dilkin

Dr^a Gerbeli de Mattos Salgado Mochel

Dr. André Leonardo Demaison Medeiros Maia

Dr. Claudio Alves Benassi

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R484g

Ribeiro, Francisco Irapuan

Gestão de turismo e lazer em Parques na Amazônia Brasileira / Francisco Irapuan Ribeiro — São Luís: Editora Pascal, 2024.

86 f. : il.:

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-6068-086-9

D.O.I.: 10.29327/5420940

1. Gestão de Turismo. 2. Parque florestal. 3. Restrições legais. 4. Amazônia brasileira. I. Ribeiro, Francisco Irapuan. II. Título.

CDU: 351.821+379.85:630*27(811.3A/Z)

Qualquer parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, desde que seja citado o autor.

APRESENTAÇÃO

Segundo dados do Barômetro Mundial do turismo o turismo internacional deverá recuperar totalmente os níveis pré-pandemia em 2024, com estimativas iniciais apontando para um crescimento de 2% acima dos níveis de 2019, destaca ainda que a contribuição econômica total do turismo atingiu US\$ 3,3 trilhões em 2023 – cerca de 3% do PIB mundial. Esses números muito positivos elevam a confiança no turismo e as melhores perspectivas para o 2024.

Assim não é diferente no Brasil que angariou números muito positivos no ano de 2023 em relação ao período pré-pandemia. A região amazônica desperta o interesse tanto de visitantes estrangeiros quanto das diversas regiões brasileiras, em função da biodiversidade, da gastronomia e ecoturismo.

Esse livro traz discussões acerca do turismo e do lazer na região amazônica, mais especificamente nos parques naturais da situados na região de Manaus – parque 1, parque 2 e parque 3. Os resultados contribuem para a solução dos problemas de gestão desses parques, apresentando ações para a melhoria da qualidade dos parques, a responsabilidade com a natureza, com a comunidade e em oferecer uma experiência total ao cliente.

A pergunta quais as restrições para turismo e lazer nessas áreas? Para respondê-la, o autor se apropriou da Teoria da Restrições (TOC), que desde a década de 80 vem sendo utilizada para solucionar problemas organizacionais e apoio a tomada de decisão.

Os estudos específicos sobre a teoria das restrições no turismo e lazer têm um modelo de não-uso de serviços públicos de lazer (GODBEY, 1985; CRAWFORD; JACKSON; GODBEY, 1991) que tem influenciado nas investigações atuais. Apoiando-se no modelo hierárquico tridimensional, considerando as restrições intrapessoais - fatores pessoais e atitudes, associadas às interpessoais - interação com outras pessoas, que implicam na forma como são coordenadas ou acrescidas das restrições estruturais - falta de tempo, dinheiro.

Com isso, o autor oferece uma contribuição científica trazendo a Teoria das Restrições para estudo e solução da problemas da área de turismo e lazer. Como resultados o autor apresenta um framework da gestão de restrições para o turismo e lazer em parques, com isso possibilita que os gestores recorram a uma ferramenta na prática que os auxilie a otimizar suas ações de fidelização dos visitantes de parques.

Durante a aplicação da pesquisa, o mundo enfrentou um período de grande restrição devido à pandemia do SARS-COVID-19. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou medidas de distanciamento social, levando governantes de diversos países a instituir decretos de distanciamento social e, em alguns casos, lockdowns. Essa situação provocou mudanças significativas no comportamento dos indivíduos em ambientes sociais e exigiu novas posturas e medidas contingenciais por parte das organizações. O setor de turismo e lazer, que depende das interações entre pessoas e organizações, foi fortemente impactado, afetando viagens, visitas a parques e outras atividades. A tese é um produto do Doutorado, que de alguma forma expressa não apenas seu objeto de pesquisa, mas a evolução do pesquisador desde seu ingresso até a conclusão. Acompanhar a evolução do agora Professor Dr. Francisco Irapuan ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa é, certamente, motivo de orgulho para todos que acompanharam ou participaram dessa caminhada.

Ou seja, nas páginas a seguir você encontrará uma valiosa construção para o campo do Turismo, do ponto de vista teórico; uma grande contribuição para a gestão do Turismo, como

atividade, em uma das regiões mais procuradas no Brasil; e, nas entrelinhas, o retrato de um pesquisador que pavimenta, por essas contribuições teóricas e práticas, um caminho para marcar seu nome em nossa área.

Desfrute da leitura!

Luiz Carlos da Silva Flores

AUTOR



Francisco Irapuan Ribeiro

Atualmente, professor no Instituto Federal do Amazonas, em Manaus, e pós-doutorando em Turismo e Hotelaria pela UNIVALI. Possui doutorado em Turismo e Hotelaria (UNIVALI, 2021), mestrado em Gestão de Turismo (UECE, 2014), especialização em Educação Física Escolar (Faculdade Evolução, 2011) e graduação em Educação Física (UVA, 2008) e Gestão de Turismo (UNOPAR, 2022). Tem experiência docente em várias instituições, incluindo UVA, URCA, UEA e UNEMAT. Foi avaliador da Equipe Colaboradora do Ministério do Esporte (2009-2014) e é sócio fundador da ANPEL. Participa de grupos de pesquisa focados em Turismo e Lazer e é avaliador de projetos da Lei Paulo Gustavo no Amazonas pela SEC (2023-2027).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
AUTOR	6
CAPÍTULO 1	9
REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE RESTRIÇÕES PARA O TURISMO LAZER EM PARQUES	
1.1 Turismo e lazer: conceituação básica	11
1.2 Aproximações entre turismo e lazer na produção dos programas de doutorado em turismo e lazer no Brasil	15
1.3 Teoria das restrições aplicada ao turismo e lazer em parques	16
CAPÍTULO 2	21
ESTUDOS MÉTRICOS DA INFORMAÇÃO SOBRE TURISMO E LAZER A PARTIR DO LAZER EM PARQUES DE 2008 A 2020	
2.1 O percurso da investigação.....	22
2.2 Lazer em parques nas pesquisas acadêmicas.....	24
2.3 O desenlace da pesquisa	29
CAPÍTULO 3	31
PARQUES NATURAIS MUNICIPAIS NO BRASIL COM ÊNFASE EM PRESIDENTE FIGUEIREDO	
3.1 Caracterização dos Parques Naturais Municipais de Presidente Figueiredo.....	44
CAPÍTULO 4	49
RESTRIÇÕES LEGAIS PARA TURISMO E LAZER EM PARQUES NATURAIS MUNICIPAIS (PNMs) DE PRESIDENTE FIGUEIREDO, AM	
4.1 Discussões preparatórias para entender as restrições legais.....	50
4.2 Unidades de Conservação no Brasil com enfoque nos aspectos legais dos parques ..	52
4.3 Procedimentos metodológicos.....	54
4.4 Resultados das análises dos documentos legais nos PNM de Presidente Figueiredo.....	55
4.5 Restrições legais identificadas nos PNM de Presidente Figueiredo.....	56
4.6 Conclusões	59
CAPÍTULO 5	60
RESTRIÇÕES À VISITAÇÃO EM PARQUES NATURAIS MUNICIPAIS NO POLO AMAZÔNICO DE TURISMO	
5.1 Estudos sobre as restrições para visitas em parques	61
5.2 Aspectos metodológicos	65

5.3 Caracterização das variáveis sociodemográficas e turísticas	68
5.4 Análise das amostras emparelhadas.....	69
5.5 Conclusões.....	75
CAPÍTULO 6.....	76
FRAMEWORK DA GESTÃO DAS RESTRIÇÕES PARA TURISMO E LAZER EM PARQUES	
REFERÊNCIAS	80



CAPÍTULO 1

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE RESTRIÇÕES PARA O TURISMO LAZER EM PARQUES

Ao longo dos últimos anos, o turismo e o lazer têm sido associados ao uso do tempo livre e, por isso, são comumente abordados de maneira conjunta. Contudo, quando se trata da visita de turismo e lazer em parques naturais municipais, há diversas possibilidades de perceber essa atividade, uma delas é sob a ótica da teoria das restrições.

O Art. XXIV, da Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH (1948) assegura que “todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas” e, assim, deve também um direito pode ser entendido como um desdobramento desse outro (OMT, 1999). Contudo, alguns fatores necessitam de ser considerados como, por exemplo, as restrições para viagens, a prática responsável durante as mesmas e a agenda para o turismo em ambientes naturais com ênfase na preservação da natureza, pois, para esses aspectos, há metas e reflexões sobre o turismo regional, em específico no contexto brasileiro pela sua diversidade de parques, incluindo os explorados aqui.

O fato de as viagens de férias serem mais frequentes, e conseqüentemente o número de frequentadores desses espaços aumentar, impõe que as autoridades da área ou a ela relacionadas conheçam os fatores que impedem o acesso de turistas em potencial aos espaços destinados para isso (DAVRAS; CABER; CRAWFORD, 2019). E, além disso, os estudos vêm apontando novas direções para a preservação dos patrimônios ambiental e cultural, devido à significativa diversidade de sistemas, de ecossistemas e de recursos naturais, assim os gestores também precisam ficar atentos a essa questão (VIEIRA; ALTAF; TROCCOLI, 2012).

Entre as ações relacionadas ao turismo que contribuem no processo de humanização (UNWTO, 2019), salienta-se que, na América Latina, as condições socioeconômicas favoráveis são restritas a uma minoria e a espaços com um consumo turístico não homogêneo, o que, além de colocá-la como a região mais desigual do mundo, também condena as populações a serem apenas fornecedoras dos recursos turísticos ao mercado internacional e não participantes ativos dos espaços de diversão (SCHENKEL, 2018). Por outro ponto de vista, Vieira, Altaf e Troccoli (2012) apontam evidências de que as pessoas possuem expectativas com relação à natureza e à integridade do patrimônio público, então uma experiência representativa pode levá-las a indicar o local visitado.

Entretanto, cabe enfatizar que turistas internacionais e domésticos estão em constante reconfiguração e são, cada vez mais, fontes potenciais de injeção de renda em uma economia regional, sendo o turismo local considerado um canal importante para produzir uma alocação mais eficiente de recursos e reduzir a desigualdade entre as regiões do Brasil (HADDAD; PORSEE; RABAHY, 2013). Em contraponto, uma mudança de paradigma e a participação da comunidade no planejamento das ações é fundamental, principalmente na proposição de estratégias que atenuem os custos e maximizem os benefícios do ecoturismo inclusive no comércio local (TRIBE; DANN; JAMAL, 2015).

Numa escala internacional, pode-se afirmar que, associado ao lazer, o turismo configura-se um direito social e, por isso, precisa ter ênfase no processo de humanização, ser fomentado no contexto regional e ter as restrições para sua prática em ambientes como os parques naturais diminuídas.

Vale enfatizar que, neste livro, o turismo é associado ao lazer, visto que a pesquisa é voltada a parques naturais onde esses dois fenômenos ocorrem simultaneamente. Nesse sentido, em dados momentos, é possível o leitor identificar o uso associado de ambos os termos (REJOWSKI, 2005; RAIMUNDO; SARTI, 2016; BARBOSA *et al.*, 2017; SILVA; MARQUES JÚNIOR, 2017).

Os estudos específicos sobre as restrições aplicadas ao turismo e lazer dão base para a criação de um modelo hierárquico que embasa esta obra e cuja referência é a década de 1980 e início da de 1990. Tal modelo possui três indicadores observáveis do desenvolvimento de uma orientação teórica mais abstrata que, tomados em conjunto, têm como tema as restrições ao comportamento de lazer (GODBEY; CRAWFORD; SHEN, 2010).

Este capítulo desenvolve o conceito de turismo, pautando-se especificamente na relação entre turismo e lazer enfocada por pesquisadores de programas de doutorado no Brasil, bem como sobre lazer em parques na literatura internacional, a fim de confirmar a lacuna teórica aqui apontada.

Embora sejam fenômenos distintos, o turismo e o lazer têm sido relacionados em diversos estudos, que, aliás, norteiam esta pesquisa, inclusive aqueles com uma concepção mais ampla sobre o primeiro (KRIPPENDORF, 2009; BENI; MOESCH, 2017; FIGUEIREDO *et al.*, 2017), ou os de perspectiva internacional sobre o lazer relacionado ao turismo (HENDERSON; SIVAN, 2018), também aqueles sobre práticas de lazer (ANDRADE *et al.*, 2018), além dos de grupos de pesquisa que relacionam ambas as práticas (STOPPA; TRIGO; ISAYAMA, 2017; CASTILHO; GOMES, 2017) e, por fim, as pesquisas dos programas de pós-graduação. Contudo, ainda é evidente a necessidade de que haja outros em que ambas as áreas sejam integradas, o que fortaleceria as pesquisas e ofereceria subsídios para políticas públicas.

Ademais, importantes discussões estão sendo realizadas na literatura voltada ambos os fenômenos, entre essas, a mais evidente é da busca por ludicidade (CAMARGO, 2019). No entanto, cabe retornar à essência do debate sobre cada um desses fenômenos para ampliar a aproximação entre ambos, que deve acontecer a partir do entendimento da experiência histórica das práticas de turismo e lazer.

1.1 Turismo e lazer: conceituação básica

O ato de viajar remonta a milhares de anos, mas a ideia de fazê-lo para lazer, educação ou saúde ganhou destaque durante a 'Era do Iluminismo' com o desenvolvimento da *Gran Tour* pela Europa oitocentista, em que os destinos se organizavam para fornecer instalações aos visitantes temporários, hoje conhecidos como turistas. Durante a primeira metade do século XX, a expansão desse fenômeno foi interrompida por duas guerras mundiais e, a partir de então, a Organização Mundial do Turismo (OMT) começou a fazer estatísticas do internacional e, posteriormente, do turismo em si (FLETCHER *et al.*, 2017).

Nesse sentido, uma epistemologia do conceito envolve cuidados teóricos em virtude da complexidade de entendimentos sobre uma prática social que também se dissemina de formas diferenciadas, a partir de subjetividades infinitamente diversas e de vivências múltiplas em territórios globalizados, o que só é possível por meio de uma visão interdisciplinar e hologramática (BENI; MOESCH, 2017).

Para Sharpley e Telfer (2015), o turismo é uma atividade que envolve pessoas que viajam dentro ou fora de seus próprios países e que experimentam a interação com outras e com lugares diferentes. Em suma, é um fenômeno social que envolve o movimento para vários destinos e a permanência temporária. Ampliando esse entendimento, Cooper *et al.* (2008) reconhecem que há o turismo internacional - no qual são categorizados dois tipos de adeptos: os turistas e os excursionistas - e o regional - feito por residentes ou turistas de pernoite ou de um dia. Ignarra (2013) também enfatiza que há aqueles que viajam e pernoitam pelo menos uma vez em local que não seja o de sua residência fixa ou habitual e os que não pernoitam, também considerados excursionistas.

As categorias, subgrupadas abaixo, variam segundo a amplitude das viagens considerando como visitantes locais os residentes e turistas locais os que ficam um dia ou pernoitam (Cf. Figura 1).

- Turista local: quando ocorre entre municípios vizinhos;
- Turista regional: quando ocorre em locais em torno de 200 km ou 300 km de distância da residência;
- Turista doméstico: quando ocorre dentro do país de residência;
- Turista internacional: quando ocorre fora do país de residência (intracontinental ou intercontinental) (IGNARRA, 2013).

Figura 1. Visitantes de parques.



Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

No sentido de ampliar o olhar sobre o turismo, recorre-se a ideia de Ruschmann (2005) de que esse fenômeno é bem mais amplo do que se pensa, incluindo as viagens, os meios de transporte, a estadia e os alojamentos em uma ou mais localidades, assim como as experiências de viagens – de recreação ativa ou passiva, conferências e reuniões e a passeio ou a negócios – em que os turistas acessam uma variedade de equipamentos criados para atender suas necessidades e desejos. Por esse motivo, ele se transformou em uma das mais importantes faces da globalização, pois, diminui distâncias, contribui para um aumento da consciência global e auxilia as pessoas a compreenderem o lugar delas no mundo (DIAS, 2008).

Quando trata da sociologia do turismo, Krippendorf (2009) assegura que o lazer e as viagens inserem-se em um contexto mais amplo que oportuniza perceber o ciclo da reconstituição do ser humano, assim, o lazer, que antes se configurava nas esferas de existência do homem, tem uma parte caracterizada pelas viagens que expandem o universo cotidiano. Assim, podem ser definidas como:

O deslocamento de pessoas de seu local de residência habitual por períodos determinados e não motivados por razões de exercício profissional constante. Uma pessoa que reside em um município e se desloca para outro diariamente para exercer sua profissão não estará fazendo turismo, mas um profissional que esporadicamente viaja para participar de um congresso ou fechar um negócio em outra localidade que não a de sua residência, sim (IGNARRA, 2013).

Complementarmente, Stoppa, Trigo e Isayama (2017) asseguram que o turismo e as viagens são componentes significativos do lazer e, no caso destas, podem ser uma oportunidade de aprendizado, de diversão, de observação de fatos e costumes diferentes que aumentam a vivência e o nível de conhecimento sobre a sociedade e o mundo.

Nesse sentido, o turismo é um agente indutor do desenvolvimento transversal e da evolução da sociedade e economicamente é um dos setores que mais promissores mundialmente e que oferece oportunidades de investimentos bem-sucedidos (RAMOS; COSTA, 2017). Acrescenta-se também que o tempo de lazer, mesmo sendo questionado, é um pressuposto para maiores oportunidades de turismo (GARDNER; RITCHIE; MCINTOSH, 2002).

Embora boa parte dos pesquisadores brasileiros compreenda o turismo como um fenômeno mais amplo do qual o lazer é um dos segmentos, na Espanha, essa relação é inversa (GOMES, 2018) e é nesse sentido que é possível ampliar o olhar sobre esses dois fenômenos, pois, sem a necessidade de provar a supremacia de algum, eles convergem em diversas situações, entre elas as visitas em parques naturais.

Dentre as principais pesquisas que abordam o turismo e o lazer no Brasil, cabe mencionar a de Ribeiro e Amaral (2016) para quem este se materializa por meio de ações que garantam o desenvolvimento daquele a fim de que seja uma fonte geradora de recursos financeiros convertidos em políticas públicas e em turismo cidadão.

Uvinha (2018), por sua vez, enfoca a dimensão humana do lazer e a capacidade de mobilização das distintas populações e sua indispensável participação em políticas e planejamentos turísticos a fim de valorizar as comunidades receptoras.

Dumazedier (1975), ao defender os conteúdos do lazer, divide-os em categorias de interesses - físicos, artísticos, manuais, intelectuais e sociais – aos quais Camargo acrescenta os turísticos que têm em comum diversas propriedades, sendo a mais significativa, ao menos a mais evidente, a busca por ludicidade (1986 e 2019 respectivamente).

Schwartz, ao tematizar o conteúdo cultural do lazer virtual, ressalta que são incontáveis as possibilidades de informações advindas desse universo e reafirma o turismo como forte exemplo de adaptação, visto que engloba tanto a possibilidade de viagens de reconhecimento quanto de contemplação, ou ainda de elementos particulares envolvidos com aprendizados (2003).

Outros autores, como Andrade *et al.* (2018), abordam o lazer como contemplação/ócio em que incluem atividades como se desligar das tarefas cotidianas, apreciar o pôr-do-sol, a lua, as estrelas e as belas paisagens no intuito de relaxar e refletir, em cuja caracterização (Cf. Quadro 1) estão inclusas as práticas artísticas, manuais, físico/esportivas, intelectuais, sociais, turísticas, virtuais e de contemplação/ócio.

Quadro 1. Conteúdos de lazer em estudos de docentes de doutorado em turismo e lazer no Brasil.

CONTEÚDOS DE LAZER	ESTE CONTEÚDO INCLUI ATIVIDADES	ESTUDOS EM TURISMO ASSOCIADOS AO CONTEÚDO
ARTÍSTICOS	Ir ao cinema, teatro, shows musicais, participar de grupos de coral, frequentar exposições de arte e centros culturais, dentre outras.	(PIRES; LEONARDE, 2016; CLEMENTE; FERNANDES; STOPPA, 2018; FALCÃO; GOMES, 2018)
MANUAIS	Jardinagem, cozinhar, pintar, fazer artesanato e marcenaria, dentre outras.	NÃO IDENTIFICADO
FÍSICO/ESPORTIVOS	Ir à academia, jogar bola, caminhadas, corridas, ciclismo e lutas, dentre outras.	(CASTILHO; GOMES, 2017; UVINHA, 2017)
INTELECTUAIS	Participar de cursos, ler, ouvir/compor músicas, ver documentários, dentre outras.	NÃO IDENTIFICADO

CONTEÚDOS DE LAZER	ESTE CONTEÚDO INCLUI ATIVIDADES	ESTUDOS EM TURISMO ASSOCIADOS AO CONTEÚDO
SOCIAIS	Sair com os amigos, ir a festas, visitar familiares, ir à igreja, dentre outras.	(FALCÃO; GOMES, 2018)
TURÍSTICAS	Viajar, participar de excursões e passeios, dentre outras.	(GONÇALVES; GOMES; MAZON, 2018)
VIRTUAIS	Navegar na internet e/ou em redes sociais, jogar vídeo game ou jogos virtuais, dentre outras.	(MOREIRA; GOMES, 2018)
CONTEMPLAÇÃO/ ÓCIO	Apreciar a natureza, o pôr-do-sol, a lua, as estrelas e belas paisagens. Desligar-se das tarefas relaxando e refletindo, dentre outras.	(CASTILHO; GOMES, 2017; BLENGINI <i>et al.</i> , 2019)

Fonte: Adaptado de Andrade *et al.* (2018).

Como nesse estudo são apresentadas as relações dessas práticas de lazer com os diversos conteúdos relacionados ao turismo, convém frisar que, nos últimos cinco anos, há elos entre esses dois fenômenos com exceção do lazer manual e intelectual.

Pires e Leonarde (2016) aproximam lazer e turismo a partir da cultura e Falcão e Gomes (2018) reforçam isso, afirmando que a música na rua, seja do músico talentoso ou não, está socialmente relacionada ao lazer e ao turismo cultural, pois, no imaginário da maioria das pessoas, essa prática não se refere a uma atividade produtiva ou rentável.

Para Clemente, Fernandes e Stoppa (2018), enquanto vivência de lazer, o turismo tem se destacado na valorização cultural, circunstância em que a comunidade local é a maior beneficiada com as melhorias que possibilitam o conhecimento da própria cidade, de sua história e cultura.

Em associação à prática de lazer físico/esportivo, Castilho e Gomes (2017) exemplificam o *mountain bike* como atividade predominantemente física em meios naturais em que os visitantes valorizam os desafios - abundantes mesmo se praticado de maneira lúdica - inerentes à competição.

Uvinha *et al.* (2018) abordam sobre viagens baseadas em lazer que atraem temporariamente os visitantes para participar de atividades físicas e esportivas, mesmo como expectador - ou para passear pela cidade.

Sobre conteúdos sociais, Falcão e Gomes (2018) priorizam o lazer como prática social em que a experiência turística é vista como uma forma de interagir com o mundo das emoções, exemplificando isso com as apresentações de músicos de rua que evidenciam uma faceta sensível da cidade. Nesse sentido, é possível notar um apoio, um encantamento, uma adesão do público que interrompe o caminho previamente traçado para usufruir desse momento de lazer.

Gonçalves, Gomes e Mazon (2018), ao abordarem as práticas de lazer turístico, reconhecem sua associação com o lazer e o descanso, pois há a possibilidade de desfrutar de um clima agradável no que consideram um “paraíso tropical”, especificamente nas áreas de praia no estado do Rio Grande do Norte com fluxo turístico e migratório internacional.

Já Moreira e Gomes (2018) apontam o turismo virtual no contexto de uma rede de viajantes em que ações como o serviço de hospitalidade com base na internet são fundamentais, pois propiciam trocas entre os *surfers* e os *hosts* acerca de suas experiências de lazer.

Castilho e Gomes (2017, p. 26) sugerem que o lazer contemplativo e a prática do ecoturismo têm similaridades, visto que “a observação da vida selvagem e o *trekking* de longa distância assemelham-se pelo aspecto contemplativo e pela busca de uma interação maior com o ambiente natural”.

É necessário observar ainda que a prática de lazer ou turismo - como as trilhas ecológicas, interpretativas, ou focadas na reflexão e discussão acerca das questões ambientais da localidade - é uma ferramenta bastante integrada ao conceito de contemplação/ócio, pois “permite o conhecimento sobre a fauna, a flora, as relações ecológicas e socioambientais da área e visam a uma maior conexão com a natureza” (BLENGINI *et al.*, 2019, p.148).

Nos trabalhos publicados pelos professores de doutorado em turismo e lazer, não foram identificados claramente as práticas de lazer manuais nem as intelectuais (ANDRADE *et al.*, 2018). Entretanto, como tem sido afirmado até aqui, há uma aproximação considerável entre as áreas de turismo e lazer, o que requer mais investigações que supram essa demanda.

1.2 Aproximações entre turismo e lazer na produção dos programas de doutorado em turismo e lazer no Brasil

Os dados colhidos na plataforma Sucupira, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes –, permitiu a identificação de 22 programas de doutorado na área de “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo” no Brasil. Desses, três são diretamente relacionados ao turismo, a saber: Turismo e Hotelaria - da UNIVALI - e Turismo – um da USP e outro da UFRN. Já enquanto área de avaliação interdisciplinar, há 44 programas de Doutorado, entre os quais consta um doutorado em estudos do lazer pela UFMG (BRASIL, 2020).

Ao tratar sobre a reciprocidade entre turismo e lazer, convém ressaltar o quanto um tem sido enfatizado pelo outro nos cursos de doutorado no Brasil. De fato, entre os trabalhos dos docentes nos cursos de doutorado em turismo publicados em periódicos científicos, há uns que abordam o lazer com ênfase no turismo (FERREIRA; SILVA, 2016, 2017; SANTOS, 2018; GONÇALVES, 2018; OLIVEIRA, 2018; FROIS, 2018; MACHADO, 2018; ROSA; COSTA; SANTANA, 2019) e outros que invertem essa relação (PIRES; MUSSI; ARAUJO, 2016; SILVA; MARQUES JÚNIOR, 2017; SOHN *et al.*, 2019; BORGES; FERREIRA; NÓBREGA, 2019; FONSECA; OLIVEIRA; SONAGLIO, 2018; GALVÃO, 2019; COSTA; FONSECA, 2019).

Desses artigos, três são do Programa Interdisciplinar de Estudos do Lazer da UFMG, cuja Área de Concentração em Cultura e Educação possui três linhas: LP1: Identidade, sociabilidades e práticas de lazer; LP2: Memória e história do lazer; e LP3: Formação, Atuação e Políticas do Lazer. Nas publicações atuais dos docentes, há trabalhos sobre turismo futebolístico (FERREIRA SILVA, 2016, 2017) e sobre o Parque Estadual do Itacolomi (PEIT), em Ouro Preto/MG, onde há um equipamento que faz parte da cultura local e que potencializa ambas as práticas em meio à natureza (ROSA; COSTA; SANTANA, 2019), associando-as, portanto, em ambientes naturais como os parques.

O programa de doutorado em turismo e hotelaria da UNIVALI, cuja Área de Concentração em Planejamento e Gestão do Turismo e da Hotelaria possui duas linhas de pesquisa: a LPI - Planejamento do Destino Turístico - e a LPII - Gestão das Empresas de Turismo -, foi responsável também por três trabalhos, a saber, o de Sohn *et al.* (2019) sobre o turismo e lazer na extensão universitária, ou seja, no turismo pedagógico, visto que “a maioria das atividades desenvolvidas teve presente a busca por novas experiências de lazer” (p. 716); e

o de Pires, Mussi e Araujo (2016) que recomenda a necessidade de uma nova configuração metodológica para o reconhecimento dos espaços e da infraestrutura de lazer e recreação nos destinos turísticos. É, portanto, pela experiência como elo entre turismo e lazer que é possível perceber os estudos relacionados a esse programa de doutorado.

Seis dos trabalhos foram produzidos no curso de doutorado em turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, cuja área de concentração em turismo, desenvolvimento e gestão possui duas linhas: LPI - Turismo e Desenvolvimento Regional - e a LPII - Gestão em Turismo.

No contexto de Lazer em parque, Alexandre *et al.* (2019) consideram que “os parques urbanos contribuem para o bem-estar e a qualidade de vida e constituem-se espaços propícios ao turismo pedagógico durante o lazer.” (p. 902). Portanto, tal visão permite aproximar a experiência da apresentada por Sohn *et al.* (op. cit.), reforçando a ideia de que esse tipo está vinculado às práticas e aos lugares onde ocorrem lazer para educação em turismo.

Assim como as políticas públicas de revitalização urbana, os dois conceitos são o foco de Borges, Ferreira e Nóbrega (2019), especificamente em parque são identificados por Silva e Marques Júnior como um dos diversos empreendimentos específicos desse setor (2017). Para além desse âmbito, ambos podem se configurar como indutores de urbanização e expansão de serviços como asseguram Fonseca, Oliveira e Sonaglio (2018), Galvão (2019) e Costa e Fonseca (2019).

Especificamente no contexto do turismo, a experiência é um sentimento pessoal dos participantes acerca das atividades afins que podem ocorrer antes, durante e depois da viagem (ROCHA, 2018). Em um sistema flexível de turismo, ela é associada às relações desenvolvidas pelo turista/visitante e influenciadas pela tecnologia e pelos reguladores de um subsistema composto por: 1. Agência de turismo local e meios de hospedagem; 2. Atrativos no destino; 3. O guia de turismo; 4. Serviço de transporte compartilhado regular; 5. Serviços de alimentação, bebidas e outros, articulados aos elementos de outros subsistemas do processo de produção, culminando na experiência de viagem (VELASQUEZ, 2016).

Ao observar crianças antes, durante e após a visita a museus, Leal (2018) enfatiza “a percepção da sua forma natural de ser, experimentando ou vivendo a experiência do aqui/ agora, em permanente inventividade” (p. 166).

Binfaré (2018), por sua vez, considera a religiosidade como elemento norteador de práticas de lazer na sociedade contemporânea, enquanto Galvão (2019) remete para a estrutura espacial, especialmente na territorialização das atividades de turismo e lazer rurais diretamente ligadas ao modo de vida em tais espaços, o que acaba tornando-os símbolos de um segundo lar.

A heterogeneidade dos estudos sobre turismo e lazer abre uma discussão acerca do desenvolvimento humano (SANTOS, 2018) e de seus consequentes negócios, sendo ambos associados à experiência (FROIS, 2018; GONÇALVES, 2018). O que se percebe é que, enquanto os temas em lazer são relacionados à formação cultural, os de turismo enfatizam a gestão da experiência e, ao agrupar essas ideias, há um avanço na associação teórica de ambos.

1.3 Teoria das restrições aplicada ao turismo e lazer em parques

Etimologicamente o vocábulo restrição pode ser entendido como um impeditivo, condição ou regulamentação limitadora (DICIONÁRIO BROWSE, 2020), ou ainda como um

controle que impõe limites específicos (DICIONÁRIO CAMBRIDGE, 2020). Nesse estudo, considera-se a teoria das restrições (TOC) que, desde a década de 1980, vem sendo desenvolvida como um conjunto de princípios retirados das ciências exatas e aplicados à gestão das organizações e sistematizados por métodos aplicados a várias áreas como Produção (Corda Tampão de Tambor Simplificado), Projetos (Gerenciamento de Projetos em Cadeia Crítica), Distribuição e varejo (Pull Replenishment), Planejamento de métodos de controle de execução (Gerenciamento de amortecedor), bem como Critérios e desenvolvimento de medidas de apoio a decisões consistentes na contabilidade de produção (IKEZIRI *et al.*, 2018).

Outras contribuições da teoria das restrições são apresentadas por Albino (2017), ao enfatizar que a TOC é baseada em três pressupostos: o de que uma organização é mais que a soma de suas partes, de que há uma meta a ser atingida e, por fim, o de que o desempenho é limitado por poucas variáveis, ditas restrições do sistema.

Desde a década de 1980, os estudos específicos sobre a teoria das restrições no turismo e lazer têm um modelo de não-uso de serviços públicos de lazer (GODBEY, 1985; CRAWFORD; JACKSON; GODBEY, 1991) que tem sido base para os atuais (Cf. Figura 2).

Figura 2. Modelo hierárquico de Restrições de lazer.



Fonte: Adaptado de Crawford, Jackson e Godbey (1991) e Chick e Dong (2003).

As restrições para o lazer partem da motivação para a prática, considerando as intrapessoais (fatores pessoais, atitudes etc.) associadas às interpessoais (interação com outras pessoas etc.) e à forma como são coordenadas ou acrescidas das restrições estruturais (falta de tempo, dinheiro etc.).

Neste livro, são observadas as restrições para o turismo e lazer em parques naturais no período de visita e na possibilidade de revisita e são apresentados os principais estudos sobre os tipos de parques, a segmentação e as restrições de visitas, divididas por fases pré-visita, visita e pós-visita (Cf. Quadro 2):

Quadro 2. Síntese de variáveis em trabalhos sobre *leisure in parques* relacionados às restrições para a prática turismo e lazer em parques.

AUTOR(ES)	PERFIL										RESTRIÇÕES			VISITAS		
	TP	Sex	Ida	NiE	Re	Ori	EsC	Ocu	Ra	Ou-tros	Intr	Iter	Est	PrV	Vis	PoV
Bocarro, Greenwood e Henderson, (2008)	PU	X	X						X	ProC; Esp.						
Shannon e Werner (2008)	PU	X	X												X	
Nyaupane e Andereck (2007)		X	X	X	X		X			FILM	X	X	X			
Raluca e Gina (2008)	PT													X	X	X
Funk, Alexandris e Ping (2009)		X	X	X	X						X	X	X	X		
Stanis, Schneider e Russel (2009)	PE	X	X			X					X	X	X		X	X
Godbey, Crawford e Shen (2010)											X	X	X			
Hudson <i>et al.</i> (2010)											X	X	X			
Jaafar e Tudin (2010)	PU	X	X	X											X	
Zhang, Lu e Holt (2011)	PU	X	X			X			X							
Li <i>et al.</i> (2011)	PU	X	X	X	X		X				X	X	X	X		
Son e Yarnal (2011)			X	X	X				X		X	X	X			
Tonge, Moore e Taplin (2011)	PNa	X	X			X									X	X
Fredman <i>et al.</i> (2012)		X	X	X	X	X			X	Cr; FILM						
Thapa (2012)	PNa												X	X		
Yang, Kim e Lee (2012)	PU	X	X			X									X	
Dong e Chick (2012)		X	X	X	X	X	X				X	X	X			
Lai, Li e Harril (2013)		X	X	X	X			X			X	X	X	X		
Zanon <i>et al.</i> (2013)	PV	X	X	X	X				X		X	X	X	X	X	X
Matthew <i>et al.</i> (2013)	PAP	X	X	X	X	X								X	X	
Alexandris (2013)		X	X		X		X			SFIN						
Tan e Kuo (2013)	PR	X	X	X				X			X	X	X	X		
Chang, Shu e King (2014)	PT															X
Silva-Sánchez e Jacobi, (2016)	PU												X			
Priporas <i>et al.</i> (2014)											X	X	X		X	
Rosa e Nogueira (2015)	PNM		X	X				X							X	X
Frash Jr <i>et al.</i> (2016)	PM		X	X	X		X		X						X	X
Lemieux <i>et al.</i> (2016)	PE	X		X	X			X							X	
Raimundo e Sarti (2016)	PU															

Luneva (2017)	PNa																
Henderson-Wilson (2017)		X	X	X	X					Sau							
Božić, et al. (2017)	PA	X	X	X	X						X	X	X	X			
Silva e Marques Júnior (2017)	PT		X														X
Macgregor et al. (2017)											X	X	X				
Çetinkaya, Yildiz e Özçelik (2018)	PNa	X						X		FrVi; DeVi	X	X	X	X			X
Doran (2018)											X	X	X				
Andrade et al. (2018)		X	X	X													
Davras, Caber, Crawford (2019)		X		X						Cu	X	X	X				X
Chen (2019)		X	X		X					FrVi; DeVi;	X	X	X				X
Matthew et al. (2019)		X	X	X	X		X	X									
Rushing et al. (2019)											X	X	X				X
Tang et al. (2019)																	

Legendas:

Parques: PG = Parques em geral; PE: Parque Estadual; PU: Parques Urbanos; PNa = Parque Nacional; PAP = Parques e Áreas Protegidas; PV = Parque de Visitação; PR = Parque Rural; PT = Parque Temático; PNM = Parque Natural Municipal; PM = Parque Municipal; PA = Parque Arqueológico.

Sociodemografia: Sex = sexo; Ida – Idade; NiE = Nível Escolar; Ren = Renda; EsC = Estado Civil; Ocu = ocupação; Ori = Origem; Rac = Raça; Sau = saúde; Cul – cultura; FrVi = Frequência de viagem; DeVi = Despesas de viagem; FrAf = Frequência de Atividade física. ProC = Programas comunitários. Esp = Esporte. FILM = filhos menores de 18 anos. SFIN = Situação Financeira.

Restrições: **Intr:** intrapessoais; **Inter:** interpessoais; **Est:** estruturais;

Visita: **PrV:** pré-visita; **Vis:** durante a visita; **PoV:** pós-visita.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Nos estudos sobre lazer em parques, há uma heterogeneidade de nomenclaturas para esses espaços, os urbanos são claramente os mais frequentes, pois implicam na oferta de serviços de lazer e turismo para a população das grandes cidades que ali consegue socializar e, ao mesmo tempo, se conectar com a natureza, além de auxiliarem na conservação do meio ambiente (RAIMUNDO; SARTI 2016).

Diversas características podem ser reconhecidas nos parques que são objeto do presente estudo, entre as quais elencam-se as sugeridas por Zanon *et al.* (2013) de que geralmente são gratuitos para o público, com áreas de beleza natural com flora e fauna protegidas, tais como os parques nacionais, os estaduais e os naturais municipais das Unidades de Conservação e Proteção integral do Brasil.

Outros autores Tonge; Moore; Taplin (2011) e Thapa (2012) têm realizado estudos em Parques Nacionais, mas Luneva (2017) prioriza as questões legais, destacando que os meios para proteger sistemas ecológicos raros ainda não foram desenvolvidos e isso ameaça as áreas naturais protegidas. Já Çetinkaya, Yildiz e Özçelik (2018) reconhecem que eles são importantes áreas de turismo e recreação amplamente utilizados em muitos países e por isso enfatizam a influência das características demográficas restritivas dessas práticas.

Destacam-se também os trabalhos de Matthew *et al.* (2013), de Stanis, Schneider e Russel (2009) e de Lemieux *et al.* (2016) sobre parques estaduais e áreas protegidas, o de Frash Jr *et al.* (2016) sobre parque Municipal e o de Rosa e Nogueira (2015) acerca de Parque Natural Municipal.

Dentre aqueles sobre restrições para gestão de turismo e lazer, há os que analisaram as intrapessoais, interpessoais e estruturais aplicadas à atividade física e ao lazer em parque (STANIS, SCHNEIDER; ANDERSON, 2009; STANIS, SCHNEIDER; RUSSELL, 2009).

Ainda merece destaque a obra de Jinhee, Kyle e Mowen (2009) para quem as restrições podem ser usadas para identificar áreas de mercado significativas que, por diversas razões, têm dificuldade em acessar serviços de lazer. E, além disso, afirmam que as restrições do público em recreação não são uma barreira uniforme que confronta segmentos distintos e, mais do que isso, remover ou minimizar as restrições de uso do parque concernentes a cada um pode permitir que os provedores de serviços atinjam setores insuficientemente atendidos.

Enquanto Son e Yarnal (2011) ampliaram aspectos do modelo integrado de restrições e benefícios, incluindo ainda motivações, atitudes, valores baseados na organização e fatores sociodemográficos (idade, educação, renda, saúde), o estudo realizado por Zanon *et al.* (2013) apresentam importantes elementos para a gestão de parques a partir de uma meta-análise que integra resultados de 22 estudos norte-americanos com 541 estimativas ao longo de 30 anos, a partir das quais foram determinadas as principais restrições de visita com base em vários fatores sociodemográficos, o que evidenciou as deficiências da literatura.

Zanon *et al.* (2013) sugerem estudos que relacionem as restrições de visitas aos níveis de educação, transporte e custos, bem como ao tempo, a fim de comprovar se a falta de tempo afeta todos os fatores sociodemográficos e também que seja realizada uma pesquisa abrangente, com base na meta-análise, para expandir o exame de fatores e de restrições desse teor, considerando variáveis sobrepostas e efeitos de covariância, o que somente será possível se os autores fornecerem dados suficientes.

Diante dessa circunstância, as restrições são a temática investigada neste livro, o que já vem sendo feito, mas aqui o modelo hierárquico citado será acrescido de análises específicas de diversos estudos. Em 2010, Crawford e Geoffrey se posicionaram sobre os avanços e limitações dessas pesquisas e, a partir do mapa de influência da Dematel, Tan e Kuo (2013) mostram as estratégias de facilitação das restrições de prioridade que acabam por afetar outros tipos.



CAPÍTULO 2

ESTUDOS MÉTRICOS DA INFORMAÇÃO SOBRE TURISMO E LAZER A PARTIR DO LAZER EM PARQUES DE 2008 A 2020

Como já afirmado, há uma aproximação do turismo e do lazer em diversos estudos, inclusive naqueles sobre turismo numa concepção mais ampla (KRIPPENDORF, 2009; BENI; MOESCH, 2017; FIGUEIREDO *et al.*, 2017), ou nos de perspectiva internacional sobre o lazer relacionado ao turismo (HENDERSON; SIVAN, 2018), também naqueles sobre práticas de lazer (ANDRADE *et al.*, 2018), além de em alguns de grupos de pesquisa que relacionam ambas as práticas (STOPPA; TRIGO; ISAYAMA, 2017; CASTILHO; GOMES, 2017) e, por fim, nas pesquisas dos programas de pós-graduação (ROSA; NOGUEIRA, 2015; SILVA; MARQUES JÚNIOR, 2017). Contudo, ainda é evidente a necessidade de que haja outros em que as bases teóricas integradoras sejam consideradas, o que recrudesceria os trabalhos na área e ofereceria subsídios para políticas públicas no âmbito.

Com efeito, a realização de uma análise sobre os principais estudos na atualidade possibilita entender o cenário geral e sua predominância, além de identificar as possíveis lacunas a serem investigadas e, justamente porque os estudos acadêmicos sobre lazer em parques possuem diversas nuances, abre-se o pressuposto para que haja outros ancorados no que tem sido pesquisado até o momento, por isso o objetivo deste capítulo é apresentar os principais sobre lazer em parques nos últimos 13 anos.

2.1 O percurso da investigação

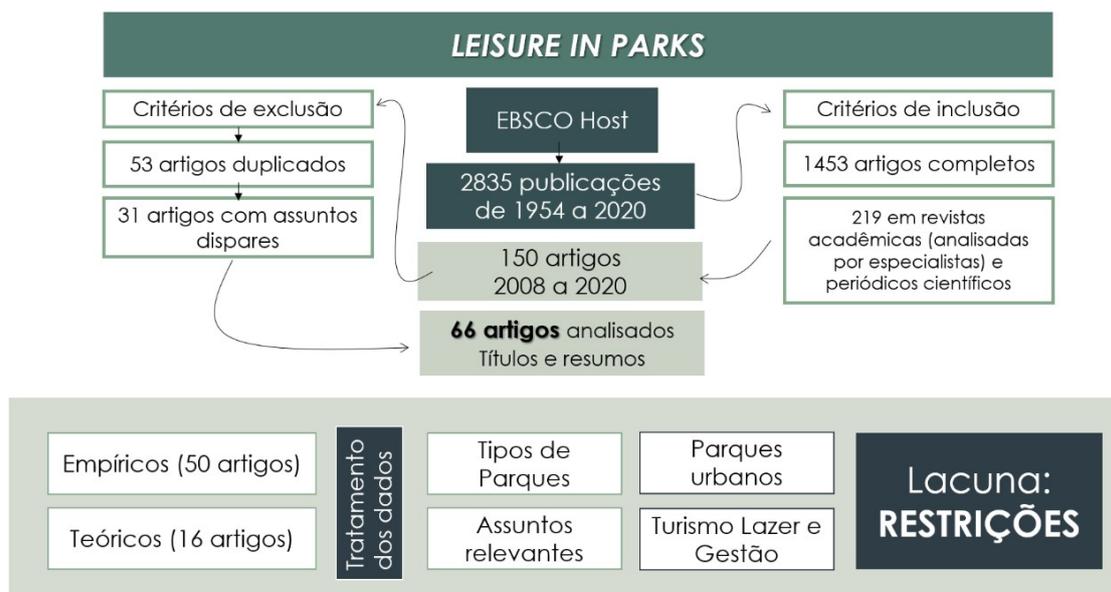
Neste texto, o conceito de turismo é pautado especificamente pela relação turismo e lazer na literatura internacional sobre lazer em parques e, para mapear áreas ou atividades não estudadas previamente, foi realizado um levantamento bibliográfico (PRODANOV; FREITAS, 2013).

O processo de geração do conhecimento foi facilitado pelos estudos métricos da informação seguindo o fluxo da comunicação científica, os quais levam em consideração os elementos do *input* - relacionados aos “insumos” da produção do conhecimento: a pesquisa, o novo conhecimento e a avaliação pelos pares - e do *output* - ligado ao “produto” e, portanto, à disseminação, visibilidade e acessibilidade (NORONHA; MARICATO, 2008).

Dessa forma, os estudos sobre lazer em parques foram caracterizados por meio de um estudo longitudinal – nos últimos 13 anos – na base de dados Elton Bryson Stephens Compans – EBSCO (2020) em que primeiramente identificou-se os assuntos do tesouro¹: os dos cabeçalhos; os mais recorrentes; os principais *journals*, os editores mais assíduos, bem como a faixa etária que mais figurou nos artigos pesquisados como detalha a figura seguinte.

1 Tesouro se refere a um conjunto de termos que representam os conceitos de um ou vários domínios de conhecimento e tem a função principal de padronizar aqueles utilizados em um sistema de informação (REJOWISKI; KOBASHI, 2011).

Figura 3. Critérios do levantamento dos dados



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Para ampliar o alcance da busca a uma escala internacional, também foi considerada a expressão em inglês “leisure in parks”, conseqüentemente surgiram 2.835 trabalhos no período de 1954 a 2020, mas, ao aplicar o filtro “textos completos”, restaram 1.453 e, por fim, restringindo ainda para “revistas acadêmicas” (analisadas por especialistas), restaram 332. Ainda no processo de filtragem, foram inseridos 219 artigos de periódicos científicos dos quais, com a baliza temporal de 2008 a 2020, resultaram 150 que, após a exclusão das duplicações, totalizaram 94 e ao final 66. Nesse sentido, fica evidente a necessidade de estudos que revelem possíveis lacunas de outros que versem sobre lazer em parques na interface do turismo com o lazer.

2.2 Lazer em parques nas pesquisas acadêmicas

Inicialmente, o panorama dos termos afins ao turismo e ao lazer nos estudos, permite elucidar aproximações conceituais entre esses dois fenômenos como é demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1. Dados levantados em pesquisas na plataforma EBSCO host (2020) pelos termos “*tourism*” e “*leisure*”.

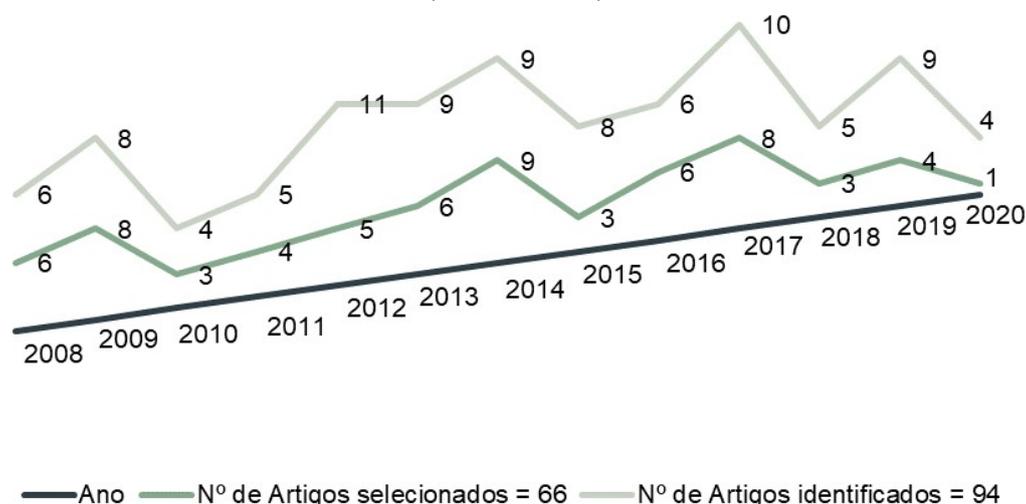
TERMO	Freq.	%	TERMO	Freq.	%
<i>Tourism</i>	11.361	100	<i>Leisure</i>	2.520	100
Turismo	7.436	65,5	Lazer	998	39,7
Indústria da hospitalidade	1.497	13,3	Turismo	520	20,7
Desenvolvimento sustentável	864	7,6	Atividade física	451	17,8
Ecoturismo	663	5,8	Recreação	187	7,4
Lazer	269	2,4	Indústria do lazer	105	4,2
Cultura e turismo	264	2,3	Gestão do tempo	100	3,9
Proteção do ambiente	167	1,4	Desenvolvimento sustentável	51	2,0
Planejamento urbano	118	1,0	Planejamento urbano	40	1,6
Turismo e planejamento urbano	83	0,7	Espaços públicos	38	1,5
			Áreas metropolitanas	30	1,2
Total	11.361	100	Total	2.520	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

A busca pelos termos “*tourism*” e “*leisure*” não relacionou “parque”, mas destacam-se: desenvolvimento sustentável (7,6%), ecoturismo (5,8%), lazer (2,4%) e proteção do ambiente (1,4%) que reunidos somam 17,2% relacionados ao lazer e a questões ambientais. Pode-se afirmar, portanto, que as pesquisas relacionadas a turismo carecem de discussões sobre lazer em parques, os quais são regulamentados por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e possuem como categorias de manejo: a) os parques nacionais - criados pelo Ministério do Meio Ambiente; b) os estaduais - criados pelas secretarias estaduais; c) e os naturais municipais - criados na esfera municipal (SNUC, § 4º, Art. 11, 2000) e potenciais espaços de visitação, conseqüentemente propícios ao turismo. Por outra ótica, fica clara a influência da temática turismo (20,7%) quando se pesquisa “*leisure*”. Assim, torna-se pertinente especificar esta pesquisa e, para tanto, decidiu-se por *Leisure in parks* a fim de identificar possíveis lacunas teóricas.

Um panorama geral dos estudos acerca dessa temática deixa entrever que, entre os assuntos do tesouro, os mais recorrentes versam sobre lazer (14), turismo (7), parques urbanos (6), gestão de parques (5) e desenvolvimento econômico (4). Já os dos cabeçalhos debruçam-se em compromisso (2), atitudes de funcionários (2), lealdade do pessoal (2), setor público (2), salários e benefícios adicionais (2). Quando a pesquisa enfoca os assuntos mais recorrentes, há a predominância da temática lazer (13), espaços públicos (8), recreação (8), estatística descritiva (6), atividade física (6) e ciberespaço (5) (EBSCO, 2020). Acrescenta-se ainda que, mesmo que o termo “lazer em parques” não apareça de maneira literal, existem outros temas comuns que podem corroborar para que o conceito venha a figurar nas pesquisas, como é o caso aqui com os dados sobre lazer em parques nos últimos 13 anos publicados em artigos internacionais (Cf. Gráfico 1):

Gráfico 1. Evolução da publicação de artigos internacionais sobre *Leisure in parks* (2008 – 2020).



Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

Como pode ser visto, nos anos de 2008 foram identificados seis trabalhos sobre lazer em parque, em 2010, inicialmente quatro, mas apenas três sobre o tema, pois um foi excluído por ser uma chamada para premiação com proposta de um parque esportivo e de lazer atraente, funcional e sem barreiras. Dos cinco de 2011, foi excluído um sobre histórico de lazer por estar em mandarim. Entre os 12 identificados em 2012, sete destoavam do assunto e, entre os de 2014, foram excluídos dois dos 11 sobre eventos de longo prazo e projetos de defesa costeira. Dos 10, publicados em 2015, apenas três têm relação direta com lazer em parque e em 2020 houve cinco também sobre esse viés.

Foi identificada uma oscilação na quantidade de artigos produzidos entre 2012 e 2018, com um decréscimo para cá, cenário esse que permite a afirmação de que o tema *Leisure in parks* tem sido pouco trabalhado e, embora nas produções não haja referências consideráveis para as análises da temática em questão, elas foram computadas, pois delineiam outras relações que podem contribuir para a metodologia do trabalho.

Nos estudos sobre lazer em parques dos últimos 13 anos, a ênfase recai na atividade física praticada em parques urbanos (ERWIN, 2008) ou nas restrições (STANIS; SCHNEIDER; RUSSEL, 2009; JUN; KYLE; MOWEN, 2009; SON; YARNAL, 2011). Pode-se identificar também, embora em menor quantidade, que há outros sobre a escala de satisfação (JAAFAR; TUDIN, 2010); lazer em parques (YANG; KIM; LEE, 2012), lazer e ética profissional (CUNNINGHAM et al., 2012; COUGHENOUR; COKER; BUNGUM, 2014); etnias e lazer em parques (JEAN; GERMAIN, 2014); e revitalização de lazer em parques (JOHNSON; GLOVER; STEWART, 2014).

Além desses, há também pesquisas especificamente sobre parques urbanos como os de Raimundo e Sarti (2016), de Silva-Sánchez e Jacobi (2016) e de Henderson- Wilson et al. (2017); sobre os temáticos como os de Silva e Marques Júnior (2017); e, por fim, as relacionadas à experiência de satisfação em parques comunitários urbanos como a de Yu et al. (2018) que aponta os espaços e as instalações de lazer como itens problemáticos da experiência e satisfação dos residentes.

Ao elencar o escopo dos estudos sobre lazer em parques, é possível identificar a predominância dos tipos e locais das pesquisas, os principais periódicos e os respectivos países e, por fim, os autores que foram agrupados pelos temas turismo, lazer e gestão. Esse panorama geral permite caracterizar de maneira mais ampla e bastante didática o cenário das pesquisas sobre lazer em parques no período enfocado.

Para tornar a análise mais específica sobre esses resultados, os principais temas foram associados a outras informações que possibilitam a identificação da lacuna teórica. A seguir, com o objetivo de analisar a produção sobre lazer no contexto brasileiro, são apresentadas na Tabela 2 as revistas com maior recorrência, incluindo as daqui.

Tabela 2. Periódicos com maior predominância de artigos sobre lazer em parques.

PERIÓDICOS CIENTÍFICOS	Freq.	%
<i>Journal of Park & Recreation Administration</i>	15	22,8
<i>Leisure Sciences</i>	6	9,0
<i>Managing Leisure</i>	3	4,6
<i>Annals of Leisure Research</i>	2	3,0
<i>Asia Pacific Journal of Tourism Research</i>	2	3,0
Caderno Virtual de Turismo	2	3,0
<i>Public Personnel Management</i>	2	3,0
Revista Turismo: Visão e Ação	2	3,0
Outros	32	48,6
Total	66	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

Dentre os periódicos, foi verificado que o *Journal of Park & Recreation Administration* possui 22,8% dos trabalhos sobre lazer em parques - em 2008 e 2009 e de 2013 a 2017 e em 2019 -, configurando-se fonte importante para a temática. Outro de destaque é o *Leisure Sciences* que, embora possua um número menor – seis artigos (três teóricos e três empíricos) publicados de 2009 a 2011 e em 2013 e 2018 - traz três que tratam sobre as restrições para prática de lazer em parques.

Dos 66 estudos sobre lazer em parques, houve sete autores associados duas vezes e os demais apenas uma, deixando a entender que eles não se concentram em pequenos grupos. Nos casos de autores com dois trabalhos, convém mencionar os de Peter Cunningham *et al.* (2012) sobre questões de ética e dinheiro a partir de uma escala de compromisso ocupacional para profissionais de parques e recreação e outro enfocando gerações e os dele em conjunto com Tang *et al.* nos quais são enfatizadas as diferenças de comportamentos por sexo (2012).

Merece destaque também o trabalho de Mathew D. Duerden acerca das implicações do lazer em parques na vida das pessoas (DUERDEN; LUNDBERG; SHURMA, 2016) e outro restrito ao conceito de cocriação e sua relevância para o campo da administração de parques e recreação (LACANIANTA; DUERDEN, 2019).

Andrew J. Mowen é autor de dois trabalhos, um sobre segmentação de mercado no parque Metrô usando os perfis de restrição (2009) e outro, com Pitas *et al.*, sobre possíveis resultados positivos e negativos da atividade de patrocínio corporativo em parques públicos (2015).

Por outro ângulo, os periódicos brasileiros que abordam a temática relacionam-na à acessibilidade e às barreiras para lazer em parques (CASSAPIAN; RECHIA, 2014); à atividade física em parque natural municipal (ROSA; NOGUEIRA, 2015), bem como aos riscos à saúde em parques urbanos (SILVA-SÁNCHEZ; JACOBI, 2016).

Devem ser mencionados também os textos sobre regulação ambiental de parques urbanos (RAIMUNDO; SARTI, 2016), potencialidade de uso turístico deles (BARBOSA *et al.*, 2017), encantamento pelo parque temático (SILVA; MARQUES JÚNIOR, 2017), aqueles com

ênfase na pós-visita (VIEIRA; ALTAF; TROCCOLI, 2012), nos múltiplos usos (HIRATA, SETE; QUEIROZ, 2013) e nas atividades físico-esportivas (ROSA; COSTA; SANTANA, 2019). Entretanto, é relevante identificar os tipos de estudos que vêm sendo realizados especificamente sobre lazer em parques, os quais vêm detalhados na tabela seguinte:

Tabela 3. Quantidade e tipos de artigos em periódicos internacionais sobre *leisure in parks* (2008 - 2020).

ANO	TEÓRICOS	EMPÍRICOS	TOTAL
2008	4	2	6
2009	2	6	8
2010	1	2	3
2011	2	2	4
2012	0	5	5
2013	2	4	6
2014	2	7	9
2015	0	3	3
2016	2	4	6
2017	0	8	8
2018	1	2	3
2019	0	4	4
2020	0	1	1
Total	16	50	66

Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

Os trabalhos publicados entre 2008 e 2020, os quais permitem uma análise cronológica da tendência dos estudos sobre lazer em parques, foram classificados a partir de dois quesitos: empíricos ou teóricos. Entretanto, é importante dizer que a maioria deles é de caráter empírico, pois os pesquisadores buscam analisar uma situação real da atividade turística ou de lazer em lugares específicos.

Dos 16 trabalhos, quatro deles abordam turismo, sendo três oriundos de revistas da Romênia (RALUCA; GINA, 2008; CRUCERU; CIOBANU, 2009; SERRANO; GONZÁLEZ-TRUEBA, 2011). Os dois primeiros versam sobre parques temáticos e o outro recorre à pesquisa documental ao utilizar os mapas geoturísticos que se tornaram uma ferramenta de educação ambiental (SILVA-SÁNCHEZ; JACOBI, 2016). O do Brasil tem como foco os parques urbanos daqui e os outros seis possuem a temática “lazer” (BOCARRO; GREENWOOD; HENDERSON, 2008; MULCAHY, 2008; EVANS; FOORD, 2008; ROSE; DUSTIN, 2009; ARORA, 2011, KIVEL, 2018).

Pela tabela 3, é possível perceber que os estudos teóricos sobre lazer em parque concentram-se em 2008 - quatro - enquanto consta apenas um em 2009 e 201. Tais informações corroboram a relevância dessa análise bibliográfica que surge como uma base para reflexões empíricas, mas também permite observar a necessidade de ampliar essa demanda.

Dos textos, seis versam sobre gestão (HENDERSON, 2010; ZANON *et al.*, 2013; DVORAK; BROOKS, 2013; WILLIAMS *et al.*, 2014; TRAVERSA *et al.*, 2014), dentre os quais destaca-se o estudo de Zanon *et al.* (2013) por ser referência para decisões sobre variáveis sociodemográficas em estudos sobre restrições.

Os principais achados são apresentados a seguir a fim de nortear uma percepção mais ampla acerca dos países onde as pesquisas foram realizadas e dos estudos sobre la-

zer em parques.

Tabela 4. Países de origem de revistas e países pesquisados sobre lazer em parques.

PAÍS DE ORIGEM DA REVISTA	Nº DE ARTIGOS	PAÍS DE ORIGEM DO ARTIGO	Nº DE ARTIGOS
EUA	37	EUA	25
Brasil	9	Brasil	10
Reino Unido	7	Canadá	5
Romênia	3	Austrália	5
Malásia	2	China	3
Suíça	2	Reino Unido	3
Canadá	1	Holanda	2
China	1	Inglaterra	2
Holanda	1	Malásia	2
Inglaterra	1	Romênia	2
Itália	1	Taiwan	2
Polônia	1	Outros	6
Total	66	Total	67

Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

Os textos sobre essa temática mostram que há uma concentração na América do Norte, tanto nos Estados Unidos quanto no Canadá e, dos 20 trabalhos relacionados à gestão e lazer, em quatro são identificados temas associados às restrições (JUN; KYLE; MOWEN, 2009; STANIS, SCHNEIDER, RUSSELL, 2009; SON; YARNAL, 2011), dentre os quais destaca-se o estudo de Stanis, Schneider e Russel sobre restrições do lazer em um parque estadual nos Estados Unidos que alcançou 111 citações até o momento, o que pode ter impulsionado o volume de pesquisas sobre a temática.

Outro fator observado diz respeito à gestão desses espaços nos dois países, com destaque para a de áreas de lazer no contexto urbano (JOHNSON; GLOVER; STEWART, 2014) e as implicações do lazer em parques na vida das pessoas (LEMIEUX *et al.*, 2016), trabalho este realizado com uma amostra de 1.515 visitantes em parques e áreas de recreação provinciais no Canadá.

No Brasil, o único da América do Sul, a prevalência pode ser assim caracterizada: no campo do turismo há os de VIEIRA, ALTAF; TROCCOLI, 2012; SILVA-SÁNCHEZ; JACOBI, 2016; RAIMUNDO; SARTI, 2016; BARBOSA *et al.*, 2017; SILVA; MARQUES JÚNIOR, 2017; sobre lazer, os de CASSAPIAN; RECHIA, 2014; ROSA; NOGUEIRA, 2015; ROSA; COSTA; SANTANA; 2019 e acerca da Gestão, os de HIRATA; SETE; QUEIROZ, 2013.

Na Austrália, embora predominem pesquisas na área de Gestão (HENDERSON, 2010; TONGE; MOORE; TAPLIN, 2011; ZANON *et al.*, 2013), há uma sobre Turismo, (HENDERSON-WILSON *et al.*, 2017) e outra sobre lazer (YU *et al.*, 2018).

Para aprofundar a análise das fontes, após identificados os principais estudos a partir dos termos do tesouro, os quais não são tratados isoladamente, foram agrupados aqueles com temas similares - turismo, lazer e gestão -, cuja predominância revela que as restrições para a gestão do turismo e lazer são uma abordagem importante, mas pouco explorada. Antes, porém, é necessário o entendimento geral sobre esses 3 temas nos estudos aqui elencados.

Inserir-se na temática turismo, o estudo de Jaafar e Tudin (2010), que aponta a ne-

cessidade de pesquisas sobre a avaliação da satisfação do turista em parques urbanos. Já Raimundo e Sarti (2016) consideram que, na lógica dos serviços ecossistêmicos de informação, os parques urbanos podem se configurar um dos mais importantes equipamentos públicos no ambiente, no turismo e no lazer da cidade. Resta, portanto, compreender esse objeto por outras lógicas de serviço. Enquanto Chang, Shu e King (2014), ao abordarem o tema visitação em turismo, optam por falar da influência do tempo decorrido entre uma visita e outra, a duração da viagem, a frequência do uso do serviço e as habilidades perceptivas dos visitantes.

Naqueles com predominância em lazer, Rosa e Nogueira (2015) identificam a percepção das mulheres quanto ao lazer em um parque natural municipal, recomendando pesquisas com metodologia quantitativa para avaliar vários grupos de atividades com mulheres de classe média e comparar seus resultados, a fim de ver se é possível generalizar alguns resultados. Além disso, sugerem investigar como o tema lazer é percebido pelo sexo feminino de diferentes camadas sociais e explorar o tema lazer ao ar livre.

Ainda no que se refere ao tema lazer, Lemieux *et al.* (2016) ressaltam que o volume extenso da amostra e os diversos estudos de caso são um ponto forte desta pesquisa, pois podem refletir também a quantidade de estudos no país. Contudo, ainda assim, asseguram ser necessária uma amostragem mais ampla com mais diversidade de participantes, de regiões e o uso de métodos rigorosos que reduzam o viés de autosseleção e de características da demanda.

Ao considerar a limitação do estudo realizado no sudoeste dos Estados Unidos, Frash Jr *et al.* (2016) sugerem que novas pesquisas sejam conduzidas em diferentes locais de lazer para validar os achados bem como que sejam analisados e comparados os diferentes tipos de visitantes - diários, portadores de passeios de temporada, residentes locais, turistas e de diferentes segmentos demográficos - e a diversidade de sistemas de parques - urbanos, municipais, estaduais e nacionais.

Entre os artigos com maior ênfase na gestão, após ser feita a análise da satisfação do visitante como ferramenta para os gerentes de parque, Tonge, Moore e Taplin (2011), por meio de uma revisão e estudo de caso, perceberam que ainda há vários desafios, a maioria relacionada à coleta, ao armazenamento e ao uso de dados pelas agências de parques e lazer.

Por fim, convém mencionar as contribuições do trabalho de Hirata, Queiróz e Sete (2013) para a gestão, pois ressaltam o fato de o parque exercer uma influência sobre a população local e regional em termos de lazer e tornar concreta a existência de potencial demanda turística que pode ser otimizada com a melhoria da infraestrutura e com o planejamento direcionado ao público.

2.3 O desenlace da pesquisa

Quanto à relação turismo/lazer na visitação a parques, a experiência pessoal, seja em atividades de lazer ou em viagens de turismo de lazer, é um dos pontos mais enfatizados e, para analisá-la, são necessárias estratégias metodológicas - como as aqui sugeridas - e proceder à observação das restrições para visitas em turismo de lazer em diversos ambientes, entre eles, os parques.

Cabe enfatizar que, ao fazer uma busca ao longo dos últimos anos com um olhar mais específico dessa relação, as questões ambientais são prevalentes e os assuntos que as permeiam são desenvolvimento sustentável, proteção ao meio ambiente e, com mais desta-

que, o planejamento urbano de espaços públicos em regiões metropolitanas. Contudo, esses temas estão envoltos no âmbito da indústria do lazer e da hospitalidade no turismo e no lazer, reforçando sua associação a questões mercadológicas.

A literatura internacional tem se concentrado nos Estados Unidos e Canadá, seguidos pelos países europeus, a exemplo do periódico científico *Journal of Park & Recreation Administration* com maior número de manuscritos na área, sendo que os trabalhos anuais sobre lazer em parque totalizam nove. Ademais, pode-se concluir que aqueles sobre gestão de lazer e turismo nesses espaços têm sido predominantes, sendo os urbanos os mais pesquisados e, no Brasil, tem sido enfocados o turismo e os parques, tanto naturais quanto temáticos.

Diante desse contexto, percebe-se que, no Brasil, os estudos têm contribuições para o aprimoramento desse tipo de atividade e que, ao se tratar especificamente de turismo e lazer em parques, considera-se a amplitude e a inserção de elementos associados e, portanto, a necessidade de gestão dos mesmos para que se obtenha êxito.



CAPÍTULO 3

PARQUES NATURAIS MUNICIPAIS NO BRASIL COM ÊNFASE EM PRESIDENTE FIGUEIREDO

No Brasil, os parques são configurados como nacionais, estaduais ou naturais municipais (SNUC, 2000), a exemplo do Urubuí, Galo da Serra e Orquídeas em Presidente Figueiredo no Amazonas. Quantitativamente, os PNMs podem ser encontrados na seguinte ordem: Região Sudeste (155), Sul (45), Centro-Oeste (22), Nordeste (17) e Norte (9), os quais são detalhados no quadro seguinte:

Quadro 3. Parques Naturais Municipais do Brasil.

REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	PARQUE NATURAL MUNICIPAL	Nº TRAB. GOOGLE SCHOLAR	NOTA AVAL. MAPS	Nº AVAL. MAPS	SNUC
CENTRO OESTE	GO	Caldazinha	Da Pedreira da Estrada de Ferro	0	0	0	SIM
	GO	Catalão	Do Setor Santa Cruz	5	4,2	206	SIM
	GO	Jataí	Mata do Açude	1	0	0	NÃO
	GO	Mambaí	Do Pequi	8	0	0	SIM
	GO	Orizona	Eli Bastos	0	0	0	SIM
	GO	Piracanjuba	Das Orquídeas José Pinheiro de Souza	3	0	0	SIM
	GO	Posse	Ribeirão da Prata	5	0	0	SIM
	MS	Alcinópolis	Templo dos Pilares	9	5	20	SIM
	MS	Corumbá	De Piraputangas	17	4,4	29	SIM
	MS	Costa Rica	Da Lage	2	4,5	204	NÃO
	MS	Costa Rica	Salto do Sucuriú	23	4,7	1.088	NÃO
	MS	Dourados	Do Paragem	11	0	0	SIM
	MS	Naviraí	Do Córrego Cuman-daí	3	0	0	SIM
	MS	Três Lagoas	Do Pombo	6	0	0	SIM
	MS	Três Lagoas	Das Capivaras	0	4,8	903	NÃO
	MT	Cláudia	Paulo Viriato Correa da Costa	0	0	0	SIM
	MT	Marcelândia	Colonizador Jose Bianchini	0	0	0	SIM
	MT	Nova Lacerda	Uirapuru	0	4,8	46	SIM
	MT	Sinop	Parque Florestal de Sinop	2	4,4	2.399	SIM
	MT	Sinop	Jardim Botânico	0	0	0	SIM
	MT	Sorriso	Claudino Francio	0	0	0	SIM
	MT	Terra Nova do Norte	Vale do Esperança	1	0	0	SIM
MT	Várzea Grande	Flor do Ypê	0	4,5	318	NÃO	
NORDESTE	BA	Andaraí	Andaraí - Rota das Cachoeiras	0	0	0	SIM
	BA	Ibicoara	Do Espalhado	2	0	0	NÃO
	BA	Ilhéus	Da Boa Esperança	1	0	0	SIM

REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	PARQUE NATURAL MUNICIPAL	Nº TRAB. GOOGLE SCHOLAR	NOTA AVAL. MAPS	Nº AVAL. MAPS	SNUC
NORDESTE	BA	Jacobina	Da Macaqueiras	1	0	0	SIM
	BA	Maracás	Bosque da Nascente do Rio Jiquiriçá	0	4,0	1	SIM
	BA	Mata De São João	Da Restinga de Praia do Forte	1	4,6	596	NÃO
	BA	Santa Rita De Cásia	Zabele	0	0	0	SIM
	CE	Araripe	Distrito de Brejinho	1	4,8	307	NÃO
	CE	Barbalha	Luís Roberto Correia Sampaio	0	0	0	NÃO
	CE	Fortaleza	Das Dunas de Sabiaguaba	49	0	0	SIM
	CE	Juazeiro do Norte	Das Timbaúbas	3	3,7	495	SIM
	MA	Anapurus	Riacho Estrela	1	0	0	SIM
	PB	Cabedelo	De Cabedelo	15	4,1	15	NÃO
	PB	João Pessoa	Do Cuiá - Parque Cuiá	13	4,3	15	SIM
	PE	Caruaru	Professor João Vasconcelos Sobrinho	18	4,8	307	SIM
	PE	Garanhuns	Das Nascentes do Mundaú	5	0	0	NÃO
	PE	Tamandaré	Do Forte de Tamandaré	14	4,8	5	SIM
	RN	Arês	José Mulato	2	5	2	NÃO
	RN	Natal	Da Cidade do Natal D. Nivaldo Monte	7	4,6	1.697	SIM
	NORTE	AM	Manaus	Mindú	108	0	0
AM		Manaus	Nascentes do Mindú	19	0	0	NÃO
AM		Presidente Figueiredo	Das Orquídeas	5	4,5	239	NÃO
AM		Presidente Figueiredo	Galo da Serra	1	4,5	69	NÃO
AM		Presidente Figueiredo	Urubuí	4	4,6	117	NÃO
AP		Serra Do Navio	Do Canção	5	0	0	SIM
PA		Canaã Dos Carajás	Veredas dos Carajás	3	4,5	6	SIM
PA		Castanhal	De Castanhal/Pará	1	0	0	SIM
PA		Redenção	De Redenção	0	4,7	3	NÃO
RO		Ariquemes	Ariquemes	2	4,3	811	SIM
RO		Porto Velho	De Porto Velho	99	4,5	307	SIM

REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	PARQUE NATURAL MUNICIPAL	Nº TRAB. GOOGLE SCHOLAR	NOTA AVAL. MAPS	Nº AVAL. MAPS	SNUC
SUDESTE	ES	Aracruz	David Victor Farina	2	3,9	14	SIM
	ES	Aracruz	Do Aricanga Walde- mar Devens	2	4,7	103	SIM
	ES	Cariacica	Do Manguezal de Itanguá	1	0	0	SIM
	ES	Cariacica	Do Monte Mochua- ra	3	4,5	76	SIM
	ES	Conceição Da Barra	De Conceição da Barra	4	0	0	SIM
	ES	Domingos Martins	De Domingos Mar- tins	0	4,6	3.389	SIM
	ES	Fundão	Goiapaba-Açu	1	4,6	161	SIM
	ES	Guarapari	Morro da Pescaria	12	4,7	1.074	SIM
	ES	Piúma	Dos Puris	1	0	0	SIM
	ES	Vila Velha	De Jacarenema	73	4,4	68	SIM
	ES	Vitória	Chácara Von Schil- gen	0	4,8	67	SIM
	ES	Vitória	De Tabuazeiro	5	3,7	495	SIM
	ES	Vitória	Dom Luiz Gonzaga Fernandes	6	3,8	252	SIM
	ES	Vitória	Gruta da Onça	6	4,2	469	SIM
	ES	Vitória	Pedra dos Olhos	3	4,6	96	SIM
	ES	Vitória	Vale do Mulembá	29	4,6	20	SIM
	MG	Betim	Felisberto Neves	2	3,9	32	SIM
	MG	Conceição Do Mato Dentro	Do Tabuleiro	12	4,9	374	SIM
	MG	Conceição Do Mato Dentro	Salão de Pedras	8	4,8	253	SIM
	MG	Congonhas	Da Cachoeira de Santo Antônio	0	0	0	SIM
	MG	Governador Vala- dares	De Governador Va- ladares	2	4,1	851	SIM
	MG	Itabira	Alto do Rio do Tan- que	0	0	0	SIM
	MG	Itabira	Do Intelecto	3	4,5	153	SIM
	MG	Itabira	Do Ribeirão São José	1	3,7	9	SIM
MG	Juiz de Fora	Da Lajinha	11	4,7	891	SIM	
MG	Nazareno	Voçoroca do Córre- go do Cravo	0	0	0	SIM	

REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	PARQUE NATURAL MUNICIPAL	Nº TRAB. GOOGLE SCHOLAR	NOTA AVAL. MAPS	Nº AVAL. MAPS	SNUC
SUDESTE	MG	Nazareno	Voçoroca do Lar dos Idosos	0	0	0	SIM
	MG	Nova Lima	Rego dos Carrapatos	1	4,5	281	SIM
	MG	Paraisópolis	Brejo Grande	0	0	0	SIM
	MG	Ouro Preto	Das Andorinhas	37	4,8	441	SIM
	MG	Ouro Preto	Arqueológico do Morro da Queimada	5	4,5	52	SIM
	MG	Ouro Preto	De Cachoeira do Campo	3	4,7	1.158	SIM
	MG	Ouro Preto	Do Horto dos Contos	0	0	0	SIM
	MG	Padre Paraíso	Da Biquinha	2	0	0	SIM
	MG	Pains	Dona Ziza	2	4,7	170	SIM
	MG	Poços De Caldas	Da Serra de São Domingos	2	4,5	21	SIM
	MG	Ponte Nova	Tancredo Neves-Passa Cinco	1	0	0	SIM
	MG	São Domingos Do Prata	Elci Rolla Guerra	1	4,5	21	SIM
	MG	Unai	Dujardes Caldeira	2	0	0	SIM
	MG	Unai	Pedro Geraldo de Menezes	1	0	0	SIM
	MG	Unai	Senhorinha Lemos do Prado	1	0	0	SIM
	MG	Beapendi	Da Cachoeira da Itaúna	0	4,7	151	NÃO
	MG	Beapendi	Da Cachoeira do Inferninho	0	0	0	NÃO
	MG	Beapendi	Do Rio Gamarra	0	0	0	NÃO
	MG	Contagem	Nascentes do Sarrandi	0	0	0	NÃO
	MG	Uberlândia	Do Óleo	9	0	0	NÃO
	MG	Uberlândia	Victório Siquierolli	9	4,5	1.941	NÃO
	RJ	Armação Dos Búzios	Dos Corais de Armação de Búzios	0	0	0	SIM
	RJ	Arraial Do Cabo	Combro Grande	0	4,6	228	NÃO
	RJ	Arraial Do Cabo	Da Restinga de Massambaba	0	0	0	NÃO
	RJ	Bom Jardim	De Bom Jardim	1	0	0	SIM

REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	PARQUE NATURAL MUNICIPAL	Nº TRAB. GOOGLE SCHOLAR	NOTA AVAL. MAPS	Nº AVAL. MAPS	SNUC
SUDESTE	RJ	Bom Jesus Do Itabapoana	Sabiá-Laranjeira de Rosal	2	5	1	SIM
	RJ	Cabo Frio	Do Mico-Leão-Dourado	4	0	0	NÃO
	RJ	Carapebus	Da Restinga de Carapebus	0	0	0	SIM
	RJ	Carmo	Do Livramento	0	0	0	SIM
	RJ	Casimiro De Abreu	Córrego da Luz	2	3,9	31	NÃO
	RJ	Comendador Levy Gasparian	Da Pedra de Parai-buna	0	4,9	21	NÃO
	RJ	Conceição De Macabu	Das Piabas	0	0	0	NÃO
	RJ	Conceição De Macabu	Dr. Milne Ribeiro	1	0	0	NÃO
	RJ	Duque De Caxias	Da Caixa D'água – Duque de Caxias	2	4,3	43	SIM
	RJ	Duque De Caxias	Da Taquara	155	4,4	503	NÃO
	RJ	Guapimirim	Nascente do Jaibi	0	0	0	SIM
	RJ	Itaboraí	Paleontológico de São José de Itaboraí	1	4,3	79	SIM
	RJ	Itaperuna	De Itaperuna	1	0	0	SIM
	RJ	Macaé	Do Estuário do Rio Macaé	5	0	0	SIM
	RJ	Macaé	Atalaia Gualter Cor-rêa de Faria	1	4,8	47	SIM
	RJ	Macaé	Da Restinga do Barreto	0	4,7	91	SIM
	RJ	Magé	Barão de Mauá	1	4,3	237	SIM
	RJ	Mangaratiba	Da Pedra do Urubu	0	0	0	NÃO
	RJ	Miguel Pereira	Vereda Sertãozinho	0	0	0	NÃO
	RJ	Miracema	Dr. Walquer Oliveira de Souza	1	0	0	SIM
	RJ	Nilópolis	Do Gericinó	3	4,5	53	NÃO
	RJ	Niterói	De Niterói	6	4,8	4.097	SIM
	RJ	Nova Iguaçu	De Nova Iguaçu	101	4,7	453	SIM
	RJ	Paracambi e Eng. P. Frontin	Do Curió	78	4,5	53	SIM
	RJ	Paty Do Alferes	Retiro De Paraty	1	0	0	NÃO
	RJ	Petrópolis	De Petrópolis	9	4,5	663	SIM
RJ	Piraí	Mata do Amador	2	4	93	NÃO	
RJ	Porciúncula	Morro da Moringa	0	0	0	NÃO	

REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	PARQUE NATURAL MUNICIPAL	Nº TRAB. GOOGLE SCHOLAR	NOTA AVAL. MAPS	Nº AVAL. MAPS	SNUC
SUDESTE	RJ	Queimados	Do Morro da Baleia	1	4,4	52	NÃO
	RJ	Quissamã	Dos Terraços Marinhos	2	0	0	NÃO
	RJ	Resende	Da Cachoeira da Fumaça de Jacuba	2	0	0	SIM
	RJ	Rio Bonito	Da Caixa D'água – Rio Bonito	0	4,2	285	SIM
	RJ	Rio Bonito	Morada dos Corrêas	2	4,3	54	SIM
	RJ	Rio Bonito	Três Coqueiros	1	0	0	SIM
	RJ	Rio Bonito	Verde Vale	4	0	0	SIM
	RJ	Rio Bonito	Rio dos Índios	0	0	0	NÃO
	RJ	Rio Das Ostras	Dos Pássaros	15	4	485	NÃO
	RJ	Rio De Janeiro	Bosque da Barra	18	4,5	448	SIM
	RJ	Rio De Janeiro	Chico Mendes	45	4,4	3.334	SIM
	RJ	Rio De Janeiro	Da Catacumba	30	4,6	5.307	SIM
	RJ	Rio De Janeiro	Da Cidade	33	4,6	574	SIM
	RJ	Rio De Janeiro	Da Freguesia	15	4,5	56	SIM
	RJ	Rio De Janeiro	Da Prainha	109	4,8	55	SIM
	RJ	Rio De Janeiro	Da Serra da Capoeira Grande	12	4,8	55	SIM
	RJ	Rio De Janeiro	Da Serra do Mendanha	65	4,7	9	SIM
	RJ	Rio De Janeiro	Darke de Mattos	5	4,7	1.640	SIM
	RJ	Rio De Janeiro	De Grumari	79	4,8	70	SIM
	RJ	Rio De Janeiro	De Marapendi	57	4,7	40	SIM
	RJ	Rio De Janeiro	Do Jardim do Carmo	0	0	0	SIM
	RJ	Rio De Janeiro	Fazenda do Viegas	0	0	0	SIM
	RJ	Rio De Janeiro	Fonte da Saudade	7	4,0	2	SIM
	RJ	Rio De Janeiro	José Guilherme Merquior	8	0	0	SIM
	RJ	Rio De Janeiro	Paisagem Carioca	11	5	2	SIM
	RJ	Rio De Janeiro	Penhasco Dois Irmãos	11	4,8	1.265	SIM
	RJ	Rio De Janeiro	Da Barra da Tijuca – Nelson Mandela	9	5	1	NÃO
	RJ	Rio De Janeiro	Do Mendanha	78	4,4	257	NÃO
	RJ	Rio De Janeiro	Parque Darke de Mattos	1	4,7	1.640	NÃO
	RJ	São Gonçalo	De São Gonçalo	5	0	0	SIM
	RJ	São João De Meriti	Jardim Jurema	2	3,8	92	SIM

REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	PARQUE NATURAL MUNICIPAL	Nº TRAB. GOOGLE SCHOLAR	NOTA AVAL. MAPS	Nº AVAL. MAPS	SNUC
SUDESTE	RJ	São José Do V. do Rio Preto	Araponga	0	0	0	NÃO
	RJ	São Pedro Da Aldeia	Da Mata Atlântica Aldeense	0	0	0	SIM
	RJ	Silva Jardim	Da Biquinha – Gruta Santa Edwiges	2	0	0	NÃO
	RJ	Tanguá	Serra do Barbosão	2	0	0	NÃO
	RJ	Teresópolis	Montanhas de Teresópolis	1	4,6	927	SIM
	RJ	Valença	Açude da Concórdia	14	4,8	118	NÃO
	RJ	Volta Redonda	Fazenda Santa Cecília do Ingá	28	4,2	206	SIM
	SP	Apiáí	Morro do Ouro	6	4,7	147	SIM
	SP	Botucatu	Cachoeira da Marta	16	4,6	461	SIM
	SP	Campinas	Do Campo Grande	2	0	0	SIM
	SP	Campinas	Dos Jatobás	1	0	0	SIM
	SP	Caraguatatuba	Do Juqueriquerê	2	0	0	SIM
	SP	Estância Turística De Piraju	Do Dourado	7	0	0	SIM
	SP	Mirassol	Da Grota de Mirassol	6	3,8	66	SIM
	SP	Mogi Das Cruzes	Francisco Affonso de Mello - Chiquinho Veríssimo	39	4,6	108	NÃO
	SP	Paraibuna	Doutor Rui Calazans de Araújo	0	4,8	4	SIM
	SP	Pindamonhangaba	Do Trabiju	5	4,5	18	SIM
	SP	S. José Dos Campos	Augusto Ruschi	20	4,0	6	SIM
	SP	Santo André	Do Pedroso	1	4,5	3.809	SIM
	SP	Santo André	Nascentes de Parapiacaba	133	4,7	1.425	SIM
	SP	São Bernardo Do Campo	Estoril/Virgílio Sionato	3	4,5	2.966	SIM
	SP	São José Dos Campos	Do Banhado	12	0	0	SIM
	SP	São Paulo	Bororé	8	4,6	24	SIM
SP	São Paulo	Corredores de Biodiversidade	50	0	0	SIM	
SP	São Paulo	Da Cratera de Colônia	23	4,3	30	SIM	
SP	São Paulo	Fazenda do Carmo	37	0	0	SIM	

REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	PARQUE NATURAL MUNICIPAL	Nº TRAB. GOOGLE SCHOLAR	NOTA AVAL. MAPS	Nº AVAL. MAPS	SNUC
SUDESTE	SP	São Paulo	Itaim	12	4,4	91	SIM
	SP	São Paulo	Jaceguava	7	5	4	SIM
	SP	São Paulo	Varginha	8	5	4	SIM
	SP	São Roque	São Roque	0	0	0	NÃO
	SP	Sorocaba	De Brigadeiro Tobias	11	0	0	SIM
	SP	Taubaté	Vale do Itaim	0	4,4	493	SIM
SUL	PR	Cambé	Danziger Hof	6	4,6	35	SIM
	PR	Cambé	Peroba Rosa	0	0	0	SIM
	PR	Colombo	Gruta do Bacaetava	7	4,7	695	NÃO
	PR	Curitiba	Vista Alegre	4	4,3	498	SIM
	PR	Curitiba	Barigui	29	4,8	40.567	NÃO
	PR	Curitiba	Tanguá	10	0	0	NÃO
	PR	Guarapuava	Das Araucárias	7	4,6	2.954	SIM
	RS	Arroio Do Sal	Tupancy	53	4,5	417	NÃO
	RS	Bagé	Do Pampa	2	0	0	SIM
	RS	Caçapava Do Sul	Pedra do Segredo	1	4,7	114	NÃO
	RS	Cachoeirinha	Dr. Tancredo Neves	2	4	434	NÃO
	RS	Erechim	Longines Malinowski	18	4,5	597	NÃO
	RS	Marcelino Ramos	Mata Do Rio Uruguai Teixeira Soares	28	4,8	118	NÃO
	RS	Pontão	De Sagrisa	1	0	0	NÃO
	RS	Porto Alegre	Morro do Osso	10	4,6	324	NÃO
	RS	S. Francisco De Paula	Da Ronda	51	4,6	8	NÃO
	RS	Santa Maria	Dos Morros	8	4,3	115	SIM
	RS	Santo Antônio Da Patrulha	Manoel de Barros Pereira	1	0	0	NÃO
	RS	São Leopoldo	Banhado da Imperatriz	2	0	0	SIM
	RS	São Leopoldo	Base Ecológica do Rio Velho	0	5	1	NÃO
	RS	São Leopoldo	Imperatriz Leopoldina	9	4,6	769	NÃO
	RS	Sertão	De Sertão	41	4	2	SIM
RS	Severiano De Almeida	Do Apertado	4	0	0	NÃO	
RS	Sobradinho	De Sobradinho	1	0	0	NÃO	
RS	Viamão	Saint Hilaire	5	4,3	363	SIM	
SC	Atlanta	Da Mata Atlântica	1	4,7	130	SIM	

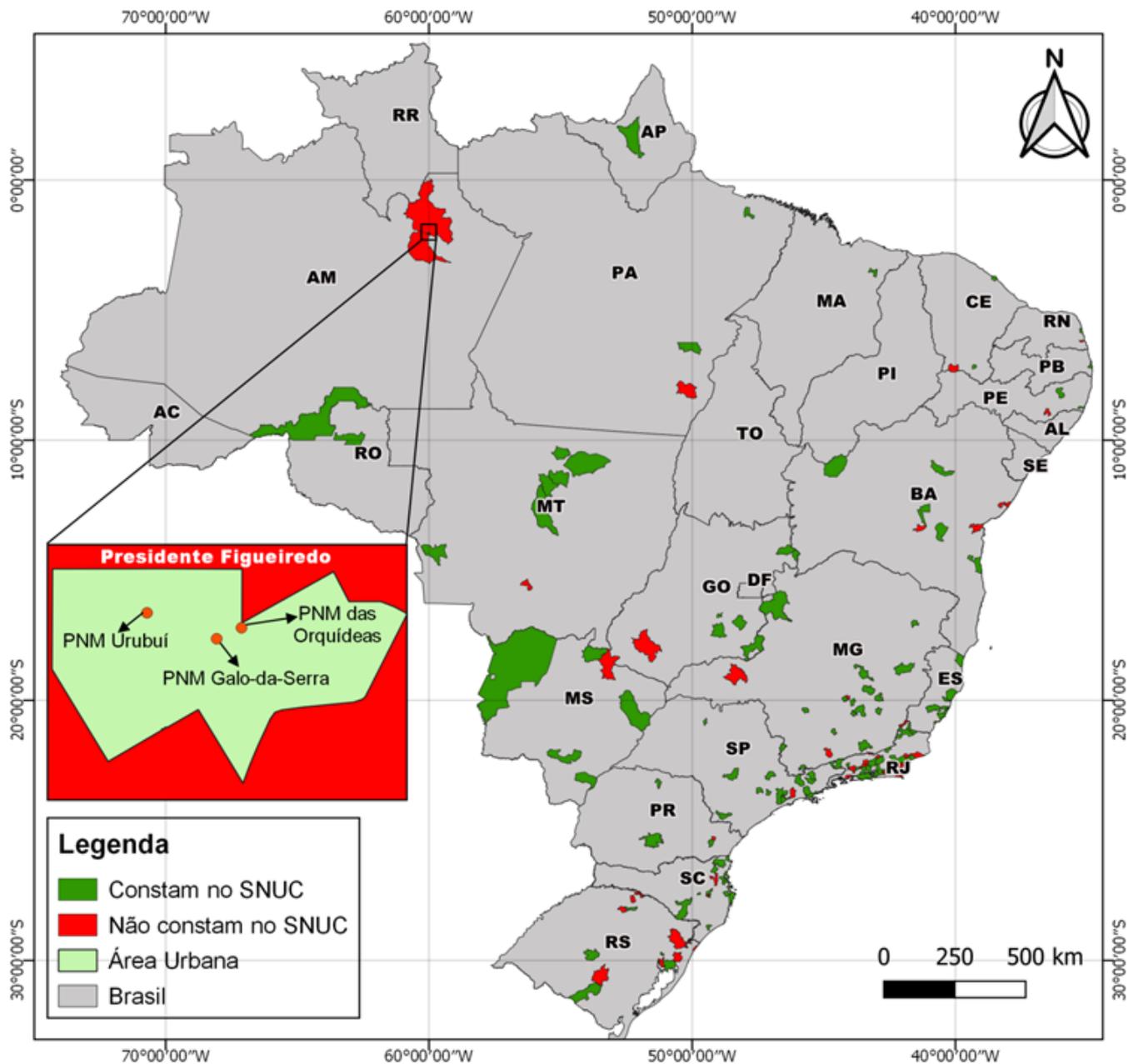
REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	PARQUE NATURAL MUNICIPAL	Nº TRAB. GOOGLE SCHOLAR	NOTA AVAL. MAPS	Nº AVAL. MAPS	SNUC
SUL	SC	Balneário Camboriú	Raimundo Gonzalez Malta	4	4,6	204	SIM
	SC	Biguaçu	Serra De São Miguel	1	5	2	SIM
	SC	Blumenau	Nascente Do Garcia	16	0	0	NÃO
	SC	Blumenau	São Francisco De Assis	32	0	0	NÃO
	SC	Bombinhas	Costeira De Zimbros	0	4,7	266	NÃO
	SC	Barra Velha	Caminho Do Peabiru	3	0	0	SIM
	SC	Criciúma	Morro Do Céu	5	4,6	16	SIM
	SC	Florianópolis	Da Lagoinha Do Leste	8	4,9	191	SIM
	SC	Florianópolis	Das Dunas Da Lagoa Da Conceição	10	0	0	SIM
	SC	Florianópolis	Do Maciço Da Costeira	3	0	0	SIM
	SC	Florianópolis	Do Morro Da Cruz	9	4,4	40	SIM
	SC	Florianópolis	Lagoa Do Jacaré Das Dunas Do Santinho	3	4,7	152	SIM
	SC	Ilhota	Morro Do Baú	5	4,5	144	SIM
	SC	Imbuia	Trilha Dos Bugres	0	0	0	NÃO
	SC	Itajaí	Do Atalaia	8	4,8	60	SIM
	SC	Itajaí	Ilha Das Capivaras/Sibara	0	0	0	SIM
	SC	Itajaí	Cordeiros	0	0	0	NÃO
	SC	Itajaí	Ressacada	1	0	0	NÃO
	SC	Itapoá	Carijós	0	4,5	23	SIM
	SC	Jaraguá Do Sul	Morro Dos Stingen	0	4,9	14	SIM
	SC	Joinville	Da Caieira	9	4,5	504	SIM
	SC	Lages	João José Theodoro da Costa Neto	8	4,5	35	SIM
	SC	Navegantes	De Navegantes	0	4,4	57	SIM
	SC	Piratuba	Centenário	0	0	0	NÃO
	SC	Porto Belo	Da Lagoa do Perequê	0	4	2	SIM
	SC	Timbó	Freymund Germer - Morro Azul	1	4,8	570	SIM
	SC	Vidal Ramos	Chapéu Das Águas	0	0	0	SIM

REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	PARQUE NATURAL MUNICIPAL	Nº TRAB. GOOGLE SCHOLAR	NOTA AVAL. MAPS	Nº AVAL. MAPS	SNUC
SUL	SC	Timbó	Parque Natural Municipal Franz Dann	1	0	0	NÃO

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Quanto à sua distribuição geográfica 142 (56%) estão concentrados no Sudeste, 54 (21,6%) no Sul, 20 no Nordeste (8,0%), 23 no Centro-Oeste (9,2) e 11 no Norte (4,4%). Sendo que 13,2% desses está entre três municípios com maior número de parques: Rio de Janeiro com 20, São Paulo com sete e Vitória com seis. A ausência de cadastro desses parques revela a informalidade legal dos mesmos e torna perceptível que a principal restrição dos Parques Naturais Municipais do Brasil diz respeito aos aspectos legais: dos 250 (70%), 75 (30%) não estão cadastrados no CNUC (Cf. Figura 4).

Figura 4. PARQUE NATURAIS MUNICIPAIS NO BRASIL CONFORME CADASTRO NO CNUC.



CENTRO-OESTE		
UF	PNMs que constam no SNUC	PNMs que não constam no SNUC
GO	6	1
MS	5	3
MT	7	2

SUL		
UF	PNMs que constam no SNUC	PNMs que não constam no SNUC
PR	4	3
RS	5	15
SC	21	8

NORDESTE		
UF	PNMs que constam no SNUC	PNMs que não constam no SNUC
BA	5	1
CE	2	1
MA	1	0
PB	1	1
PE	2	1
RN	1	1
SE	1	0

SUDESTE		
UF	PNMs que constam no SNUC	PNMs que não constam no SNUC
ES	17	0
MG	25	5
RJ	45	25
SP	24	1

NORTE		
UF	PNMs que constam no SNUC	PNMs que não constam no SNUC
AM	0	5
AP	1	0
PA	2	1
RO	2	0

Fonte de dados: IBGE 2018/ Francisco Irapuan 2019. Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000. Elaboração: TOMAZ NETO, A. G. Data: junho de 2020

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Como quem regulamenta esses parques são os próprios municípios, uma explicação possível é a carência de orientação para o cadastro no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC - ou ainda a falta de recursos humanos para atualizar os dados no órgão legal, o que tem diversas consequências como, por exemplo, o estancamento das ações gerenciais.

Outro ponto a se destacar é que, além daqueles nominados de PNMs, há os Parques Municipais e os Parques ecológicos, os quais são, ou pelo menos deveriam ser, aqueles instaurados antes do ano 2.000, quando foi instituído o SNUC. No caso do Rio de Janeiro, estado brasileiro com maior quantidade deles, são identificados três ecológicos e 23 municipais no diagnóstico de Unidades de Conservação e Áreas de Proteção de Mananciais (RIO DE JANEIRO, 2014).

Essas questões são ainda mais limitadoras quando se trata do polo Amazônico de turismo, onde o Mindú e o Nascentes do Mindú (Manaus), o Urubuí, o Galo da Serra e o Cachoeira das Orquídeas, embora legalizados pelos decretos e leis municipais, não estão registrados no CNUC do SNUC.

A média de trabalhos mais relevantes no *google acadêmico* sobre os PNMs do Brasil, que totalizam 3.810, é 10,6 e a mediana é 2,0. Após uma seleção, 922 publicações permitiram vislumbrar o quanto têm sido abordados, o que pode ser uma contribuição para regulamentá-los. Os PNMs mais frequentes no estado do Rio foram o Da Taquara, em Duque de Caxias, com 155 aparições; o Da Prainha, na capital, com 109 e o de Nova Iguaçu, com 101. Em Rondônia, o de Porto Velho, com 99; no estado de São Paulo, o Nascentes de Parapiacaba, de Santo André, com 133; e, em Manaus, o Mindú, com 108.

Outro aspecto a ser considerado são as avaliações no *Maps*, tanto em relação à quantidade quanto à nota, pois comumente são bem avaliados, independentemente de serem regulamentados no CNUC, como é o caso do PNM Barigui, em Curitiba, que não está cadastrado, mas tem 40.567 avaliações, alcançando a média 4,8, de 5. Como é o caso também dos de Presidente Figueiredo: Urubuí, com média 4,6 de 117 avaliações, o Galo da Serra com 4,5 de 69, e, por fim, o Orquídeas com 4,5 de 239. Tais dados permitem afirmar que as restrições para visitar esses parques não são predominantes em relação à satisfação dos visitantes.

Os PNMs no Brasil possuem áreas naturais que abrigam espécies da fauna, da flora e da geologia a serem protegidas, talvez por isso são identificados um número maior de trabalhos relacionados à caracterização dos mesmos. Dentre esses, merece atenção os estudos sobre a caracterização da cobertura florestal de unidades de conservação da mata atlântica de Silvério Neto *et al.* (2015); sobre a Herpetofauna do Parque Natural Municipal de Sertão, de Zanella *et al.* (2013), bem como sobre a caracterização da avifauna de três áreas do município de Botucatu-SP (2018). Acrescenta-se ainda o estudo de Figueiredo e Silva sobre os registros geomorfológicos da ação humana: evidências tecnogênicas em parque natural municipal (2019).

Conforme Sarges *et al.* (2009) todas essas características podem ser percebidas nos parques que Presidente Figueiredo, pois, “é possível que a combinação das mudanças paleoclimáticas e, subordinadamente, atividades neotectônicas, tenham influenciado na mudança do nível de base local da região de Presidente Figueiredo, com consequente reconfiguração do relevo” (SARGES *et al.*, 2009, p. 8). De fato, no Parque Galo da Serra, por exemplo, há a presença de cavernas areníticas, entre outras, “a Gruta do Raio, um enorme lajedo de arenito médio com grandes entradas formando um anfiteatro com pequenas grutas adentrando o maciço. A aba desta estrutura apresenta 8,90m e a parte frontal arenítica possui três vãos com 17,20m; 16,40m; e 70,0m com profundidade média de 11,30 m”

(SANTOS *et al.*, 2018, p. 265).

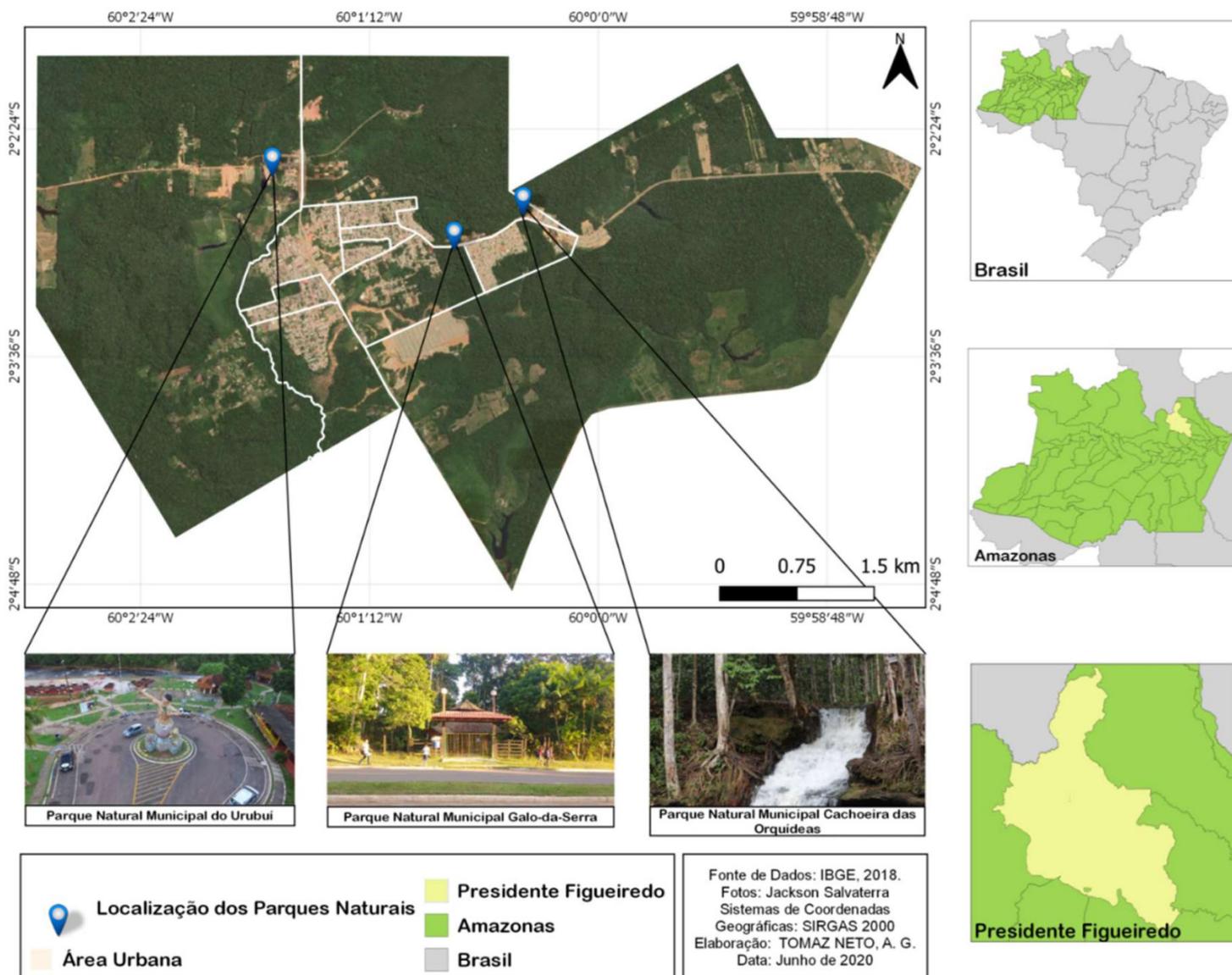
Os artigos que tratam da caracterização legal de parques naturais municipais geralmente focam em aspectos específicos de determinado lugar como, por exemplo, a adequação das UCs municipais de Florianópolis ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (BARROS, 2017); a caracterização das UCs de proteção integral de Sergipe (FERREIRA *et al.*, 2015) e o levantamento e a caracterização dos parques urbanos de Uberlândia - MG a partir da visão de seus usuários (MOREIRA *et al.*, 2018).

Os estudos sobre questões ambientais ou sobre visitas em parques naturais no Brasil têm um enfoque local, naqueles específicos ou mesmo em sistemas municipais e estaduais que gerem UCs. Embora esse trabalho vise à compreensão das características dos 3 de Presidente Figueiredo, é lançado um olhar sobre os naturais municipais em todo território brasileiro, a fim de perceber justamente as suas peculiaridades e de situá-los em relação à segmentação e às restrições de visitantes durante e após a viagem de lazer.

3.1 Caracterização dos Parques Naturais Municipais de Presidente Figueiredo

O Ministério do Turismo atualizou a rota do turismo no Brasil e isso permitiu que Presidente Figueiredo passasse a fazer parte do “polo amazônico” em 2019, juntamente com os outros sete municípios próximos a Manaus, os quais são categorizados como turísticos - Careiro, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Novo Airão, Rio Preto da Eva, Iranduba e Presidente Figueiredo (MAPA DO TURISMO, 2019). Em Presidente Figueiredo, estão localizados três parques naturais municipais geolocalizados (Cf. Figura 5).

Figura 5. Geolocalização dos Parques Naturais Municipais de Presidente Figueiredo.



Os PNM's Urubuí, Galo da Serra e Orquídeas (Cf. Figuras 6, 7 e 8) podem ser considerados os potencializadores do turismo na região cujas cachoeiras e grutas foram declaradas patrimônio material, histórico e cultural (Lei 4.990).

Subordinados administrativamente à Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, esses parques possuem a seguinte organização: 1) SEMMA, chefia de Unidade; 2) coordenadores da equipe de “gestão, administração e execução das atividades técnicas, de pesquisa, monitoramento e controle da Unidade” e, ligados a eles, 4) dois técnicos de nível médio, para fiscalização, educação ambiental e apoio em projetos, um vigilante e um profissional de serviços gerais.

Figura 6. Parque Urubuí.



Fonte: Arquivo pessoal (2020).

Localizado no km 107 da BR-174, o Parque Urubuí, foi regulamentado pela Lei Municipal nº 615, de Agosto de 2009, e sua criação era prevista no Plano Diretor do Município, na Lei Municipal nº 562, de 09 de outubro de 2006 (PRESIDENTE FIGUEIREDO, 2006). O Parque, cujo epônimo é um conhecido pássaro da região, fica próximo ao centro da cidade e possui um corredor gastronômico composto por 11 restaurantes e dois cafés regionais. O local também é uma área de preservação ambiental que objetiva conciliar as atividades humanas com a proteção aos recursos naturais, recebendo diariamente turistas locais e internacionais por ter um cenário propício à observação da paisagem e ao banho nas águas frias da corredeira do rio homônimo.

Por ser de fácil acesso e ter como atrativo uma corredeira adornada por uma paisagem interessante, principalmente aos olhos daqueles que gostam de eternizar momentos assim por meio de fotos, o parque propicia a visita de famílias ou mesmo de pessoas acompanhadas de amigos para tomar banho e, dentre os diversos comportamentos dos visitantes, pode-se perceber a clara demarcação de dois grupos: os turistas e os banhistas.

A Prefeitura Municipal conta com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS) que gerencia o Parque Urubuí e possui, segundo registros, uma equipe de suporte para o bom andamento da gestão do local, juntamente com a Guarda Civil Municipal; a Empresa Municipal de Trânsito Urbano (EMTU) e a Vigilância Sanitária. Além disso, a Secretaria Municipal de Turismo, Empreendedorismo e Comércio (SEMTEC) nomeou uma coordenação do parque composta por um coordenador e seis agentes ambientais, 2 dos quais ficam no local de 8 às 16h e 4 fazem plantão nos fins de semana, nos mesmos horários.

Figura 7. Parque Galo da Serra



Fonte: Arquivo pessoal (2020).

A Unidade de Conservação Parque Natural Municipal Galo da Serra foi criada pelo Decreto nº 100, de 10 de maio de 2002, para conter o uso desordenado do local onde é possível realizar uma trilha que segue até a Gruta do Raio, monumento natural que vinha sendo depredado e onde há uma queda d'água acessível aos visitantes. Esse, por sua vez, também distante do centro da cidade, possui dois fiscais nos mesmos horários do parque anterior e tem peculiar presença de espécies como a ave “rupícola, rupícola” (Galo da Serra), cuja preservação permite o acesso somente durante os meses de maio a outubro segundo portaria publicada anualmente.

Figura 8. Parque das Orquídeas



Fonte: Arquivo pessoal (2020).

A criação da Unidade de Conservação Parque Natural Municipal Cachoeira das Orquídeas, pelo decreto municipal nº 099, de 26 de Abril de 2002, além de frear o processo depredatório da área, estabeleceu a proteção das nascentes que abastecem a sede municipal e daquelas que poderão ser utilizadas para complementar este estabelecimento (PRESIDENTE FIGUEIREDO, 2006). Depois, com a reinauguração, em 15 de Maio de 2014, houve o alargamento e a pavimentação das trilhas e isso contribuiu para ampliar consideravelmente a visitação - principalmente da cachoeira que passou a ser gratuita - inclusive de turistas de Manaus e de Boa Vista, bem como de outros estados ou países. A trilha possui 2,6 km de extensão a partir da entrada do Parque até a cachoeira das orquídeas e seu principal atrativo é uma piscina natural de águas alaranjadas.

Embora esteja um pouco mais afastado da área central, ainda está dentro do perímetro urbano e é gratuito, por isso costuma ser muito frequentado durante os fins de semana e feriados e possui uma vegetação e relevo diversificados no percurso da entrada até a cachoeira que o nomeia.

Com gestão direta da SEMMAS na estrutura de funcionamento, o parque conta com dois fiscais na portaria para receber o público das 8 às 12hrs e de 14 às 17hrs de segunda a domingo.



CAPÍTULO 4

RESTRIÇÕES LEGAIS PARA TURISMO E LAZER EM PARQUES NATURAIS MUNICIPAIS (PNMs) DE PRESIDENTE FIGUEIREDO, AM

No contexto internacional contemporâneo das pesquisas sobre turismo e lazer, destaca-se a obra de Henderson e Sivan (2018), na qual estão reunidos estudos de pesquisadores de 22 países - dentre os quais Austrália, Coreia, Holanda, México, Quênia e Brasil - em que o lazer é apresentado de maneira diretamente associada ao turismo. Especificamente acerca do território brasileiro, UVINHA e STOPPA (2018) evidenciam o trabalho realizado pelo Grupo Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade de São Paulo (USP), cujas linhas são relacionadas aos conhecimentos e tendências da atividade física para a promoção do lazer, interdisciplinaridade e suas múltiplas relações na sociedade e turismo.

Dentro da diversidade de enfoque dos estudos sobre turismo e lazer, as restrições para a prática de lazer em parques (JUN; KYLE; MOWEN, 2009; STANIS; SCHNEIDER; RUSSELL, 2009; SON; YARNAL, 2011); as táticas de negociação para as restrições de lazer (TAN; KUO, 2013); as visitas e as restrições de lazer em parques nos últimos 30 anos na América do Norte (ZANON *et al.*, 2013) são temas nos quais as restrições legais para a prática de lazer não são muito recorrentes, mas aparecem algumas vezes e, por isso, esses estudos embasam as discussões realizadas aqui.

Luneva (2017) sinaliza que, em parques nacionais e reservas naturais estaduais da Rússia, por exemplo, os atuais atos normativos e legais permitiram a mobilização de capital para a construção de equipamentos destinados à recreação, ao turismo e aos esportes. Isso deixa evidente que o estudo sobre restrições é salutar para que os gestores possam otimizar os serviços prestados e para que sejam efetivadas políticas públicas mais eficientes nesses espaços.

Aqueles acerca de parques naturais semelhantes aos de Presidente Figueiredo, destaca-se o de Frash Jr. *et al.* (2016) que abordam a relação entre felicidade e frequência de visitação em parques municipais e o de Rosa e Nogueira (2015) que identifica a percepção das mulheres quanto ao lazer em um parque natural municipal, entretanto, ambos não tratam das restrições e, mesmo naqueles que o fazem, fica evidente a necessidade de focar os PNMs, em detrimento dos estaduais que são mais comumente estudados, como comprova os trabalhos de Stanis, Schneider e Russel (2009), bem como de Jun, Kyle e Mowen (2009).

Por esse motivo, cabe o questionamento de quais as restrições legais para uso dos parques naturais municipais de Presidente Figueiredo. Assim, o objetivo aqui é analisar as restrições legais para as práticas de turismo e lazer nos parques do município e, especificamente, conhecer as investigações que podem ser necessárias para a compreensão dessa prática, bem como entender como as restrições se comportam nesse contexto e, por fim, apresentar contribuições para a gestão de parques a partir das novas possibilidades de percepção sobre esses fenômenos no contexto do Amazonas.

4.1 Discussões preparatórias para entender as restrições legais

Figueiredo *et al.* (2017) apontam as atividades de turismo e lazer como tendência mundial e, ao tratarem de turismo, incluem o lazer em áreas naturais, relacionando complexidades advindas do que consideram diferentes atores sociais: grupos, instituições, gestores e pesquisadores que, direta ou indiretamente, exercem influência na gestão.

Do ponto de vista do incentivo ao acesso e à oportunidade, Cheibub (2018) pontua que, entre as mais variadas manifestações do lazer, as práticas turísticas são majoritaria-

mente desiguais e, por esse motivo, contribuem para compreender melhor os anseios da sociedade. Um dos fatos que pode exemplificar isso é o desejo de ir a um parque, seja na mesma cidade ou em outro local que exija uma viagem, e a existência de restrições que podem ou não ser superadas.

Neste trabalho, como já foi dito, considera-se que os estudos sobre a temática seguem um modelo de não-uso de serviços públicos de lazer (GODBEY, 1985; CRAWFORD; JACKSON; GODBEY, 1991) e, de acordo com a teoria das restrições de Crawford, Jackson e Godbey (1991), esse modelo é identificado como hierárquico tridimensional e consiste em segmentos proximais - identificados como intra e interpessoais - e distais, ou seja, estruturais. Tan e Kuo (2013) demarcam como intrapessoais a falta de habilidade, de interesse e de realização; como interpessoais a falta de companhia e de apoio; e como estruturais a falta de tempo, de dinheiro e de alcance e informação. Enquanto Çetinkaya, Yildiz e Özçelik (2018) exemplificam como intrapessoais os relacionados ao estresse, à ansiedade, às habilidades etc. e, entre os interpessoais, o desinteresse familiar, a falta de um parceiro, a interação social e outras; e os estruturais aqueles relacionados aos recursos financeiros, ao tempo, ao transporte, à adequação de oportunidades e a outras condições externas.

Entre as principais pesquisas sobre restrições para a prática de turismo e lazer inerentes às limitações encontradas, é possível identificar o que já foi pesquisado e buscar complementá-las ou replicá-las em contextos diferentes. Convém, portanto, citar os trabalhos mais relevantes sobre a temática como, por exemplo, os de Funk, Alexandris e Ping (2009); Gage e Thapa (2012); Božić *et al.* (2017) sobre fatores motivacionais; e os de Gu e Huang (2019); Davras, Caber e Crawford (2019) sobre a relação restrições e cultura. Outras temáticas afins são abordadas por Hung e Petrick (2012); Jovanovic, (2013) quando tratam sobre turismo náutico e por Li *et al.* (2011); Kimmm (2012), especificamente sobre restrições de viagens. Fredman *et al.* (2012) abordam sobre recreação, esporte e lazer; e Thapa (2012); Zanon *et al.* (2013) Çetinkaya, Yildiz e Özçelik (2018) acerca das restrições no contexto de parques.

Uma das destacadas contribuições dos autores sobre o gerenciamento das restrições considerando as questões culturais é a tentativa de entender as especificidades de cada país - as tradições, os valores sociais, as normas e outros fatores que podem afetar escolhas ou comportamentos turísticos - para que os serviços afins possam ser projetados e comercializados de maneira mais adequada e eficiente (DAVRAS; CABER; CRAWFORD, 2019).

Li *et al.* (2011) afirmam que as restrições de viagens e visitas internacionais são estruturais e isso indica que a saída continua sendo percebida como uma atividade que envolve custos altos, por isso sugerem que profissionais de marketing de destino exerçam influência sobre os consumidores em potencial, aumentando o valor do destino ou reduzindo a influência do preço na hora da escolha ao estabelecer um senso de valor e poder de compra.

Conforme os modelos de processo de gerenciamento de restrições de participação em atividades de lazer, a motivação interfere positiva ou negativamente na maneira como os viajantes as administram quando vão viajar.

Sob outro ponto de vista, com base no modelo tridimensional das restrições de lazer, em estudo recente, Fredman *et al.* (2012) analisam a demanda latente de participação em recreação ao ar livre e revelam quais os fatores impeditivos dessa demanda; Tan e Kuo (2013) enfocam “Táticas de negociação para as restrições de lazer”, assim como o estudo de Zanon *et al.* (2013) sobre restrições no modelo tridimensional que permite perceber as mais recorrentes para o turismo e lazer em parques.

Tais pesquisas mostram restrições relacionadas aos segmentos sociodemográficos,

mas também apresentam as variáveis com maior recorrência na América do Norte que dizem respeito diretamente ao modelo tridimensional para o lazer, entre as quais estão: idade, educação, gênero, renda, raça, custo, instalações, medo, saúde, interesse, conhecimento, localização, companhia, transporte e tempo.

Os autores enfatizam que a raça tem sido o fator mais estudado, no entanto, é o menos afetado por restrições. Ademais, naquelas por idade há o grupo mais velho e, conseqüentemente, mais limitado por problemas de saúde, pela falta de um parceiro para visitar, por medo ou receio de ataque de animais silvestres e pela falta de transporte, enquanto os jovens estão limitados pela falta de tempo (ZANON *et al.*, 2013).

Para além dessas variáveis, convém compreender que, na esfera dos parques naturais municipais, nos documentos reguladores, os aspectos legais têm implicações consideráveis para as restrições de visitas, mas elas não se relacionam ao acesso. Assim, o próximo tópico apresenta uma explanação mais aprofundada sobre eles e as Unidades de Conservação no Brasil.

4.2 Unidades de Conservação no Brasil com enfoque nos aspectos legais dos parques

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei 9.985/2000) possui 12 categorias de UCs, espaços territoriais com recursos ambientais com características naturais relevantes e com a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, *habitats* e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente.

De acordo esse documento, as Unidades de Proteção Integral são subclassificadas em: 1. Estação Ecológica (ESEC); 2. Reserva Biológica (REBIO); 3. Parque Nacional (PARNA); 4. Monumento Natural (MONA); 5. Refúgio da Vida Silvestre (REVIS) ou Unidades de Uso Sustentável como: a. Área de Proteção Ambiental – (APA); b. Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); c. Floresta Nacional (FLONA); d. Reserva Extrativista (RESEX); e. Reserva de Fauna (REFAU); f. Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); e g. Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Além disso, essas UCs dividem-se em unidades de proteção integral - das quais os parques fazem parte - e em unidades de uso sustentável, ambas com regras especiais como a de assegurar a utilização dos recursos da natureza às populações tradicionais e garantir o desenvolvimento de atividades econômicas das comunidades do entorno dentro dos padrões.

A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas pelo Plano de Manejo da unidade, pelo órgão responsável por sua administração e em regulamento próprio (Lei 9.985/2000, § 2º, do Art. 11). No âmbito estadual, o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA-AM) é o órgão de deliberação coletiva e de normatização superior da política de meio ambiente no Estado do Amazonas cuja função é propor diretrizes de elaboração, acompanhamento, avaliação e execução de planos, programas, projetos e atividades do setor, visando à preservação dos recursos e ecossistemas naturais do Estado (CEMA-AM, 2019).

As categorias de manejo “parque” do polo amazônico de Turismo são identificadas a partir de dados coletados no Ministério do Meio Ambiente (MMA), na Secretaria de Meio Ambiente de Manaus de (SEMMAS-Manaus) e na Secretaria Municipal de Meio Ambiente

de Presidente Figueiredo (SEMMA-PRESIDENTE FIGUEIREDO) como é explanado no quadro seguinte:

Quadro 4. Parques no Polo Amazônico de turismo.

MUNICÍPIOS ABRANGIDOS	CATEGORIA DE MANEJO	ANO	ESFERA ADM.	ANO DO(S) ATO(S) LEGAL(IS)	PLANO DE MANEJO	CONSELHO GESTOR	SNUC
NOVO AIRÃO	Parque Nacional de Anavilhanas	1981	Federal	Decreto 11799 de 29/10/2008	Sim	Sim	Sim
BARCELOS; CO-DAJÁS E NOVO AIRÃO	Parque Nacional do Jaú	1980	Federal	Decreto N° 85.200, de 24/10/1980	Sim	Sim	Sim
MANAUS	Parque Municipal do Mindú	1993	Municipal	Lei 219 de 11/11/1993. Ampliado pelo Decreto n° 9.043/2007	Sim	Sim	Não
MANAUS	Área de proteção Ambiental Parque Linear do Bindá	2012	Municipal	Decreto 1499 de 27/03/2012	Não	Não	Sim
NOVO AIRÃO CONFORME SNUC	Parque Estadual Rio Negro Setor Sul	1995	Estadual	Decreto 16497 de 02/04/1995, Revisão dos limites - Lei complementar 2646 de 22/05/2001	Não	Sim	Sim
NOVO AIRÃO	Parque Estadual Rio Negro Setor Norte	1995	Estadual	Decreto 16497 de 02/04/1995, Revisão dos limites - Lei complementar 2646, de 22/05/2001	Sim	Sim	Sim
	Parque Municipal da Cacimba	2020	Municipal	Lei ordinária 404 de 11/08/2020	Não	Não	Sim
MANAUS CONFORME SEMMAS	Parque Estadual do Rio Negro – Setor Sul	1995	Estadual	Decreto 16.497/02/04/1995 SDS/GS-253/10 de 02/12/2010	Sim	Sim	Não
MANAUS	Parque Estadual Sumaúma	2003	Estadual	Decreto 23721 de 05/09/2003	Sim	Sim	Sim
PRESIDENTE FIGUEIREDO	Parque Natural Municipal das Orquídeas	2002	Municipal	Decreto n° 99, de 26/04/2002	Sim	Sim	Não
PRESIDENTE FIGUEIREDO	Parque Natural Municipal Galo da Serra	2002	Municipal	Decreto n° 673 de 21/06/2006.	Sim	Sim	Não
MANAUS	Parque Municipal das Nascentes do Mindú	2006	Municipal	Decreto 8.351 de 17/03/2006	Sim	Sim	Não
PRESIDENTE FIGUEIREDO	Parque Natural Municipal Urubuí	2009	Municipal	Lei Municipal N° 615 de agosto de 2009	Não	Sim	Não

Fonte: Adaptado de SNUC, SEMMAS-Manaus, SEMMAS-PF (2021).

Entre as diversas UCs do Polo Amazônico, há dois parques nacionais, quatro estaduais e seis municipais, entre esses os três elencados nesse trabalho. Acrescenta-se ainda um linear que pertence a uma APA e se diferencia dos demais, pois essa categoria de manejo não é de proteção integral, mas de uso sustentável.

No caso específico de Presidente Figueiredo, a Lei Municipal 663, de 20 de dezembro de 2011, sobre a política municipal de turismo, no parágrafo único, afirma que “o poder público apoiará com suporte técnico, logístico e financeiro na consolidação do turismo como importante fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico” (Política Municipal de Turismo de Presidente Figueiredo, 2011). Essa mesma lei também cria o Conselho e o Fundo Municipal de Turismo, mas as restrições não aparecem claramente, mesmo que haja itens sobre a fiscalização das atividades, bem como as especificações das infrações. Os PNMs existentes ali, podem ser conferidos na figura 9 que segue:

Figura 9. Parques do estudo.



Fonte: Arquivo do autor (2020).

No ano de 2002, foi criado o Parque Natural Municipal das Orquídeas e o Parque Galo da Serra – por meio dos decretos 99 e 100, respectivamente. O último, contudo, foi novamente delimitado e ampliado por meio do decreto municipal 673, de 2006. Convém lembrar também que o Urubuí foi criado por meio da Lei 615, de 2009, entretanto, o local pertencia, anteriormente, à APA Urubuí, instituída pela Lei municipal 328, de 1997.

4.3 Procedimentos metodológicos

Ignarra (2013) classifica os turistas segundo a amplitude das viagens, sendo: turista local, quando a locomoção se limita aos municípios vizinhos, e turista regional, quando é para locais distantes em torno de 200 ou 300 km da residência. No entanto, nesse estudo é feita uma configuração própria considerando como locais os que são residentes e turistas aqueles de um dia ou de pernoite.

Para a abordagem científica, em virtude da variada gama de trabalhos na área de lazer, recorreu-se à plataforma Elton Bryson Stephens Company – EBSCO (2021), a partir da qual foi realizada uma análise bibliométrica sobre a temática *leisure in parks*.

Diversos estudos exploratórios sobre turismo e lazer vêm sendo realizados atualmente, mas destacam-se aqueles sobre motivação e restrições do turismo doméstico (BOŽIĆ *et al.*, 2017) e sobre parque temático (SILVA; MARQUES JUNIOR, 2017). Entretanto, não foi identificado nenhum aplicável à realidade pesquisada nesse trabalho, assim optou-se pelo cunho exploratório com delineamento qualitativo e documental, com corte transversal na legislação relacionada à gestão de parques.

O uso de dados numéricos em pesquisa qualitativa assume a forma de instâncias de contagem específicas, ou de *rankings*/medições, de acordo com a classificação de objetos (HAMMERSLEY, 2013). Assim, considerando que um documento representa um reflexo da realidade e que, portanto, torna-se um meio pelo qual o pesquisador busca uma correspondência entre sua descrição e o evento a que se refere (MAY, 2011), este estudo analisa dados numéricos em arquivos dos parques para entender um processo mais profundo revelado por eles.

O procedimento inicial foi uma coleta de dados nos arquivos da SEMMAS de Presidente Figueiredo, mais especificamente nos livros de assinatura de visitas do parque Orquídeas - o Urubuí não os possui e no Galo da Serra eles estão desatualizados - nos quais foram coletadas 2.423 assinaturas das 15.509 encontradas.

Na sequência, foi considerado o fato de que, em estudos sobre turismo e lazer, há análises cuja avaliação é subjetiva, “porém sistemática da representatividade do conteúdo de uma escala para o trabalho de medição em questão” (KOVACS *et al.*, 2012). Por isso, optou-se por utilizar técnicas que compõem a análise de conteúdo sistematizada em organização, codificação e categorização dos dados (BARDIN, 2011) e foram considerados os temas relacionados às restrições como custo, instalações, medo, saúde, interesse, conhecimento, localização, companhia, transporte e tempo (ZANON *et al.*, 2013).

Foram analisados ainda os dados do SNUC sobre os parques do Polo Amazônico de turismo, os planos de manejo do Orquídeas e do Galo da Serra, o plano de uso do Parque Urubuí e a Portaria pública SEMMA, que restringe a visitação no Parque Orquídeas.

4.4 Resultados das análises dos documentos legais nos PNMs de Presidente Figueiredo

O estudo dos livros de assinaturas dos visitantes entre agosto de 2017 a fevereiro de 2018 permitiu a identificação dos grupos populacionais frequentadores e, em seguida, foi feita uma análise dos documentos legais relacionados aos parques no Polo Amazônico de turismo, culminando com a outra dos conteúdos relacionados às restrições nos documentos que regulamentam os que são objeto deste estudo. Tal etapa seguiu os critérios de organização da análise e codificação, bem como os de categorização do trabalho já realizado por Zanon (2013) (Cf. quadro 5) e foi considerada a possibilidade de extrair outros códigos (BARDIN, 2011). No caso dessa pesquisa, entendeu-se necessária a inserção da categoria “legal”, ainda não identificada na obra citada, para então realizar a etapa de categorização do estudo no sentido de perceber as restrições à prática de lazer nos três parques.

No parque Urubuí não há controle de frequência e no Galo da Serra e no das Orquídeas ela é feita por meio da assinatura nominal e outras informações como sexo, idade e origem. Especificamente no PNM das Orquídeas, a visitação deve ocorrer em média escala (PRESIDENTE FIGUEIREDO, 2006), pois o decreto 673/2003, em seu artigo 8.º, § 1.º, somente permite visitas se compatíveis com os interesses locais.

A consulta nos livros de visitas nos arquivos da SEMMAS/PF indicou que, entre os meses de agosto de 2017 e julho de 2018, o Parque Galo da Serra teve um número consideravelmente inferior de visitas - apenas 1.860 - se comparado ao Parque das Orquídeas - 15.509 o que vem demonstrando e crescendo de outras informações sobre os tipos de visitantes na tabela a seguir:

Tabela 5. Tipos de visitantes dos parques de Presidente Figueiredo.

TIPO DE VISITANTE	FREQÜÊNCIA	PORCENTAGEM VÁLIDA
1	984	40,6
2	1167	48,2
3	272	11,2
Total	2423	100,0

Legenda: Visitante local (1); Visitante turista (2); Não respondeu (3).

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Nos arquivos do município, há registros de 2.423 visitas entre agosto de 2017 e fevereiro de 2018. Nesse fluxo, embora o número de visitantes locais não tenha sido pequeno, a maioria é turista, o que indica a necessidade de que os gestores desses parques estejam atentos aos métodos de recepção. Com base em Zanon *et al.* (2013), outros aspectos como faixa etária e sexo, que influenciam primordialmente as restrições de visita, também auxiliam na identificação do perfil preliminar de quem tem acessado os parques.

Em relação à faixa etária, 85,2% dos visitantes possuem até 39 anos, informação que se aproxima dos resultados dos estudos sobre restrições de Alexandris (2013) em que consta a porcentagem de 91% de até 45 anos. Além disso, é possível perceber certa prevalência do sexo feminino com 53% e apenas 45,5% do masculino e 1,2% não respondeu.

Isso demonstra que são necessárias ações que considerem essas faixas etárias no planejamento das atividades oferecidas nos parques, especificamente enfatizando as possíveis restrições de acesso de pessoas com idade mais avançada, além da ampliação do percentual de público masculino. Fato corroborado pela perspectiva apresentada por Uvinha e Stoppa (2018) que, ao abordarem barreiras socioculturais do lazer exemplificadas por gênero e faixa etária, reconhecem que “é preciso estabelecer prioridades para grupos de pessoas que normalmente não são atendidas por órgãos públicos e instituições privadas” (p. 62).

Para dar sequência ao estudo, são apresentadas as restrições encontradas nos documentos legais relacionados aos parques, aqui acrescidas da variável “restrição legal”.

4.5 Restrições legais identificadas nos PNMs de Presidente Figueiredo

As restrições dos grupos populacionais foram consideradas segundo as categorias de classificação de Zanon *et al.* (2013), acrescidas das restrições legais, as quais foram verificadas nos aspectos gerais do plano de manejo dos parques Galo da Serra e Orquídeas, bem como do plano de uso público do Parque Urubuí, mais especificamente nos itens atividades ou situações conflitantes e restrições por zoneamento dos parques (Cf. Quadro 5).

Quadro 5. Restrições para turismo e lazer documentos que regulamentam os Parques Naturais Municipais de Presidente Figueiredo, AM-Brasil.

RESTRICÇÕES IDENTIFICADAS NO PLANO DE MANEJO	CLASSIFICAÇÃO
PARQUE ORQUÍDEAS	
1) Por ser de proteção integral, só são permitidos visita, educação ambiental e turismo ecológico de forma restrita.	Legal
2) Atividades conflitantes: caça, retirada de madeira e ocupação não autorizada.	Localização e Instalações

RESTRIÇÕES IDENTIFICADAS NO PLANO DE MANEJO	CLASSIFICAÇÃO
3) O Parque não possui infraestrutura para a visitação.	Instalações
4) Mesmo não acontecendo ainda é prevista a cobrança de entrada;	Custo
5) A capacidade de carga nas trilhas não deve ser ultrapassada, portanto, deve haver procedimento de controle do fluxo de turistas.	Instalações
6) Não será permitida a concessão de uso das 4 fontes naturais de água que serão de uso exclusivo do Município.	Instalações
7) Os convênios de Cooperação Institucional não podem a) atribuir ônus para o parque e b) promover atividades incompatíveis com a categoria de Manejo da Unidade de Conservação.	Custo
8) Enfoque federal no SNUC: a) a visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da Unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento; b) a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecida, bem como àquelas previstas em regulamento.	Conhecimento
9) É proibida e deve ser controlada a entrada de visitantes, principalmente os que estavam acostumados a utilizar os recursos naturais do Parque sem qualquer restrição, o que vai contribuir bastante para sua preservação.	Instalações
10) Atividades ou Situações Conflitantes não compatíveis com o parque: a) praticar circuito de motocross. Caça com espingarda e a caça através da armação de “espera”; b) invasão da área do parque para derrubar, roçar e iniciar alguma atividade agrícola ou de apicultura; c) levar pedaços de rochas do igarapé, inclusive daquelas onde há vestígios de vegetais fossilizados para usarem como plataforma para fazer fogueira e assar peixe; d) Extração ilegal de madeira do Parque para fins de comercialização; e) Coleta de material biológico como orquídeas; f) Deixar resíduo de comida, copos descartáveis e refrigerantes pets.	Instalações
11) <i>Zona de Uso Público ou Intensivo</i> : Restrita à balneabilidade, apenas na área designada pela administração superior cujo acesso de banhistas será limitado à capacidade dela. O trânsito de veículos será feito a baixas velocidades (velocidade máxima a ser definida pela administração da unidade), não sendo permitido fazer uso de buzinas.	Instalações
12) <i>Zona de Pesquisa ou Intangível</i> : Área mais ao fundo do Parque, paralela à Zona de Ecoturismo. Não será permitida a visitação pública e as atividades humanas serão limitadas à pesquisa, ao monitoramento e à fiscalização, exercidas somente em casos especiais. As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais. Não serão permitidas quaisquer instalações de infraestrutura e não serão permitidos deslocamentos em veículos motorizados.	Conhecimento
13) <i>Zona de Uso Extensivo ou de Ecoturismo</i> : Não é permitida a instalação de nenhuma infraestrutura permanente, a não ser a colocação de equipamentos móveis para fins de ecoturismo, atividades educativas e pesquisa.	Instalações
14) Zona de Recuperação: Todas as atividades são restritas, exceto, atividades de pesquisa, de proteção e educativas.	Conhecimento e outras
RESTRIÇÕES IDENTIFICADAS NO PLANO DE USO	CLASSIFICAÇÃO
PARQUE URUBÚ	
1. É proibido o ingresso e a permanência na Unidade, de pessoas portando armas, materiais ou instrumentos destinados ao corte, caça, pesca ou a quaisquer outras atividades prejudiciais à fauna ou à flora.	Instalações
2. É vedada a construção de quaisquer obras de engenharia que não sejam de interesse da Unidade, tais como: rodovias, barragens, aquedutos, linhas de transmissão, entre outras, que tragam algum tipo de impacto ao Parque.	Instalações

RESTRIÇÕES IDENTIFICADAS NO PLANO DE MANEJO	CLASSIFICAÇÃO
3. Não jogar lixo no chão e nem nos cursos d'água. É melhor evitar produzir lixo, se isto não for possível, acondicioná-lo numa sacola e levá-lo consigo até a lixeira mais próxima.	Saúde
4. As pesquisas a serem realizadas na unidade serão permitidas quando autorizadas pela Secretaria do Meio Ambiente, segundo as determinações da legislação municipal vigente.	Conhecimento
5. É terminantemente proibida a perseguição, a caça, a pesca, a coleta e a apanha de espécimes da fauna, da flora ou mineral, em todas as zonas de manejo, ressalvadas aquelas com finalidades científicas, desde que autorizadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.	Conhecimento
6. A introdução ou a reintrodução de espécies da flora ou da fauna somente será permitida quando autorizada pela Secretaria de Meio Ambiente, orientadas por técnicos da área de acordo com a legislação vigente.	Legal
7. Não será permitida a criação e nem a entrada de animais domésticos.	Legal
8. É proibido o transporte e o consumo de bebida alcoólica no interior da unidade.	Legal
9. Não fazer nenhum tipo de fogo.	Medo
10. Não cortar arbustos, galhos ou árvore sem autorização.	Instalações
11. Ao fotografar, deve-se evitar incomodar ou estressar os animais.	Instalações
12. Caminhar devagar, em silêncio, evitando produzir ruídos.	Instalações
13. Não alimentar animais silvestres e nem jogar restos de alimento no chão, pois eles podem ser prejudiciais à fauna caso haja ingestão e podem comprometer a segurança do visitante.	Instalações
14. Não riscar e nem pichar os monumentos naturais.	Instalações
RESTRIÇÕES IDENTIFICADAS NO PLANO DE MANEJO	CLASSIFICAÇÃO
PARQUE GALO DA SERRA	
Sobre as restrições de visita ao Parque Galo da Serra, de acordo com o Art. 3. do decreto 100 de 2002, alteração do meio ambiente na área do parque, inclusive caça e pesca	Legal
Com base na portaria nº 003/2019, que restringe visitação ao parque Galo da Serra no período de 01 de novembro de 2019 a 30 de abril de 2020.	Tempo e localização

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Correspondente aos itens do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o primeiro agrupamento de restrições identificadas no plano de manejo do Parque das Orquídeas direciona-se aos itens custo, instalações e conhecimentos. As atividades ou Situações Conflitantes não compatíveis com o parque estão relacionadas aos comportamentos de visitantes e reiteradas no plano de manejo, sendo inclusive justificadas por haver casos historicamente inadequados no local onde o parque foi instalado. Observou-se ainda que as restrições seguem a lógica de cada zona e é justamente nesse item em que são mais explícitas.

No parque do Urubuí foi analisada a Lei 448, de setembro de 2002, que disciplina o acesso e o uso do mesmo e, quanto às restrições legais, há uma predominância daquelas referentes às instalações, seguidas das de conhecimento, pois, ao mesmo tempo em que são realçadas aberturas para pesquisas, há restrições de cunho legal quanto à autorização pelos órgãos locais.

A restrição à visita ao parque Galo da Serra está relacionada ao tempo, visto que por um período de seis meses este é preservado para o ritual de acasalamento, reprodução e independência da ave que dá nome ao parque, medida respaldada por um estudo ornitológico de 2009. Esses limites legais, que fundamentam a implementação de turismo ecológico como atividade econômica, devem ser estabelecidos para a obtenção de recursos

para promover o desenvolvimento e o ordenamento dos parques (LUNEVA, 2017).

Por outro ponto de vista, não se pode desconsiderar a necessidade de estratégias para gestores e autoridades fazerem campanha publicitária a fim de atrair visitantes residentes ou para informar os potenciais sobre os parques, conforme sugerem Tan e Kuo (2013) e Çetinkaya, Yildiz e Özçelik (2018).

Diante das restrições mais amplamente desenvolvidas na literatura sobre lazer em parques sugeridas por Tan e Kuo (2013); Zanon et al (2013) e Çetinkaya, Yildiz e Özçelik (2018), acrescenta-se a necessidade de administrar as restrições legais em gestão de parques.

4.6 Conclusões

Com base na investigação documental, ficou evidenciado que os parques municipais enfocados neste estudo são sustentados apenas por leis locais, fato que demanda uma continuidade no processo de registro no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação para que a gestão seja otimizada. Especificamente os parques naturais municipais de Presidente Figueiredo têm planos de manejo que foram bem sistematizados, mas necessitam de atualização a fim de que a gestão municipal possa conduzir estratégias para o uso adequado e, mais do que isso, convém ressaltar que as restrições ambientais merecem atenção nesse processo.

Nas orientações para obrigações e direitos dos permissionários de imóveis públicos, de particulares e visitantes do Parque Urubuí, as restrições remetem mais enfaticamente à categoria de “instalações”, no Parque Orquídeas, à de “interesses”, principalmente os ambientais como: não atear fogo, não cassar, não consumir ou transportar bebida alcoólica, não alimentar os animais, não jogar lixo nos cursos d’água, entre outros. Já no Galo da Serra, a principal é a proibição de alterar o meio ambiente, inclusive com caça e pesca.

Como limitações do estudo, cabe frisar que, embora os controles de visitas dos parques não sejam muito confiáveis, visto que alguns estão incompletos e outros não garantem os registros diários - o que pode ser minimizado com a implantação de formulários e procedimentos padrões para isso -, o que é mais evidente aqui é que a falta de clareza sobre restrições pode levar o visitante a não conseguir se planejar para isso.

Além disso, a ampla visitação turística internacional na Área de Proteção Ambiental (APA) da caverna do Maroaga e nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural podem também motivar outros pesquisadores a ampliarem as análises, uma vez que essa sugestão somente acrescentará aos elementos de base aqui elencados, inclusive para as políticas de gestão e para turistas ou para a população local, ainda que indiretamente. Mais do que isso, a gestão municipal poderia criar um site ou um aplicativo com informações sobre os parques em que constassem as restrições bem como outros assuntos, a fim de divulgá-los e permitir um melhor planejamento daqueles que têm interesse em visitar.

Cabe ainda uma recomendação relacionada a um olhar mais direcionado da equipe gestora para as restrições que se referem à conservação ambiental no sentido de garantir, inclusive legalmente, o uso público sustentável dos parques e, fundamentalmente, para resguardar essas áreas do turismo massificado, pois não considerar essas recomendações pode ter como consequência o comprometimento da dimensão ambiental dos parques.



CAPÍTULO 5

RESTRIÇÕES À VISITAÇÃO EM PARQUES NATURAIS MUNICIPAIS NO POLO AMAZÔNICO DE TURISMO

Oturismo e o lazer em parques naturais são fenômenos que podem ser entendidos de maneira associada (BELLO; LOVELOCK; CARR, 2016), mas requerem cuidados especiais com o patrimônio ambiental e cultural (VIEIRA; ALTAF; TROCCOLI, 2012), tendo em vista a diversidade de fauna e de flora. Nesse sentido, o turismo doméstico pode ser uma importante ferramenta na diminuição da desigualdade entre regiões do Brasil (HADDAD; PORSEE; RABAHY, 2013), todavia vale lembrar que ele também pode estar associado a interesses de natureza neoliberal (TRIBE; DANN; JAMAL, 2015).

O estado do Amazonas (AM) tem sido um destino promissor, visto que possui uma ampla floresta e rios exuberantes, além de uma geografia que possibilita a formação de quedas d'água, como as do município de Presidente Figueiredo, onde se encontram também os três parques em questão: Urubuí, Galo da Serra e Orquídeas. A partir de 2019, ocasião na qual o Ministério do Turismo atualizou a rota do turismo no Brasil, Presidente Figueiredo passou a compor o “polo amazônico” conjuntamente com os outros sete municípios próximos a Manaus (MAPA DO TURISMO, 2019).

No município, antes da pandemia de Covid 19, havia o crescente número de viagens de férias e, conseqüentemente, o aumento do número de turistas internacionais, fato que sofreu drástica alteração devido ao novo cenário de proibição de visitas em destinos onde ocorrem práticas de turismo associadas ao lazer. Sobre isso cabem diversas reflexões acerca dos fatores restritivos (DAVRAS; CABER; CRAWFORD, 2019), por isso é importante estudar as restrições entre visitantes que conseguiram vencer essas barreiras, mesmo no período pandêmico.

Crawford, Jackson e Godbey (1991) sistematizam as restrições em três categorias hierarquicamente identificadas como: intrapessoal, interpessoal e estrutural. Neste estudo, realizado na Elton Bryson Stephens Company (EBSCO, 2020) sobre “lazer em parques”, foi identificada a temática relacionada às restrições como principal lacuna em outros de revisão como os de Godbey, Crawford e Shen (2010), Zanon *et al.* (2013) e Tan e Kuo (2013). Assim, o objetivo neste capítulo é analisar as restrições para visita em parques naturais, no município de Presidente Figueiredo (AM), na percepção dos visitantes.

As Unidades de Conservação (UCs), quando se trata de Parques Naturais Municipais (PNMs), requerem ações de gestão para qualificar o acesso a fim de que as pessoas consigam aceder a eles sem prejudicar o meio natural. Nesse sentido, a realização de estudos sobre as restrições para visitas, abre importante espaço para a melhoria na gestão desse item, tanto na diminuição dos impeditivos identificados, quanto na manutenção dos que não são reconhecidos pelos frequentadores.

Esta pesquisa faz avançar o conhecimento sobre o modelo hierárquico das restrições (CRAWFORD, JACKSON e GODBEY, Op. cit.), mais especificamente em relação às visitas em parques, pois apresenta resultados de variáveis ainda não estudadas como, por exemplo, as de segurança e legais, acrescidas às de enfocadas por Tan e Kuo (Op. cit.).

5.1 Estudos sobre as restrições para visitas em parques

Os parques, socialmente legitimados por políticas públicas, são reconhecidos como elementos que melhoram a qualidade de vida dos espaços de uso comum (SILVA-SÁNCHEZ; JACOBI, 2016). Os urbanos, caracterizados por Raimundo e Sarti (2016) como locais livres e de uso público recheados de símbolos, atrativos e entretenimentos no contexto de cidades contemporâneas, são o lócus da maioria dos estudos quando se trata de lazer

(JEAN; GERMAIN, 2014; JOHNSON, GLOVER & STEWART, 2014; TRAVERSA *et al.*, 2014; SILVA-SÁNCHEZ & JACOBI 2016, BEM COMO RAIMUNDO & SARTI, 2016). Esses autores identificam os efeitos dos serviços de lazer e turismo para a população das grandes cidades e caracterizam esse tipo de parque que, segundo eles, estabelecem uma interligação dos cidadãos com a natureza e com os próprios espaços, ou seja, realizam a socialização e a conservação do meio ambiente.

Internacionalmente, os Parques Nacionais estão na categoria II de gestão e têm o objetivo de conservar a natureza, com ênfase na proteção da biodiversidade, assim como na estrutura e processos ecológicos e promover a educação, a recreação e especialmente a visitação. (DUDLEY, 2008). Já no Brasil, eles são Unidades de Proteção Integral com vista a preservar ecossistemas de grande relevância ecológica e com vocações também para a recreação e o turismo ecológico (BRASIL, 2000). Assim como esses, os Parques Naturais Municipais Orquídeas e Galo da Serra, estabelecidos pelo órgão responsável por sua administração, configuram-se UCs de posse e domínio públicos, sendo a visitação sujeita às normas do Plano de Manejo das unidades (PRESIDENTE FIGUEIREDO, 2006a; 2006b).

Na Amazônia brasileira, os parques naturais são regulamentados pelo SNUC que categoriza as áreas de manejo, entre elas a Área de Proteção Ambiental – APA - nas quais estão situados os Parques Lineares, assim como o Parque Nacional, o Estadual e o Natural Municipal (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA, 2021). Os oito municípios categorizados como turísticos pelo governo brasileiro são: Careiro, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Novo Airão, Rio Preto da Eva, Iranduba e Presidente Figueiredo (MAPA DO TURISMO, 2019).

Os Parques Naturais Municipais Urubuí, Galo da Serra e Orquídeas, lócus da pesquisa originária desse livro, podem ser considerados os potencializadores do turismo na região cujas cachoeiras e grutas foram declaradas patrimônio material, histórico e cultural do Estado do Amazonas (LEI 4.990). Eles estão subordinados administrativamente à Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA e são estruturados na ordem: SEMMA, chefia de Unidade, Coordenadores que lidam diretamente com a equipe de “gestão, administração e execução das atividades técnicas, de pesquisa, monitoramento e controle da Unidade” - formada por dois técnicos de nível médio, para fiscalização, educação ambiental e apoio em projetos; um vigilante e um profissional de serviços gerais.

Entre aqueles com características similares aos aqui analisados, são identificados como “de visitação”: Yanchep National Park na Austrália (TONGE; MOORE; TAPLIN, 2011); Kafue National Park, Zambia (THAPA, 2012); Parques Nacionais da Federação Russa (LUNNEVA, 2017); Parques Nacionais em Antalya, Turquia (ÇETINKAYA; YILDIZ; ÖZÇELİK, 2018); o Afton State Park de Minnesota, Estados Unidos da América (STANIS; SCHNEIDER; RUSSEL, 2009; Lemieux *et al.*, 2016); cinco parques naturais no condado de Charleston, na Carolina do Sul, EUA (FRASH Jr. *et al.*, 2016); e o Parque Natural Municipal do Bosque da Freguesia, Rio de Janeiro (RJ) (ROSA; NOGUEIRA, 2015).

Quanto à caracterização, o Parque Nacional Yanchep, permite que os visitantes participem de uma série de atividades, entre elas passeios em cavernas (TONGE; MOORE; TAPLIN, 2011), já o Parque Nacional Kafue, na Zâmbia, o segundo maior da África, possui belas paisagens que abrigam 400 espécies de aves e de 55 outros diferentes animais, parte selvagem e rara (THAPA, 2012) e os Parques Nacionais de Antalya, cujas restrições foram examinadas recentemente por Çetinkaya, Yildiz e Özçelik (2018) que os reconhecem como importantes áreas de turismo e recreação amplamente utilizados em muitos países e, por isso, enfatizam a influência das características demográficas que restringem essas práticas de turismo e lazer.

Alguns pesquisadores apontam características de parques estudados por eles e que são semelhantes às dos mencionados neste trabalho, é o caso, por exemplo, de Luneva (2017) que fala sobre restrições nos regulamentos de reservas naturais estaduais e parques nacionais da Rússia; ou de Stanis, Schneider e Russel (2009) e de Lemieux *et al.* (2016), sobre parques estaduais; assim como os estudos de Brownlee *et al.* (2013) acerca dos parques e áreas protegidas; de Frash Jr. *et al.* (2016) que enfoca parques municipais; além da análise feita por Rosa e Nogueira (2015) nos PNMs. Porém, não tratam das restrições especificamente em PNMs, o que vem confirmar a importância do que é trazido aqui.

Frash Jr. *et al.* (2016) entendem que as atividades isoladas de lazer em parques naturais contribuem modestamente para a felicidade, mas a diversidade de atividades e a satisfação nesses espaços acabam contribuindo para isso e esse fato abre a possibilidade de as restrições às práticas de lazer individual potencializarem ou moderarem a qualidade da experiência de visita como um todo. Nesse sentido, cabe reconhecer que visitantes leais têm potencial para serem defensores de UCs como parques. Assim, é fundamental continuar a progredir nas pesquisas sobre lealdade, a fim de que os gestores compreendam e aprimorem esse aspecto e cuidem melhor desses ambientes naturais insubstituíveis (MOORE; RODGER; TAPLIN, 2013).

Como visto, o sucesso de um destino depende fortemente da motivação dos turistas e da capacidade de satisfazê-los e torná-los leais ao destino. Por isso, este livro compara a percepção dos visitantes sobre as restrições presentes em PNMs, a partir do pressuposto de que, antes de visitar um parque, a pessoa consegue imaginar as possíveis restrições que podem interferir em futuras visitas, o que estaria associado à satisfação anterior e ao desejo de retorno.

Como essa atividade geralmente envolve alguns desafios e requer habilidades, é natural que os turistas superestimem algumas dificuldades por temor ao desconhecido e que atualizem o modo como percebem a visita (DORAN; SCHOFIELD; LOW, 2018). Assim, a primeira hipótese é a de que eles possuem percepções de restrições antes da visita (H1) e a segunda a de que após as modifiquem (H2). Quanto à visita em ambientes naturais, cabe à gestão dos parques o desafio de proporcionar satisfação e prazer aos praticantes dessa atividade para que não somente desejem retornar, mas também recomendem a visita a outros. Por essa razão é imperioso que haja um conhecimento das restrições (presentes ou imaginárias) que eventualmente possam desencorajar a visita, sejam elas pessoais, interpessoais ou mesmo estruturais.

O presente estudo também tem suporte na ideia de Frash Jr. *et al.* (2016) de que a realização de novas pesquisas sobre o lazer em parques - incluídos os municipais - especificando os diferentes tipos de sistemas e os diversos segmentos de visitantes pode permitir a análise e a comparação entre eles. Assim, aqui há o interesse de investigar se há diferenças de percepção de restrições para a visita entre os visitantes oriundos de outros municípios e os do município dos parques. Assim, uma terceira hipótese é a de que moradores têm percepções das restrições diferentes dos visitantes de outros municípios (H3).

Os modelos hierárquicos de restrições ao lazer receberam maior atenção no final dos anos 1980 e início dos 1990 (GODBEY; CRAWFORD; SHEN, 2010) e, embora se reconheça a importância de outras pesquisas, que agregaram variáveis aos segmentos dessa teoria, aqui é retomado o modelo inicialmente proposto, pois, entre as que aplicaram a Teoria das Restrições, não se identificou a análise da relação delas com a fidelização do visitante em parques cujo principal atrativo é o ambiente natural. Porém foram acrescentadas restrições de segurança e legais, aqui propostas nas estruturais utilizadas por Tan e Kuo (*Op. cit.*).



Os aspectos legais de parques foram analisados por Luneva (2017), cuja abordagem discute os aspectos econômicos e legais da organização do turismo ecológico nas reservas naturais estaduais e nos parques nacionais da Rússia, sugerindo que apenas um justo equilíbrio de oportunidades legais e restrições permitirá utilizar o potencial turístico e de lazer de paisagens únicas e atrações naturais com menor risco de impactos negativos.

Outros exemplos desse tipo são as apontadas por Silva-Sánchez e Jacobi (Op. cit.) na gestão patrimonial e de segurança de parques urbanos na cidade de São Paulo, estas aplicáveis a Áreas de Preservação Permanente de fronteira com cursos de água, a fim de impedir a construção de instalações de apoio.

No caso de Presidente Figueiredo, as portarias Municipais 2 e 3 (PRESIDENTE FIGUEIREDO, 2018 e 2019, respectivamente) garantiram o fechamento temporário dos PNMs Cachoeira das Orquídeas e Parque Galo da Serra para proteger as espécies, porque uma onça com três filhotes foi vista por uma residente no primeiro e, no segundo, ocorre o período de acasalamento do Galo da Serra entre os meses de novembro a abril.

Além disso, quando se trata de estudos em turismo e lazer em parques, as análises realizadas têm focado nas restrições a partir da visita realizada (STANIS; SCHNEIDER; RUSSEL, 2009); no período que antecede a mesma (FUNK; ALEXANDRIS; PING, 2009; LI et al, 2011; THAPA, 2012; LAI; LI; HARRIL, 2013; BOŽIĆ, 2017); somente na intenção de visita (TAN; KUO, 2013; BOŽIĆ *et al.*, 2017); ou ainda identificando restrições antes, durante e após (ZANON *et al.*, 2013). Enquanto a visita e pós-visita a um parque nacional junto a residentes e turistas são objeto de estudo de Çetinkaya, Yildiz e Özçelik (2018).

Para Zeithaml, Bitne e Gremler (2014, p.79), a satisfação “é a avaliação do cliente para um produto ou serviço em termos de ele atender as expectativas e necessidades desse cliente”. Assim, se um produto ou serviço, neste caso a experiência de visita a um parque, atinge um nível prazeroso de realização relacionada ao consumo, o sentimento é positivo. Segundo os autores, a tendência de medir esse sentimento em um dado momento, como se ele fosse imutável, é improdutivo, pois ele pode ser influenciado por vários fatores.

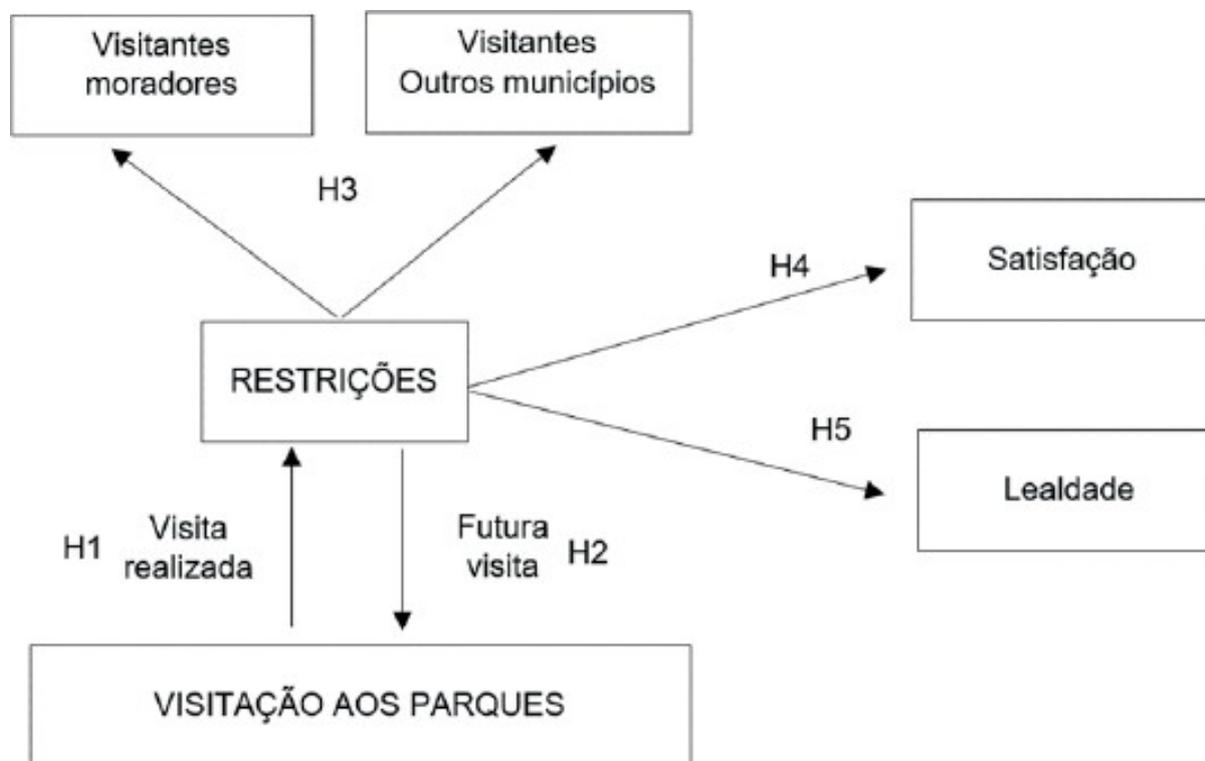
No caso, esta pesquisa baseia-se no conceito de lealdade de atitude de Zhang *et al.* (2014) que diz respeito à expressão psicológica dos visitantes, como a intenção de visitar um destino ou recomendá-lo a outros potenciais turistas. De acordo com Li *et al.* (2010), esses indicadores são comumente usados, portanto, aqui foi analisada a correlação entre satisfação e intenção de visitar e de recomendar PNMs para turismo e lazer.

Sobre pesquisas de lealdade de visitantes a áreas protegidas, têm sido identificados três tópicos: medição de lealdade, influências na lealdade e lealdade e apego ao lugar. Especificamente sobre o primeiro, essas intenções fornecidas aos gestores são informações essenciais para relatórios de desempenho, pois reforçam que a satisfação é um dos contributos, o que sugere um interesse contínuo nela para fidelizar o visitante (MOORE; RODGER; TAPLIN, 2013). Dessa relação da satisfação com a fidelidade, surgem a quarta e a quinta hipóteses desse estudo de que as restrições de visita influenciam na satisfação dos visitantes (H4) e na lealdade e na intenção de visitar e de recomendar o local para amigos e familiares (H5). De acordo com o referencial teórico, descreve-se resumidamente as hipóteses que orientam esta pesquisa nos PNMs de Presidente Figueiredo.

- H1 – Os visitantes possuem percepções de restrições na visita aos parques;
- H2 – Os visitantes modificam as percepções das restrições após a visita;
- H3 – Os moradores têm percepções das restrições diferentes dos visitantes oriundos de outros municípios;

- H4 – As restrições de visitação influenciam na satisfação dos visitantes.
- H5 – As restrições de visitação influenciam na lealdade dos visitantes, na intenção de visitar e de recomendar o local para amigos e familiares.

Figura 10. Hipóteses do estudo



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Assim, propõe-se um modelo teórico, no qual as variáveis de opinião – tanto as referentes às restrições (reais ou imaginárias), quanto as relacionadas à intenção de visitar os parques - se modificam conforme a qualidade da experiência.

5.2 Aspectos metodológicos

Esta pesquisa, de caráter descritivo com delineamento predominantemente quantitativo, recorre a informações estatísticas voltadas à amplitude e não à profundidade, pois captam as características de uma população e faz inferências a partir disso. Assim, as hipóteses aqui são testadas quantitativamente e as generalizações sobre os resultados são apresentadas com base na representatividade da amostra e na validade do projeto (COOPER; SCHINDLER, 2016).

Presidente Figueiredo é um município com 36.279 habitantes, conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Distante pouco mais de 108 km de Manaus, Amazonas, e interligado a outros pela rodovia BR 174 (IBGE, 2019). Nesse sentido, os visitantes de um balneário no decorrer de um ano contabilizam uma “população” (VEAL, 2011), portanto, são assim considerados nesta pesquisa.

O que se percebeu após intensa busca para caracterizar a população de visitantes, foi que os Parques Galo da Serra (Cf. Figura 11) e das Orquídeas (Cf. Figura 12) têm controle de entrada, entretanto, o Urubuí (Cf. Figura 13) não, assim fica inviável um quantitativo exato

mesmo tendo um número maior de visitas em virtude de haver um corredor gastronômico. Assim, na aplicação da pesquisa, autorizada verbalmente pelo então Secretário da SEMMAS e pelo da SEMTEC, optou-se pela utilização de população desconhecida.

Figura 11. PARQUE GALO DA SERRA



Figura 12. PARQUE ORQUÍDEAS



Figura 14. PARQUE URUBUÍ



Fonte: Arquivo do autor (2021).

Após a apresentação dos três parques, foi delineado um plano de amostragem não-probabilística, pois atende satisfatoriamente aos objetivos da amostra, oferecendo maior liberdade de coleta de acordo com a conveniência do autor (COOPER; SCHINDLER, 2016) além de serem tipos específicos que se acomodam à natureza não-aleatória da amostra (HAIR Jr *et al.*, 2009). Associados a esses critérios, foram utilizados os de amostragem modal, sugerida por Firmino (2007), escolhendo-se perfis que tivessem visitado ao menos um dos PNMs de Presidente Figueiredo.

Considerados pré-teste, os formulários *on line* na primeira fase, os quais foram divulgados nas redes sociais instagram, facebook e WhatsApp, “são particularmente importantes quando escalas são aplicadas em contextos específicos” (*idem*). Assim, visto que as medidas foram obtidas de várias fontes, esse documento foi aplicado a um grupo de visitantes de parques naturais municipais, preferencialmente entre visitantes do Amazonas, com perfil semelhante àquele da população a ser estudada, contudo houve uma amplitude maior em virtude do meio de divulgação e outras pessoas acabaram respondendo-o.

Foi utilizada escala de diferencial semântica (*idem*) para explicar os resultados demonstrados no seguinte quadro:

Quadro 6 Escala de restrições para visita e provável revisita.

1. QUAIS FORAM OS IMPEDIMENTOS PARA SUA VISITA A(OS) PARQUE(S)?	2. APÓS VISITAR O(S) PARQUE(S), QUAIS IMPEDIMENTOS PARA FAZER UMA NOVA VISITA?
AS OPÇÕES VÃO DE: DISCORDO PLENAMENTE (1) A CONCORDO PLENAMENTE (5)	
RESTRIÇÕES INTRAPESSOAIS	
Eu imaginava que não conseguiria caminhar até a cachoeira / gruta / corredeira	Eu não consigo chegar até a cachoeira / gruta / corredeira
Eu não tinha interesse de visitar o(s) parque(s)	Depois da visita, eu perdi o interesse em visitar o(s) parque(s)
Eu não tinha costume de visitar parques	Embora tenha visitado o(s) parque(s), não tenho costume dessa prática
RESTRIÇÕES INTERPESSOAIS	
Eu não tinha companhia para visitar o(s) parque(s)	Eu não tive companhia para visitar o(s) parque(s)
Eu não tinha incentivo para visitar o(s) parque(s)	Eu não tive incentivo para visitar o(s) parque(s)
RESTRIÇÕES ESTRUTURAIS	
Eu não tinha tempo para visitar o(s) parque(s)	Eu tive dificuldade de conseguir tempo para visitar o(s) parque(s)
Eu imaginava que as despesas para realizar a(s) visita ao(s) parque(s) seriam muito altas	As despesas para realizar a visita ao(s) parque(s) foram muito altas
Eu achava que o(s) parque(s) ficava(m) muito longe de minha residência	A distância de minha casa até os parques me desestimula a uma nova visita
Eu imaginava não me sentir seguro no(s) parque(s)	Eu não me senti seguro(a) no(s) parque(s)
Eu não consegui informação sobre a programação de visitas ao(s) parque(s)	Eu não tive informação sobre a programação de visitas ao(s)parque(s)
Eu pensava que pudesse haver alguma proibição legal de acesso ao(s) parque(s) no período que eu tinha interesse	Fiquei impedido de visitar um ou mais parque(s) por proibição legal no período que fiz a visita

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Essa etapa foi limitada aos visitantes que residem no próprio destino, bem como aos locais, ou seja, aqueles que residem a menos de 200 km (IGNARRA, 2013). Os procedimentos de coleta foram semelhantes aos do pré-teste, mas, para reforçá-la junto aos visitantes residentes, foram aplicados 200 formulários impressos em diversos pontos de maior circulação cuja pergunta filtro - Você tem mais de 18 anos? – conduzia para o encerramento do questionário ou para as questões organizadas em três seções: A) caracterização dos respondentes enquanto visitantes de parque e abordagem das restrições deles para visitar o(s) Parque(s) de Presidente Figueiredo a partir de sua visita e na perspectiva de visita futura; B) Amostragem dos níveis de satisfação em relação à visita; C) Delineamento dos aspectos sociodemográficos em que foram coletadas informações sobre origem, nível de educação, ocupação, renda familiar mensal, custos diários com viagens de lazer e ocupação. Por fim, foi feita a apresentação do termo de consentimento livre esclarecido a fim de resguardar o direito à participação e ao sigilo dos respondentes e das informações dadas por eles.

A análise dos dados foi realizada com o pacote estatístico para as ciências sociais (SPSS), versão 22, utilizando o modelo do parâmetro ecológico de interesse que descreve sua variação (temporal, espacial e afins), bem como o modelo do processo de observação que contém uma descrição probabilística do mecanismo que produz o dado observável

(ROYLE; DORAZIO, 2008).

Na próxima etapa, foi aplicado o teste qui-quadrado para proceder à caracterização das variáveis demográficas, turísticas e de nível de satisfação com a visita.

Para a confirmação das hipóteses 1 e 2, foi realizada uma análise de amostras emparelhadas com aplicação do teste t das variáveis não independentes, descrevendo restrições de visitas e intenções de novas e, para responder às hipóteses 2, 3 e 4, houve um teste de correlação, que é usado para analisar as relações entre duas ou mais variáveis em ordinais ou escala (VEAL, 2011), como no caso da primeira hipótese, porém na quarta também foi analisado o coeficiente de correlação no caso dos níveis de satisfação, desejo de revisita e de recomendação de visita.

5.3 Caracterização das variáveis sociodemográficas e turísticas

Os resultados apresentados (Cf. Tabela 6) permitem uma visão geral da pesquisa, pois contemplam as variáveis sociodemográficas, as turísticas (parques visitados, meio de hospedagem, tempo de hospedagem e custo), os níveis de satisfação e o desejo de revisitação e de recomendação. Quando são reunidas as frequências absolutas e relativas de cada variável, há elementos a serem relacionados à visita de parques.

Tabela 6. Dados descritivos da amostra (N = 400).

VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS					
Nível de ensino	Freq	%	Origem do visitante	Freq	%
Fundamental	14	3,5	Residente de Pres. Figueiredo	200	50,0
Médio	184	46,0	Residente de outros municípios	200	50,0
Superior	123	30,8			
Pós-Graduação	79	19,8			
Renda familiar mensal (R\$)	Freq	%	Tipo de trabalho	Freq	%
Até 3.000,00	199	49,8	Estudante	105	26,3
De 3.000,00 a 5.000,00	133	33,3	Setor Público	123	30,8
De 5.000,00 a 7.000,00	26	6,5	Setor Privado	89	22,3
De 7.000,00 a 10.000,00	23	5,8	Autônomo	50	12,5
Mais de 10.000,00	19	4,8	Aposentado/Pensionista	10	2,5
			Desempregado	23	5,8
VARIÁVEIS TURÍSTICAS					
Parque(s) visitado(os)	Freq	%	Meio de hospedagem	Freq	%
Urubuí (a)	105	26,3	Nenhum (sou residente)	200	50,0
Orquídeas (b)	16	4,0	Nenhum (retornei no dia)	103	25,8
Galo da Serra (c)	6	1,5	Hotel	13	3,3
Urubuí, Galo da Serra e Orquídeas (d)	161	40,3	Hostel	3	,8
Urubuí e Galo da Serra (e)	27	6,8	Pousada	29	7,3
Galo da Serra e Orquídeas (f)	12	3,0	Casa de familiares/ conhecidos	52	13,0
Urubuí e Orquídeas (g)	73	18,3			

Tempo de hospedagem	Freq	%	Custos diários (R\$)	Freq	%
Moro em Pres. Figueiredo	195	48,8	Menos de 400,00	265	66,3
Voltei no mesmo dia	93	23,3	Entre 400,00 e 800,00	97	24,3
1 dia	48	12,0	Entre 800,00 e 1.200,00	28	7,0
entre 2 e 3 dias	36	9,0	Entre 1.200,00 e 2.000,00	5	1,3
entre 4 e 7 dias	13	3,3	Acima de 2.000,00	5	1,3
7 dias ou mais	15	3,8			

Escala	SATISFAÇÃO		DESEJO DE REVISITA		RECOMENDAÇÃO	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Muito baixa	3	,8	4	1,0	5	1,3
Baixa	18	4,5	30	7,5	10	2,5
Média	98	24,5	101	25,3	94	23,5
Alta	151	37,8	131	32,8	148	37,0
Muito alta	130	32,5	134	33,5	143	35,8

Legenda: Freq – Frequência Absoluta; % - Frequência Relativa.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A amostra levantada é preponderantemente formada por pessoas com nível de instrução médio (46%) e superior (30,8%); com renda familiar inferior a R\$ 3.000 (49,8%) ou entre R\$ 3.000 e R\$ 5.000 (33,3%); metade delas é residente no município. Os maiores grupos de visitantes são de trabalhadores do setor público (30,8%) e estudantes (26,3%), dos quais uma grande quantidade (40,3%) informou ter visitado os três parques, enquanto 26,3% visitaram apenas o Urubuí. Tanto a satisfação com a(s) visita(s), quanto o desejo de voltar ou de recomendá-la apresentam níveis predominantemente altos ou muito altos (35% aproximadamente).

5.4 Análise das amostras emparelhadas

Para verificar as dificuldades dos respondentes na visitação aos parques, as avaliações das restrições foram tabuladas e comparadas aos pares pelas médias das respostas correspondentes às fases “visita” intenção de visita”, cujas diferenças significativas foram identificadas através de Teste “t” para amostras pareadas.

O resultado sugere que a visitação produziu transformações positivas e significantes ($P < 0,05$) nas manifestações de falta de habilidade, falta de interesse, falta de companhia, falta de dinheiro e falta de permissão legal e produziu uma ligeira diminuição ($P = 0,081$) no temor da falta de segurança como pode ser conferido na tabela a seguir:

Tabela 7. Teste t de amostras emparelhadas referentes às diferenças produzidas nas restrições à visitação.

	Restrições	Média	Desvio padrão	T	DF	SIG. (2 Extremidades)
PAR 1	Falta de habilidade	0,2525	1,2521	4,033	399	0,000
PAR 2	Falta de interesse	0,2025	1,3987	2,896	399	0,004
PAR 3	Falta de realização	0,0325	1,5057	0,432	399	0,666
PAR 4	Falta de companhia	0,2375	1,2247	3,879	399	0,000
PAR 5	Falta de apoio	0,0700	1,3415	1,044	399	0,297
PAR 6	Falta de tempo	0,0600	1,3624	0,881	399	0,379
PAR 7	Falta de dinheiro	0,2250	1,3186	3,413	399	0,001
PAR 8	Falta de alcance	-0,0050	1,6574	-0,060	399	0,952
PAR 9	Falta de segurança	0,1075	1,2287	1,750	399	0,081
PAR 10	Falta de informação	0,0425	1,0948	0,776	399	0,438
PAR 11	Falta de permissão legal	0,6250	1,8118	6,899	399	0,000

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O resultado aponta melhora em todas as variáveis assinaladas como significantes, nas quais as restrições apresentaram reduções significativas após a visitação. É o caso, por exemplo, da falta de dinheiro e da falta de companhia, consideradas pelos respondentes de grande importância antes da visita e que, na prática, não prejudicaram a experiência tanto quanto eles imaginavam. Esta constatação confirma parcialmente a hipótese H-1 de que o temor de enfrentar certas restrições diminui após a visitação a parques naturais.

O pareamento 1 (PAR1) também apresentou diminuição na percepção de falta de habilidade dos visitantes a partir da primeira visita ao parque, confirmando a ideia de Doran, Schofield e Low (2018) sobre a importância da confiança nas habilidades próprias para reduzir a sensação de risco emocional e a de Nyaupane e Andereck (2008) de que a aquisição de habilidades requer que outros as desenvolvam ou a prática de novas atividades e, nesse processo, a ida a parques se mostra fundamental.

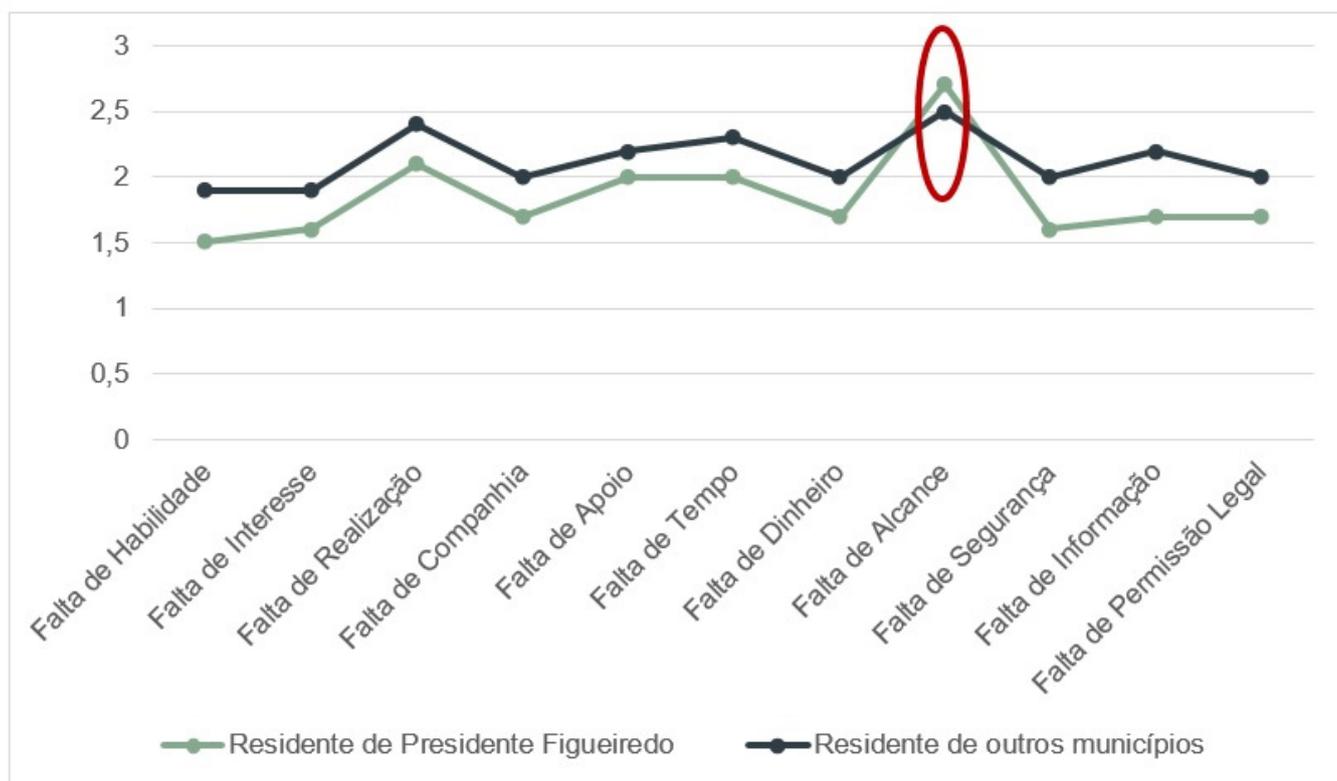
A diminuição significativa da falta de interesse (PAR2) impede as pessoas que procuram lazer de procurar companheiros adequados (TAN e KUO, 2013). Assim, considerando que essa é uma das principais restrições do receptor, é possível que a mesma se modifique substancialmente com a oportunidade de conquistar companheiros para uma futura visita.

A modificação que ocorre na variável falta de companhia (PAR4) sugere que a visitação aos parques, além de prazerosa, também se apresenta como oportunidade de socialização e de conquista de novas relações. Como geralmente ocorre em grupos, é natural que o compartilhamento da experiência oportuniza isso para futuras visitas, seja pelo aumento do interesse pela atividade, seja pelo possível compartilhamento de custos (Tan & Kuo, 2013). E é possível até mesmo que o visitante constata que não há necessidade de companhia, tendo em vista que entre visitantes de parques há 15,5% de solteiros (Li *et al.*, 2011).

A melhora em relação à falta de segurança (PAR9), ainda que tenha significância periférica ($p=0,081$) é encorajadora, pois, em um país onde a segurança pública é bastante problemática, qualquer diminuição no sentimento de insegurança contribui para a redução das restrições intrapessoais dos visitantes.

De fato, o turismo é um agente indutor do desenvolvimento transversal e da evolução da sociedade e economicamente é um dos setores que pode oferecer oportunidades de investimentos de sucesso (RAMOS; COSTA, 2017). Assim, como o temor ao desconhecido tem implicações nas restrições estruturais (DORAN; SCHOFIELD; LOW, 2018), é importante que os gestores dos parques naturais atentem para esse aspecto. Para dar segmento às análises, no gráfico 2 são discutidos os resultados das restrições concernentes ao local de domicílio.

Gráfico 2. Média das restrições segundo o local de domicílio.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Entre todas as comparações realizadas, o pareamento (PAR11) é aquele que mais chama a atenção, seja pela grande modificação que a visita produz na opinião dos visitantes, seja por se tratar de uma restrição imaginária (possível falta de permissão legal para visitar os parques), que pode ser substancialmente reduzida após a visitação. O temor de encontrar um parque fechado à visitação, ou de ser barrado por restrições de qualquer natureza, pode ser facilmente eliminado com uma estratégia adequada de comunicação. E, como os membros da amostra são residentes da própria localidade ou de municípios próximos, é razoável supor que a gestão dos parques (BOŽIĆ *et al.*, 2017) não esteja comunicando adequadamente a sua disponibilidade ou acessibilidade.

O resultado não apontou diferenças significativas ($p<0,05$) nos pareamentos 3, 5, 6, 8 e 10, referentes à falta de realização, de apoio, de tempo, de alcance e de informação respectivamente, um sinal de que estas restrições não se modificam com uma visita aos parques.

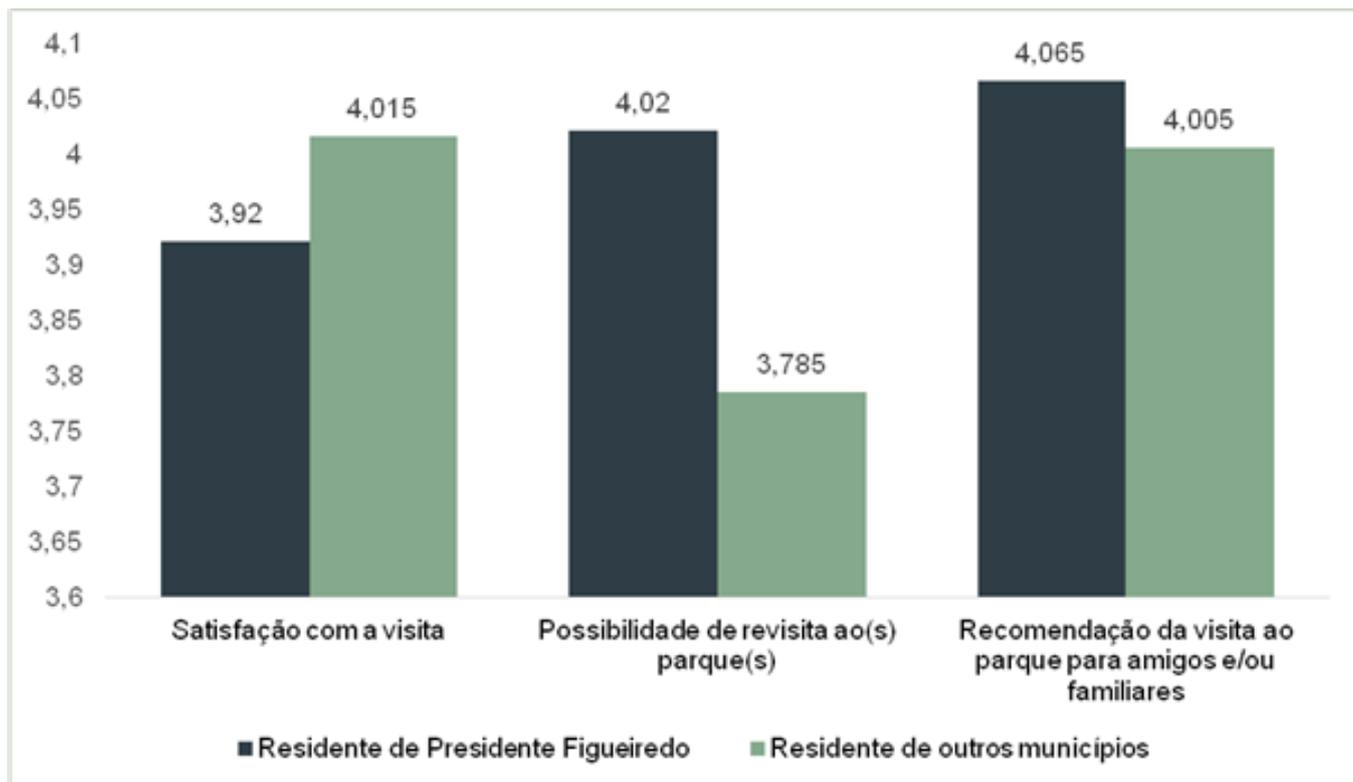
Para superar a restrição de informação e das demais variáveis que não diminuiram significativamente a partir da visita, Tan e Kuo (Op. cit.) alertam que são as agências de

parque e recreação que devem fornecer informações para as pessoas predispostas a participarem das atividades nesses espaços.

Assim, de acordo com os resultados acima descritos pode se afirmar que os visitantes dos parques naturais de Presidente Figueiredo apresentam percepções mais severas antes da visita, principalmente nas restrições intra e interpessoais, confirmando a Hipótese 1 (H1), mas isso se abranda após a visita, dando certeza à Hipótese 2 (H2).

O estudo também comparou as médias das restrições pelo local de residência dos respondentes para verificar se a necessidade de viajar a outro município para visitar um parque afetava (ou não) as demais (Cf. Gráfico 3).

Gráfico 3. Níveis de satisfação, intenção de revisitar e recomendação



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Como se observa, o resultado mostra diferenças significativas ($p < 0,05$) em 10 das 11 restrições analisadas, confirmando que a distância percorrida para visitar os parques naturais é entrave a ser vencido pelos gestores. Ademais, mesmo os residentes podem ter a ideia de que os parques são distantes e que isso não decorre apenas de restrições de transportes, como afirmavam Dong e Chick (2012) em estudo sobre a relação do local de residência e as restrições de transporte ao destino, assim é necessário estimular a ideia entre os residentes de que eles têm mais facilidade de acesso.

Outro aspecto verificado sobre a Falta de Alcance - uma exceção cuja diferença entre os grupos não chegou a ser significativa - é que, em todas as outras restrições, as médias das respostas sobre as dificuldades enfrentadas pelos dos moradores de outros municípios é superior às dos residentes em Presidente Figueiredo. Assim, de acordo com os resultados, estes têm percepções diferentes dos visitantes oriundos de outros municípios, confirmando a Hipótese 3 deste estudo.

Além da percepção das restrições para visita em parques, o estudo também buscou verificar o nível de satisfação com a visita, a intenção de revisitar e de recomendar, estas definidas como lealdade por Zhang *et al.* (2014), categorias que vêm agrupadas por

segmentos de visitantes (Cf. Gráfico 3).

Fica evidente que os residentes locais (barra verde clara), cuja média é igual a 4,02, têm probabilidade significativamente maior ($p=0,017$) de visitar os parques que os de outros municípios (barra verde escura), cuja média corresponde a 3,785. Porém não há diferença significativa entre os grupos no quesito satisfação, nem na intenção de recomendar e, no quesito visitas, é possível observar que as médias das avaliações dos PNMs são bastante generosas, tanto entre os residentes como entre os visitantes.

Dessa maneira, como as medidas utilizadas de captura da satisfação do usuário são preliminares (FRASH Jr. et al, 2016), a percepção de que o nível apresenta médias altas nos dois grupos de visitantes deixa evidente a manutenção desse cenário e a ampliação de boas experiências no local. Entretanto, esse índice não demonstra correlação com uma provável revisita, diferentemente do resultado do estudo realizado por Zhang *et al.* (2014) em que há a ideia de que os turistas que fazem avaliações altas de um destino onde eles experimentam emoções desejáveis, ou seja, que demonstram satisfação e têm uma boa impressão geral, provavelmente retornam.

A tabela a seguir demonstra as análises dos testes de correlação entre restrições de visita e os indicadores de satisfação, a possibilidade de visitar e a de recomendar.

Tabela 8. Correlação entre restrições x satisfação, revisitação e recomendação

RESTRIÇÕES		SATISFAÇÃO COM A VI- SITA	POSSIBILIDADES DE REVISITA AO(S) PARQUE(S)	RECOMENDAÇÃO DA VISITA AO PAR- QUE PARA AMIGOS E/OU FAMILIARES
Falta de habilidade	Cor. de Pearson	,060	,014	,022
	Sig. (2 extre.)	,233	,787	,658
Falta de interesse	Cor. de Pearson	,079	,041	,029
	Sig. (2 extre.)	,115	,411	,570
Falta de realização	Cor. de Pearson	,062	-,044	,027
	Sig. (2 extre.)	,212	,377	,589
Falta de companhia	Cor. de Pearson	,021	,027	,047
	Sig. (2 extre.)	,682	,590	,348
Falta de apoio	Cor. de Pearson	,127*	-,054	-,033
	Sig. (2 extre.)	,011	,278	,516
Falta de tempo	Cor. de Pearson	,026	,017	,045
	Sig. (2 extre.)	,600	,735	,374
Falta de dinheiro	Cor. de Pearson	,068	-,011	,016
	Sig. (2 extre.)	,172	,827	,754
Falta de alcance	Cor. de Pearson	,016	,040	,026
	Sig. (2 extre.)	,757	,429	,602
Falta de segurança	Cor. de Pearson	,046	-,005	,018
	Sig. (2 extre.)	,354	,923	,713
Falta de informação	Cor. de Pearson	,030	-,074	-,079
	Sig. (2 extre.)	,546	,139	,115
Falta de permissão legal	Cor. de Pearson	,059	,103*	,089
	Sig. (2 extre.)	,236	,040	,077
N		400	400	400

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Verifica-se que não foram encontradas correlações suficientes para assumir que as restrições influenciam na satisfação dos visitantes, bem como no desejo de visitar e de recomendar, considerando que a correlação de Person é significativa no nível 0,05.

Huang e Hsu (2009) aventam a tese de que há uma associação entre a satisfação e as atitudes dos visitantes, pois estas podem se relacionar a laços emocionais com o destino ou às impressões de experiências anteriores, o que pode influenciar o desejo de revisita.

Assim como no estudo de Li *et al.* (2010), em que nenhuma relação significativa foi encontrada entre a intenção de visitar e as dimensões da motivação, aqui também não foi quanto à satisfação e as duas variáveis de lealdade de atitude, ou seja, possibilidade de revisita e recomendação. De acordo com os autores (Op. cit.), também é importante que os gestores se concentrem na construção de um ambiente favorável que permita aos visitantes satisfazerem suas necessidades emocionais durante as férias, a fim de fomentar a lealdade deles.

Dessa forma, os resultados da pesquisa não confirmaram as hipóteses que as restrições de visita influenciam na satisfação dos visitantes (H4) ou na lealdade deles, quanto a intenção de visitar e de recomendar para amigos e familiares (H5).

5.5 Conclusões

Este capítulo teve como norte as restrições durante a visita e a possível superação delas para uma revisitação ou recomendação a terceiros, bem como da possibilidade de promover a fidelização dos visitantes residentes ou turistas. Esse aparato metodológico permitiu avançar nos estudos sobre o modelo pré-existente e afirmar que, por haver restrições em todos os segmentos, é possível realizar estudos que contemplem esses itens separadamente, ou seja, o modelo pode ser desierarquizado.

A caracterização sociodemográfica revelou um perfil de visitantes propício à adoção de estratégias de gestão específicas e, se for levado em consideração que o nível de satisfação deles vai de alto a muito alto, a ideia de que o parque atende as necessidades fica muito evidente, contudo, ainda é possível pensar em estratégias para alcançar outros perfis de público, inclusive com níveis de renda mais altos que possam gerar maior consumo no município visitado, ou propiciar hospedagem em pousadas, hotéis ou outros meios fortalecendo essa área do comércio local.

O grau de restrições percebidas pelos visitantes claramente é superado quando relacionado a um provável retorno, o que confirma que ir é decisivo para a opção de retornar. E, entre as que não foram superadas, há aquelas em todos os níveis da hierarquia, seja nas intrapessoais - falta de realização - bem como nas interpessoais - falta de apoio - ou nas estruturais - tempo, alcance e informação. A identificação de tais dados possibilita a criação de estratégias para minimizar o impacto delas em futuros visitantes.

O estudo das restrições de parques contribui para que as fragilidades mais comuns possam ser superadas e para que, ao serem percebidas outras, seja possível inseri-las nesse processo de otimização do serviço. Nesse sentido, os estudos são elementares para que os gestores possam recorrer a uma ferramenta na prática diária que os auxilie a otimizar suas ações de fidelização dos visitantes.



CAPÍTULO 6

FRAMEWORK DA GESTÃO DAS RESTRIÇÕES PARA TURISMO E LAZER EM PARQUES

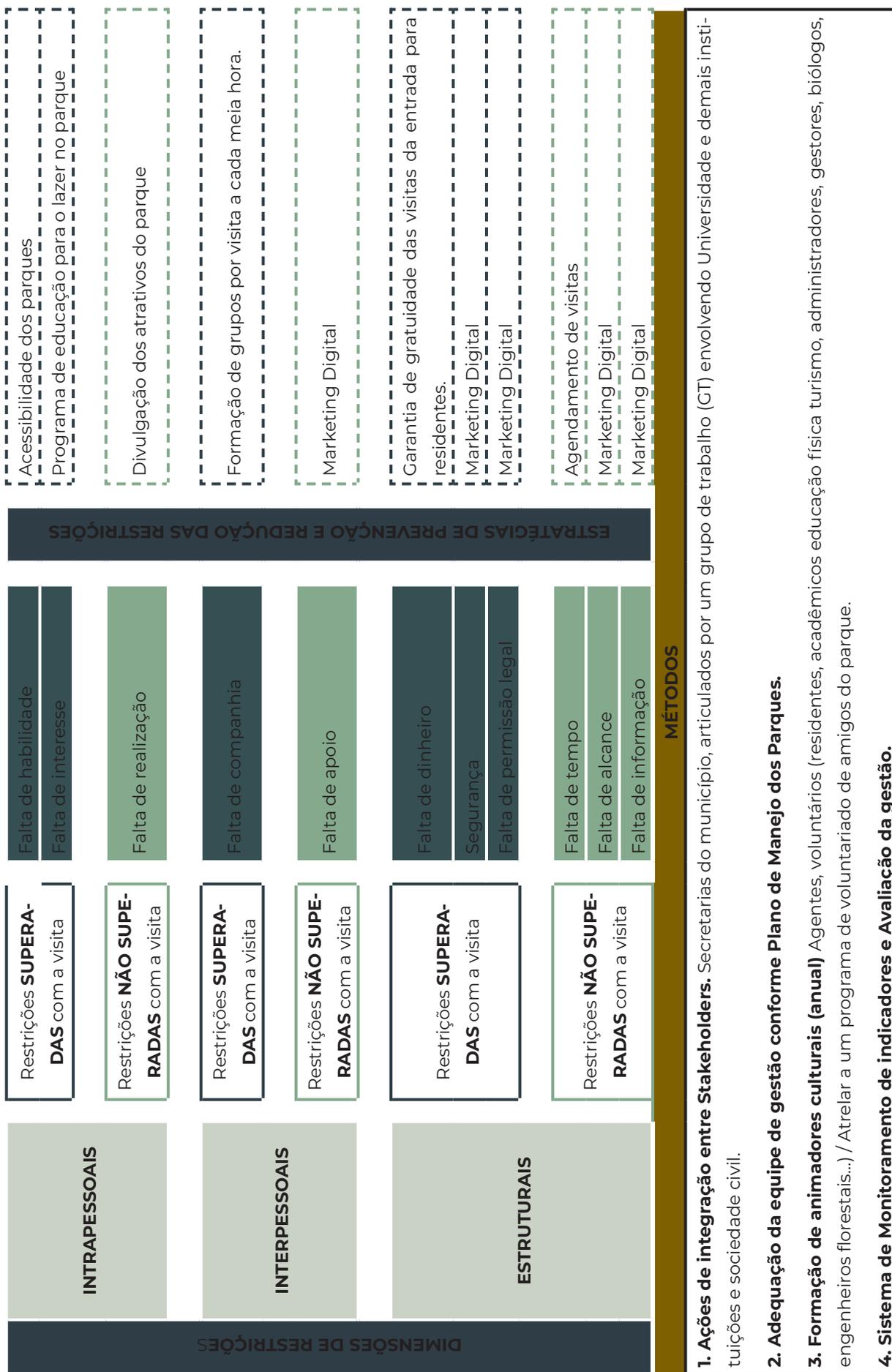
Entre os aspectos mais relevantes da pesquisa, alguns tópicos, elencados nos parágrafos seguintes, são determinantes para os resultados encontrados.

O primeiro deles é que, ao realizar a visita aos parques, a sensação de que existem dificuldades para uma futura diminuiu e isso deixa evidente que são necessárias estratégias que possibilitem a realização da primeira.

Outro aspecto está relacionado à tensão entre o ter interesse e, de fato, realizar a visita, cuja frequência é maior entre visitantes que não moram no município, embora haja a necessidade de deslocamento enquanto os residentes dependem apenas de uma decisão. Entretanto, os residentes declararam nível maior de restrições em relação aos que vem de outros municípios, o que evidencia a carência de estratégias de gestão dos parques para superar ambas as barreiras.

Também convém lembrar que, embora todos os visitantes tenham se declarado satisfeitos e com intenção de recomendar o parque a outras pessoas, para o residente, o fato de morar próximo torna muito mais viável que a visita ocorra mais de uma vez. Para tanto, deve-se considerar os objetivos dessa proposta (cf. Figura 15): indicar recomendações a partir do Plano de Gestão das Restrições de Turismo e Lazer em PNMs, identificar regularmente as restrições superadas e as que ainda precisam de sê-lo; estabelecer ações de gestão em parcerias; adequar a equipe de administração dos parques de acordo com os respectivos Planos de Manejo; promover ações de animação cultural para a visita e monitorar indicadores de gestão.

Figura 15. Recomendações a partir do Plano de Gestão das Restrições de Turismo e Lazer em PNMs.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A recomendação é que a gestão tenha participação ativa de grupos sociais, instituições, outros gestores e pesquisadores que direta ou indiretamente exercem influência nesse processo. (FIGUEIREDO *et al.*, 2017).

Para as restrições superadas são necessárias estratégias a fim de que os propensos visitantes tenham conhecimento antes da visita, pois isso pode estimular a ampliação do público. Nesse sentido, para que outras pessoas percebam que podem acessar um bom espaço de lazer, deve-se presumir que lhes seja dado o direito a participar e interagir. Assim, um olhar específico para as barreiras arquitetônicas é necessário, pois são difíceis de serem superadas por pessoas com deficiência (CASSAPIAN; RECHIA, 2014) e também por crianças, mesmo que sejam acessíveis, mas inadequadas. (HENDERSON-WILSON *et al.*, 2017).

A superação da falta de interesse e de realização pode ser alcançada com um programa de educação para o lazer através de visitas aos parques, o que reitera o fato de que “a garantia do direito ao lazer não está baseada somente no tempo para experienciar tal dimensão, mas depende também tanto do acesso à educação quanto das condições de acessibilidade dos espaços públicos destinados a essas experiências” (CASSAPIAN; RECHIA, 2014, p. 35). Nesse sentido, há a necessidade de educar os turistas em potencial, promovendo programas que os ajudarão a superar o medo de ambientes culturais desconhecidos (LI *et al.*, 2011).

Quanto à falta de realização de visitas, a formação de grupos pode diminuir essa fragilidade e, como referência para isso, há o modelo de visitação no Parque Natural Municipal Victório Siquierolli (Uberlândia/MG) que acontece de duas formas: “livre/autoguiada para o público em geral ou mediante agendamento para instituições (escolas, faculdades, universidade, grupos religiosos) com acompanhamento dos monitores e educadores ambientais” (LIMA; MELO; GIMENES-MINASSE, 2019, p. 4).

Em síntese, para as restrições superadas pela visita, como falta de habilidade, interesse, companhia e dinheiro, segurança e permissão legal, são recomendadas ações como a promoção de acessibilidade aos parques para atingir maior diversidade de públicos, um programa de educação para o turismo e lazer em parques, a formação de grupos por visita, a garantia de gratuidade da entrada para residentes e uma estratégia de marketing digital. E para as não superadas, como falta de realização, apoio, tempo, alcance e informação, recomenda-se o agendamento de visita e também o marketing digital.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRIS, K. Segmenting recreational tennis players according to their involvement level: a psychographic profile based on constraints and motivation. **Managing Leisure** 18:3, pages 179-193, 2013.
- ANDRADE, R. D. *et al.* Validade de construto e consistência interna da Escala de Práticas no Lazer (EPL) para adultos. **Ciênc. Saúde Coletiva** [online] vol.23, n.2, pp. 519-528, 2018.
- ARORA, P. Online Social Sites as Virtual Parks: An Investigation into Leisure Online and Offline. **Information Society**. 27, 2, 113-120, Mar. 2011.
- BARBOSA, E. T. G., *et al.* Geoconservação em brejos de altitude: o Parque Estadual Mata do Pau Ferro. **Nature & Conservation**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 1-16, 2017.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BELLO, F. G.; LOVELOCK, B., & CARR, N. Constraints of community participation in protected area-based tourism planning: the case of Malawi, *Journal of Ecotourism*, 16:2, 131-151, 2016.
- BENI, M.C.; MOESCH, M. M. A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. **Revista Turismo: visão e ação**, Itajaí, v.19, n. 3, p. 430- 457, 2017.
- BOCARRO, J.; GREENWOOD, P. B.; HENDERSON, K. A. An Integrative Review of Youth Development Research in Selected United States Recreation Journals. **Journal of Park & Recreation Administration**, Summer. v. 26, n. 2, p. 4-27, 2008.
- BOŽIĆ, S. *et al.* An analytical scale for domestic tourism motivation and constraints at multi-attraction destinations: The case study of Serbia's Lower and Middle Danube region. **Tourism Management Perspectives** 23, pp. 97-111, 2017.
- BRASIL - SNUC - **Sistema Nacional de Unidades Conservação**. 2000. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/sistema-nacional-de-ucs-snuc.html> Acesso em: 21 dez. 2020.
- BROWNLEE, Matthew TJ; HALLO, Jeffrey C.; KROHN, Brian D. Botanical garden visitors' perceptions of local climate impacts: awareness, concern, and behavioral responses. **Managing Leisure**, v. 18, n. 2, p. 97-117, 2013.
- CASSAPIAN, M. R; RECHIA, S. Lazer para todos? Análise de acessibilidade de alguns parques de Curitiba, PR. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 25-38, 2014.
- CASTILHO, C.; GOMES, C. L. Relação Lazer/Trabalho e Atitude diante das Problemáticas Ambientais Contemporâneas: desafios para a atuação profissional com o ecoturismo. **Revista Turismo em Análise**, v. 28, p. 19, 2017.
- CEMA/AM – **Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas**. Disponível em: <http://meioambiente.am.gov.br/conselho-estadual-do-meio-ambiente-cemaam/>. Acesso em: 06 Jun, 2019.
- ÇETINKAYA, G; YILDIZ, M.; ÖZÇELİK, M. A. Why do so few local people visit National Parks? examining constraints to antalya's national parks, turkey. **Advances in Hospitality and Tourism Research (AHTR)**. v. 6 (1) 92-110, 2018.
- CHANG, C.H.; SHU, S.; KING, B. Novelty in Theme Park Physical Surroundings: An Application of the Stimulus–Organism–Response Paradigm. **Asia Pacific Journal of Tourism Research** v.19, n.6, Jun. 2014.
- CHEIBUB, B. L. Mobilidades, Lazer e Turismo Social? MobLaTus (PPGTUR/UFF). In: UVINHA, R.R. (Org.). **Lazer no Brasil: grupos de pesquisa e associações temáticas**. São Paulo: Edições Sesc, 2018, v., p. 130-151.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. Métodos de pesquisa em administração. 12. ed. Porto Alegre: AMGH. 2016.

COUGHENOUR, Courtney; COKER, Lisa; BUNGUM, Tim J. Environmental and social determinants of youth physical activity intensity levels at neighborhood parks in Las Vegas, NV. **Journal of Community Health**, v. 39, p. 1092-1096, 2014.

CRAWFORD, D. W.; JACKSON, E. L.; GODBEY, G. A hierarchical model of leisure constraints. **Leisure Sciences**, 13, 309-320, 1991.

CRUCERU, R.; CIOBANU, I. Multiple criteria analysis for selecting the proper location for a major touristic investment. **Review of Management & Economic Engineering**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 79–86, 2009.

CUNNINGHAM, PH; *et al.* Leisure Ethic, Money Ethic, and Occupational Commitment Among Recreation and Park Professionals: Does Gender Make a Difference? **Public Personnel Management**. 41, 3, 421-448, 2012.

DAVRAS, Ö.; CABER, M.; CRAWFORD, D. Comparison of the holiday tourism constraints of mono- and bicultural people. **International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research**. V. 13, n. 2, pp. 190-203, 2019.

Decreto municipal nº 1004 de 08 de setembro de 2009. (2009). Regulamenta dispositivos da lei no. 615, de 28 de agosto de 2009, **estabelece normas de conduta para o funcionamento do parque do urubuí e dá outras providências**. Presidente Figueiredo, AM, Brasil.

Decreto nº 100, de 10 de maio de 2002. **Cria o Parque Municipal Galo da Serra no Município de Presidente Figueiredo e dá outras providências**. Presidente Figueiredo, AM, Brasil, 2002.

Decreto nº 673 de 21 de junho de 2006. **Redelimita e amplia os limites do parque Natural Municipal Galo da Serra e dá outras providências**. Presidente Figueiredo, AM, Brasil, 2006.

Decreto nº 99, de 26 de abril de 2002. **Cria o Parque Municipal Cachoeira das Orquídeas**. Município de Presidente Figueiredo e dá outras providências. Presidente Figueiredo, AM, Brasil, 2002.

DICIONÁRIO CAMBRIDGE, 2020. Retrieved from: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/constraint?q=constraints>. Access in: 02. Jan. 2020.

DONG, E.; CHICK, G. Leisure Constraints in Six Chinese Cities. *Leisure Sciences*, [s. l.], v. 34, n. 5, p. 417–435, 2012.

DORAN, A; SCHOFIELD, P.; LOW, T. Women's mountaineering tourism: an empirical investigation of its theoretical constraint dimensions, *Leisure Studies*, 37:4, pp 396-410, 2018.

DUDLEY, N. Guidelines for applying protected area management categories. Gland: IUCN, 2008.

DUERDEN, M. D.; LUNDBERG, N.; SHURMA, D. Facilitating Innovation in Leisure Service Organizations. **Journal of Park & Recreation Administration**, [s. l.], v. 34, n. 2, p. 49–61, 2016.

DVORAK, R. G.; BROOKS, J. J. More connection and less prediction please: applying a relationship focus in protected area planning and management. **Journal of Park & Recreation Administration**, [s. l.], v. 31, n. 3, p. 5–22, 2013.

Elton Bryson Stephens Company – EBSCO, 2021. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/Login.aspx>. Acesso em: 20, dez. 2021.

ERWIN, H. E. Middle School Students' Leisure Activity Engagement: implications for park and recreation administrators. **Journal of Park & Recreation Administration**, Fall. v. 26, n. 3, p. 59–74. 2008.

EVANS, G.; FOORD, J. Cultural mapping and sustainable communities: planning for the arts revisited. **Cultural Trends**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 65–96, 2008.

FIGUEIREDO, S. L. *et al.* A atividade turística em cidades médias da Amazônia, áreas naturais e o desafio da governança. **Revista Turismo & Desenvolvimento (RT&D) / Journal of Tourism & Development**, [s. l.], n. 27/28, p. 641–651, 2017.

FIRMINO, M. B. **TURISMO: organização e gestão**. Lisboa: Escolar Editora, 2007.

FRASH Jr. *et al.* Healthy Parks, Happy People: An Exploratory Study of a County Park System. **Journal of Park & Recreation Administration**. 34, 1, 84-102, 2016.

- Frash Jr., et al. Healthy Parks, Happy People: An Exploratory Study of a County Park System. *Journal Of Park & Recreation Administration*, 34(1), 84-102, 2016.
- FREDMAN, P. et al. Latent Demand and Time Contextual Constraints to Outdoor Recreation in Sweden. **Forests** 3:1, pages 1-21, 2012.
- FUNK, D. C, ALEXANDRIS, K.; PING, Y. To go or stay home and watch: exploring the balance between motives and perceived constraints for major events: a case study of the 2008 Beijing Olympic Games. **International Journal Of Tourism Research**,11: 41-53, 2009.
- GAGE, R.L.; THAPA, B. Volunteer Motivations and Constraints Among College Students. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly** 41:3, pages 405-430, 2012.
- GODBEY, G. CRAWFORD, D. W.; SHEN. X. Assessing Hierarchical Leisure Constraints Theory after Two Decades. Mar., **Journal of Leisure Research** Mar. 42(1):111-134, 2010.
- GU, Q; HUANG, S.S. Profiling Chinese Wine Tourists by Wine Tourism Restrictions: A Comparison between Chinese Australians and Long-haul Chinese Tourists in Australia. **International Journal of Tourism Research** 21: 2, páginas 206-220, 2019.
- HADDAD, E A.; PORSSE, A. A.; Rabahy., W. Domestic tourism and regional inequality in Brazil. *Tourism Economics: the business and finance of tourism and recreation* , v. 19, p. 173-186, 2013.
- Hair, J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. Análise multivariada de dados [recurso eletrônico] trad. Adonai Schlup Sant'Anna. 6. ed. Porto Alegre: Bookman. 2009.
- HAMMERSLEY, M. **What Is Qualitative Research?** Bloomsbury, Academic, London, 2013.
- HENDERSON, A.; SIVAN, A. (Org.) **Lazer: perspectivas internacionais**. São Paulo: Edições SESC, 2018.
- HENDERSON, A.; SIVAN, A. (Org.) **Lazer: perspectivas internacionais**. São Paulo: Edições SESC, 2018.
- HENDERSON, S. Romerstadt: the modern garden city. **Planning Perspectives**, [s.l.], HENDERSON-WILSON, C. et al. Perceived Health Benefits and Willingness to Pay for Parks by Park Users: Quantitative and Qualitative Research. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v.14, n.5, p.529, 2017.
- HENDERSON, Susan R. Römerstadt: a moderna cidade-jardim. **Perspectivas de Planejamento** , v. 25, n. 3, pág. 323-346, 2010.
- HIRATA, Sara Ruiz; SETE, Patrícia Karina; QUEIROZ, Odaléia Telles Marcondes Machado. O parque da ESALQ como espaço público multifuncional e de lazer em piracicaba, SP. **Revista Turismo em Análise**, v. 24, n. 3, p. 627-653, 2013.
- HUANG, Songshan; HSU, Cathy HC. Efeitos da motivação para viajar, experiência passada, restrição percebida e atitude na intenção de visitar. **Revista de pesquisa de viagens** , v. 48, n. 1, pág. 29-44, 2009.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2018. Recuperado em: 14, abr. 2022. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/presidente-figueiredo/panorama>.
- IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. 3. ed. Revista e ampliada. São Paulo: CENGAGE LEARNING/SENAC, 2013.
- IKEZIRI, L. M. et al. Theory of constraints: review and bibliometric analysis. **International Journal of Production Research**. V. 57. P. 1-35, 2018.
- JAAFAR, N.; TUDIN, R. Uparqual: the development of an urban park satisfaction measurement scale. **International Journal of Business & Society**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 17-34, 2010.
- JEAN, S; GERMAIN, A. La diversité ethnique croissante des quartiers de classe moyenne dans la métropole montréalaise: des jeunes familles perplexes. **Canadian Ethnic Studies**, v.46, n.2, p.5-25, May 2014.
- JOHNSON, A. J.; GLOVER, T. D.; STEWART, W. P. Attracting Locals Downtown: Everyday Leisure as a Place-Making Initiative. **Journal of Park & Recreation Administration**. Summer, Vol. 32 Issue 2,

p28-42. 15p 2014.

JOVANOVIĆ, T *et al.* What Demotivates the Tourist? Constraining Factors of Nautical Tourism. **Journal of Travel & Tourism Marketing** 30:8, pages 858-872, 2013.

JUN, J.; KYLE; MOWEN, G. T. A. J. Market Segmentation Using Perceived Constraints. **Journal of Park & Recreation Administration**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 35-55, 2009.

JUN, J.; KYLE; MOWEN, G. T. A. J. Market Segmentation Using Perceived Constraints. **Journal of Park & Recreation Administration**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 35-55, 2009.

KIMMM, J. "How do pleasure travelers manage their travel constraints?", **Tourism Review**, Vol. 67 No. 3, pp. 30-40, 2012.

KIVEL, B. D. Are We Ready for "Radical Leisure"? **Leisure Sciences**, [s. l.], v. 40, n. 1/2, p. 19-24, 2018.

KOVACS, M. H. *et al.* Pesquisa em turismo: uma avaliação das metodologias empregadas nos artigos publicados nos anais no triênio do seminário anual da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo - ANPTUR. **Turismo: Visão e Ação**, v. 14, n. 1, p. 19-34, 2012.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LACANIENTA, A.; DUERDEN, M. D. Designing and Staging High-Quality Park and Recreation Experiences Using Co-Creation. **Journal of Park & Recreation Administration**, [s. l.], v. 37, n. 2, p. 118-131, 2019.

Lai, C; Li, X. R, & Harril, L. R. (2013)., Chinese outbound tourists' perceived constraints to visiting the United States. *Tourism Management*. 37, pages 136-146.

LEI ESTADUAL Nº 4.990, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019. **Declara as Cachoeiras e as Grutas do Município de Presidente Figueiredo, patrimônio material, histórico e cultural do Estado do Amazonas**. Poder Legislativo. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

LEI MUNICIPAL Nº 615 DE AGOSTO DE 2009. **Cria a área do parque do Urubuí, atribui responsabilidades e dá outras providências**. Presidente Figueiredo, AM, Brasil, 2009.

LEMIEUX, C. J. *et al.* Policy and Management Recommendations Informed by the Health Benefits of Visitor Experiences in Alberta's Protected Areas. **Journal of Park & Recreation Administration**, v.34, n.1, p.24-52, 2016.

LEMIEUX, C. J; *et al.* Policy and Management Recommendations Informed by the Health Benefits of Visitor Experiences in Alberta's Protected Areas. **Journal of Park & Recreation Administration**. 34, 1, 24-52, 2016.

Li, M. *et al.* A Missing Link in Understanding Revisit Intention—The Role of Motivation and Image., 27(4), 335-348, 2010.

LI, M. *et al.* Segmenting Chinese Outbound Tourists by Perceived Constraints, **Journal of Travel & Tourism Marketing**, 28:6, 629-643, 2011.

LUNEVA, E. V. Economic and Legal Aspects of Ecological Tourism: Evidence from Reserves and National Parks. **International Journal of Economic Perspectives**, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 1904-1909, 2017.

MAPA DO TURISMO BRASILEIRO 2019-2021. Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. 2019. Acesso em: 21 dez 2019.

MAY, T. **Social Research**: Issues, Methods and Process. 4. Ed. Maidenhead, Berks: Open University Press/Mc Graw-Hill, 2011.

Moore, S. A.; Rodger, K.; Taplin, R. Moving beyond visitor satisfaction to loyalty in nature-based tourism: a review and research agenda. **Current Issues in Tourism**, 18(7), 667-683, 2013.

MULCAHY, C. M. Ladies of Leisure: Parks, Policy, and the Problem of Prostitution. *Journal of Unconventional Parks*, **Tourism & Recreation Research**, jan. v. 1, n. 1, p. 2-9. 2008.

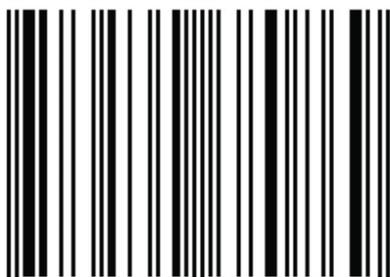
NORONHA, Daisy Pires; DE MELO MARICATO, João. Estudos métricos da informação: primeiras

- aproximações. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, n. Esp, p. 116-128, 2008.
- NYAUPANE, G. P.; ANDERECK, K.L. Understanding Travel Constraints: Application and Extension of a Leisure Constraints Model. **Journal of Travel Research**, 46:4, p. 433-439, 2008.
- PITAS, N. A. *et al.* "Proceed with Caution": Public Perceptions Regarding Corporate Sponsorship of Park and Recreation Services. **Journal of Park & Recreation Administration**, v.33, n.4, p.1-15, 2015.
- PRESIDENTE FIGUEIREDO – Política Municipal de Turismo de Presidente Figueiredo. **Essa lei cria conselho e fundo municipal de turismo**. As restrições não aparecem claramente, entretanto, há item sobre a fiscalização das atividades, bem como das infrações para quem descumprir as regras da lei. Presidente Figueiredo, AM, Brasil, 2011.
- PRESIDENTE FIGUEIREDO. Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS. Portaria N° 002/2018. Que proíbe por tempo determinado de visitação ao Parque Natural Municipal Cachoeira das Orquídeas, 2019.
- PRESIDENTE FIGUEIREDO. Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS. Portaria N° 003/2019. Que proíbe por tempo determinado visitação ao Parque Natural Municipal Galo da Serra, 2019.
- PRESIDENTE FIGUEIREDO. Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS. **Plano de Manejo Parque Natural Municipal das Orquídeas**. Presidente Figueiredo, AM, Brasil. Impresso, 2006a.
- PRESIDENTE FIGUEIREDO. Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS. **Plano de Manejo Parque Natural Municipal Galo da Serra**. Presidente Figueiredo, AM, Brasil. Impresso, 2006b.
- PRODANOV, C. C. FREITAS, E. C. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. [recurso eletrônico], 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- RAIMUNDO, S; SARTI, A.C. Parques urbanos e seu papel no ambiente, no turismo e no lazer da cidade. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v.6, n.2, p.3-24, Jul. 2016.
- RALUCA, D. C.; GINA, S. Theme Park - the Main Concept of Tourism Industry Development. Annals of the University of Oradea, **Economic Science Series**, jun. v. 17, n. 2, p. 641–646, 2008.
- REJOWISK, M.; KOBASHI, N. Y. Subsídios para Elaboração de um Tesouro Brasileiro de Turismo. **Revista Turismo e Análise**. Vol. 22, n. 3, dezembro. 2011.
- ROSA, A.B.M.; NOGUEIRA, E. PERCEPÇÃO DAS MULHERES QUANTO AO LAZER: um estudo exploratório no parque natural municipal do bosque da freguesia, rio de janeiro. **Turismo: Visão e Ação**. 17, 1, 6-29, Jan. 2015.
- ROSA, M.C.; COSTA, F. C.; SANTANA, J. O. Parque Estadual do Itacolomi e atividades físicas e esportivas na natureza: estudo de um equipamento de lazer. **Caderno Virtual de Turismo** (UFRJ), v. 19, p. 10.18472/cvt.19, 2019.
- ROSE, J; Dustin, D. The Neoliberal Assault on the Public University: The Case of Recreation, Park, and Leisure Research. **Leisure Sciences**., Vol. 31 Issue 4, p397-402. 6p. Jul-Sep 2009.
- ROYLE, J. Andrew; DORAZIO, Robert M. **Modelagem hierárquica e inferência em ecologia: a análise de dados de populações, metapopulações e comunidades**. Elsevier, 2008.
- SERRANO, E; GONZÁLEZ TRUEBA, JJ. Environmental education and landscape leisure. geotourist map and geomorphosites in the picos de europa national park. **GeoJournal of Tourism & Geosites**. 8, 2, 295-308, Dec. 2011.
- SILVA, F. F.; MARQUES JÚNIOR, S. Fatores que afetam o encantamento do cliente do turismo de lazer a partir da experiência em parques temáticos. **Revista de Turismo - Visão e Ação**, v. 19, p. 103-127, 2017.

- SILVA-SÁNCHEZ, S; JACOBI, P. Implementation of riverside parks in the city of São Paulo – progress and constraints. **Local Environment**. 21, 1, 65-84, Jan. 2016.
- SNUC - Sistema Nacional de Unidades Conservação. 2000. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/sistema-nacional-de-ucs-snuc.html> Acesso em: 21 dez. 2020.
- SON, J.S.; YARNAL, C.M. An Integration of Constraints and Benefits Within an Older Women's Social Club: An Examination, Extension and Critique. **Leisure Sciences**. 33, 3, 205-227, May 2011.
- STANIS, S.W.; SCHNEIDER, I.; RUSSELL, K. Leisure Time Physical Activity of Park Visitors: Retesting Constraint Models in Adoption and Maintenance Stages. **Leisure Sciences**, [s. l.], v. 31, n. 3, p. 287-304, 2009.
- STOPPA, E. A.; TRIGO, L. G. G.; ISAYAMA, H. F. O lazer do brasileiro no período de férias: representações e concretizações das atividades turísticas. **CADERNO VIRTUAL DE TURISMO (UFRJ)**, v. 17, p. 138-154, 2017.
- TAN, W. K.; KUO, C. Y. Prioritization of Facilitation Strategies of Park and Recreation Agencies Through DEMATEL Analysis. **Asia Pacific Journal of Tourism Research**. v. 19 Issue 8, aug. p. 859-875. 2013.
- TANG, T. L. *et al.* Attitudes and Occupational Commitment among Public Personnel: Differences between Baby Boomers and Gen-Xers. **Public Personnel Management**. 41, 2, 327-360, 2012.
- THAPA B. Why did they not visit? Examining structural constraints to visit Kafue National Park, Zambia, **Journal of Ecotourism**, 11:1, 74-83, 2012.
- TONGE, J; MOORE, SA; TAPLIN, R. Visitor satisfaction analysis as a tool for park managers: a review and case study. **Annals of Leisure Research**. 14, 4, 289-303, Dec. 2011.
- TRAVERSA, Donato *et al.* Environmental contamination by canine geohelminths. **Parasites & vectors**, v. 7, p. 1-9, 2014.
- UVINHA, R. R. STOPPA, E. A. Lazer no Brasil: tendências e perspectivas em uma sociedade contemporânea. In: Henderson, K. A.; Sivan, A. (Org.). **Lazer: perspectivas internacionais**. 1. ed. São Paulo: Edições SESC, 2018, v. 1, p. 56-67.
- Veal, A. J. **Metodologia de Pesquisa em Lazer e Turismo**. São Paulo: ALEPH, 2011.
- VIEIRA, P. R. C.; ALTAF, J. G.; TROCCOLI, I. R. Predisposição para recomendar um local turístico: avaliação ex-post no Corcovado (RJ). **Caderno Virtual de Turismo**, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 253-271, 2012.
- VIEIRA, P. R.C.; ALTAF, J. G.; TROCCOLI, I. R. Predisposição para recomendar um local turístico: avaliação ex-post no Corcovado (RJ). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 12, n. 3, 2012.
- WILLIAMS, J. *et al.* Using Combined Modelling Approaches to Improve Coastal Defence Design: a case study at Hopton, UK. **Journal of Coastal Research**. 18-23, Apr. 2, 2014.
- YANG, J.; KIM, G; LEE, T. J. Parks as leisure spaces for older adults' daily wellness: a Korean case study. Timothy Jeonglyeol. **Annals of Leisure Research**. Jul. Vol. 15 Issue 3, p277-295. 2012.
- YU, B. *et al.* Understanding Shanghai Residents' Perception of Leisure Impact and Experience Satisfaction of Urban Community Parks: An Integrated and IPA Method. **Sustainability**[s. l.], v. 10, n. 4, p. 1067, 2018.
- ZANON, D; *et al.* Constraints to Park Visitation: A Meta-Analysis of North American Studies. **Leisure Sciences**. 35, 5, 475-493, Out. 2013.
- ZEITHAML, V. A.; BITNER, M. J.; GREMLER, D. D. **Marketing de serviços: a empresa com foco no cliente**. Amgh Editora, 2014.
- ZHANG, Hongmei *et al.* Destination image and tourist loyalty: A meta-analysis. **Tourism management**, v. 40, p. 213-223, 2014.

ISBN: 978-65-6068-086-9

ORL



9 786560 680869

